REVISTA

IMPACTOS

ENSINO E SUAS INTERFACES

VOLUME 17

REVISTA
IMPACTOS
ENSINO E SUAS INTERFACES

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA EM SALA DE AULA

O Direito Penal Ambiental em Debate: Limites da Punição e Possibilidades de Reparação do Dano

O Bullying como Fator Desencadeador de Massacres no Ambiente Escolar , EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A RELEVÂNCIA DE SE TRABALHAR COM OS ESTUDANTES DA EJA DE MANEIRA QUE ESTIMULE A AUTOCONFIANÇA

Experiência com estudantes dos Anos Iniciais do Fundamental I Sob uma Perspectiva Interdisciplinar Sobre a Vegetação Regional , Obesidade na Infância e Adolescência: A importância do Profissional de Educação Física no Combate a Obesidade

SINALIZAÇÕES DE RISCO EM AMBIENTES LABORATORIAIS E HOSPÍTALARES

A LIDERANÇA NO SECRETARIADO EXECUTIVO: COMPETÊNCIAS E PERCEPÇÕES NA GESTÃO DE PESSOAS EM EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

A Instrução de Armamento e Tiro como Ferramenta de Capacitação

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO DE ALFABETIZAÇÃO DIANTE DO AVANÇO E USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

A CIPATR como Ferramenta de Prevenção e Capacitação na Segurança do Trabalho Rural . Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Uma Análise da Prevalência em Cuiabá-MT , O Princípio do Bem-Estar Animal na Dissolução da Sociedade Conjugal

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Edson Alves de Araújo
José Olímpio dos Santos

Revista Impactos
O Ensino e Suas Interfaces

Volume 16

Cuiabá/MT
2026

2026 by Revista Impactos
Texto:José Olímpio dos Santos
Revisão Gramatical:Antônio Gomes
Capa do Projeto:Wendy Aluriel Borges
Diagramação:Wendy Aluriel Borges
Imagens e Ilustrações:(https://br.freepik.com/)

Este artigo foi revisado por duplo parecer, mas os editores têm a política de reservar a privacidade

Autores

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Edson Alves de Araújo
José Olímpio dos Santos

ISSN : 2316-7009

ESTA OBRA TAMBÉM SE ENCONTRA EM FORMATO DIGITAL:
https://www.revistaimpactos.com.br/

Revista Impactos
R. Itajubá, 2 - Morada da Serra,
Cuiabá – MT, CEP 78055-115
impactosrevista@gmail.com

Sumário

Princípio Do Bem-Estar Animal Na Dissolução Da Sociedade Conjugal.....06

Violência Sexual Contra Crianças E Adolescentes: Uma Análise Da Prevalência Em Cuiabá-Mt... 21

A Cipatr Como Ferramenta De Prevenção E Capacitação Na Segurança Do Trabalho Rural.....33

A Prática Pedagógica Do Ensino De Alfabetização Diante Do Avanço E Uso Das Novas Tecnologias 52

A Instrução De Armamento E Tiro Como Ferramenta De Capacitação….....61

A Liderança No Secretariado Executivo: Competências E Percepções Na Gestão De Pessoas Em Empresas Públicas E Privadas.....77

Sinalizações De Risco Em Ambientes Laboratoriais E Hospitalares 114

Obesidade Na Infância E Adolescência: A Importância Do Profissional De Educação Física No Combate A Obesidade
…..... 127

Experiência Com Estudantes Dos Anos Iniciais Do Fundamental I Sob Uma Perspectiva Interdisciplinar Sobre A Vegetação Regional 140

Educação De Jovens E Adultos: A Relevância De Se Trabalhar Com Os Estudantes Da Eja De Maneira Que Estimule A Autoconfiança 146

O Bullying Como Fator Desencadeador De Massacres No Ambiente Escolar….....154

O Direito Penal Ambiental Em Debate: Limites Da Punição E Possibilidades De Reparação Do Dano….....168

Estágio Supervisionado: A Importância Da Vivência Em Sala De Aula 179

O Princípio do Bem-Estar Animal na Dissolução da Sociedade Conjugal

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

"Artigo científico voltado à análise da guarda compartilhada de animais de estimação e de sua importância como mecanismo de proteção ao bem-estar animal no Direito de Família."

Cuiabá-MT 2026

O Princípio do Bem-Estar Animal na Dissolução da Sociedade Conjugal
The Principle of Animal Welfare in the Dissolution of Conjugal Society: From Property Status to Sentience and Shared Custody

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

Cuiabá-MT 2026

Princípio do Bem-Estar Animal na Dissolução da Sociedade Conjugal
The Principle of Animal Welfare in the Dissolution of Conjugal Society: From Property Status to Sentience and Shared Custody

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo tratar sobre o destino dos animais de estimação (pet) após a dissolução da relação afetiva, examinando a possibilidade de sua guarda compartilhada. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica, documental e sites da internet, que trazem dados atuais sobre a guarda compartilhada de animais de estimação. As principais conclusões demonstram a importância dos animais de estimação no seio de uma família diante do status de filho que lhe é atribuído na atualidade; que como ser senciente, o pet não pode ser visto com uma "coisa", por isso atribuem-se a ele direitos, com as respectivas responsabilidades de seus donos no fim da sociedade conjugal, os animais são membros das famílias, são abarcados de afetividade e merecem uma reclassificação jurídica sobre seu status, o que impõe a constatação de que, por analogia, são merecedores das normas sobre a guarda compartilhada. Prevista no Código Civil. Neste contexto que se busca fundamentar a utilização do instituto da guarda compartilhada como solução de conflitos nos casos em que a relação entre duas pessoas não mais se sustenta, buscamos através da revisão na literatura de renomados doutrinadores, como, ALEXANDRE GAETA e HERON JOSÉ DE SANTANA GORDILHO, entre outros. O objetivo final do estudo é oferecer uma orientação para a resolução de conflitos dessa natureza. Além disso, tomamos como hipótese a aprovação do PL nº 1.365/2015, cujo objetivo é, justamente, dispor sobre a guarda compartilhada de animais de estimação. A fim, de tentar adequar e harmonizar os interesses das partes envolvidas e os animais em questão. Busca-se demonstrar a evidente necessidade de previsão legal pertinente ao tema, levando em consideração a preservação do vínculo afetivo que se cria entre os animais domésticos e seus proprietários.

PALAVRAS-CHAVE: Animal de estimação. Divórcio. Guarda compartilhada.

[1] Amanda Rebeson dos Anjos Araújo | amanda.anjo.fcr@gmail.com | (65) 9 9270-2104
[2] Dr. José Olímpio Dos Santos | joseplimpio388@icloud.com | (65) 9 9981-0482

ABSTRACT

This article aims to address the fate of pets (pet) after the dissolution of the affective relationship, examining the possibility of their shared custody. The methodology used was bibliographic, documentary and internet sites research, which bring current data on shared pet ownership. The main conclusions demonstrate the importance of pets within a family in view of the status of children that is currently attributed to them; that as a sentient being, the pet cannot be seen as a "thing", that is why they are given rights, with the respective responsibilities of their owners at the end of the conjugal society, the animals are family members, they are embraced by affection and they deserve a legal reclassification on their status, which imposes the observation that, by analogy, they deserve the rules on shared custody. provided for in the Civil Code. In this context that seeks to support the use of the joint custody institute as a solution to conflicts in cases where the relationship between two people is no longer sustainable, we searched through the literature review of renowned scholars, such as ALEXANDRE GAETA and HERON JOSÉ DE SANTANA FATTY, among others. The ultimate aim of the study is to provide guidance for resolving conflicts of this nature. In addition, we take as a hypothesis the approval of PL No. 1365/2015, whose purpose is, precisely, to provide for the shared custody of pets. In order to try to adapt and harmonize the interests of the parties involved and the animals in question. It seeks to demonstrate the evident need for legal provision relevant to the topic, taking into account the preservation of the affective bond that is created between animals and their owners.

KEYWORDS: Pet. Divorce. Shared Custody.

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, os animais são considerados por muitas pessoas como integrantes do núcleo familiar. Eles vêm sendo reconhecidos como indivíduos de direito e tratados, no âmbito de direito de família, como se fossem filhos no momento das dissoluções conjugais, sendo inclusive designado seu tutor legal e estipulada guarda para este.

Mesmo para além do cenário eleito como objeto de estudo deste trabalho, qual seja, o direito de família, em especial a forma de tutelar o tratamento do animal de estimação em uma separação ou divórcio de um casal, o Direito também vem explorando os chamados “direitos dos animais”, com escopo no Direito Ambiental, bem como em princípios fundamentais constitucionais, e este campo de estudo vem ganhando espaço no âmbito jurídico. Específica para o tema continue realizando uma interpretação por analogia da legislação vigente e demais fontes do Direito, especificamente no que tange ao Direito das Famílias e às suas especificidades.

Uma das fontes do Direito que serve como instrumento para as resoluções dos casos concretos submetidos ao Poder Judiciário com relação à disputa sobre a forma de lidar com os animais de estimação em separações e divórcios é o instituto da guarda, muito embora tenha sido criado para a tutela de filhos menores, a fim de regulamentar questão quanto ao direito de convivência e de alimentos/manutenção; mais especificamente, e também como fonte do Direito destinada aos filhos menores, os ditames da guarda compartilhada.

Por outro lado, não se pode negar que os animais, por mais diferenciada que seja a relação com os seus proprietários quando denominados “animais de estimação”[5], não são sujeitos de direitos em pé de igualdade aos filhos menores, o que traz questionamentos pertinentes a presente pesquisa, especialmente acerca de quais pressupostos devem ser considerados para a análise do problema exposto.

Diante de tal situação, como os “bebês peludos” ficam quando, por exemplo, um casal se separa? para resolver esse problema, o deputado Marcio França apresentou o projeto de Lei nº

1.058/2011[6], atualmente arquivado, para regulamentar a guarda compartilhada de animais de estimação durante o processo de divórcio.

Desta forma, os animais adentraram no âmbito de convivência e proteção das famílias, sendo considerados como membros destas e não raras vezes, sendo tratados como filhos, haja vista que a ciência já provou que os animais são dotados de consciência e são capazes de sentimentos de toda espécie, assim como os seres humanos.

O presente artigo visa abordar tal problemática, trazendo algumas decisões proferidas pelos tribunais brasileiros acerca do tema. Contudo, é chegado o tempo de mudanças para o Direito no que tange ao tratamento dispensado aos animais, haja vista que não podem mais ser classificados como coisa, bens móveis, objetos, todavia, não podem ser detentores de direitos da personalidade, mas sim de direitos que o protejam como espécie.

Objetivo geral, é apresentar o enfoque jurídico em relação à guarda compartilhada dos animais domésticos na dissolução do vínculo conjugal. Tal proteção não deve levar em conta a questão antropocêntrica, colocando o homem como centro de todo o sistema, mas sim deve ser focada no bi centrismo, onde todos os seres são interdependentes e possuem valor em si.

A aplicabilidade aos casos envolvendo a guarda de animais; exemplificação da aplicabilidade da lei através de julgados referentes a essa matéria e análise sobre a lacuna legislativa e sobre o Projeto de Lei nº 1.058/2011, que atualmente se revela como uma tentativa de regulamentação jurídica sobre o tema. Por ser um estudo de revisão bibliográfica, o procedimento metodológico adotado foi à pesquisa bibliográfica, documental e sites da internet.

[3]GOMES, O. Direito de Família. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 35.
[4]PLOURENÇO, Daniel Braga. Direito dos Animais: fundamentação e novas perspectivas. 1 ed. Porto Alegre: Sergio Antônio. Fabris Editor, 2008. p. 42.

2. NATUREZA JURÍDICA DOS ANIMAIS

Os animais, sejam domésticos ou não, têm o seu regulamento no Código Civil7, dispondo que se trata de bens móveis semoventes, ou seja, não há qualquer consideração sobre personalidade, afeto ou mesmo como parte integrante da família. Assim, são tratados como um bem ou uma coisa a qual pertence a seu proprietário. A legislação brasileira qualifica os animais como semoventes, ou seja, são considerados juridicamente como coisas. Conforme o art. 82 do Código Civil Brasileiro conceitua sobre os bens móveis:

"Art. 82. São móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social." O Direito brasileiro, seguindo a definição clássica adotada no mundo jurídico, enxerga os animais não humanos como coisas, bens móveis, semoventes.

Nos dizeres do artigo 82, do Código Civil, são "móveis os bens suscetíveis de movimento próprio, ou de remoção por força alheia, sem alteração da substância ou da destinação econômico-social". "Para saber quem é o proprietário de um animal de estimação ou doméstico, como cães, gatos e cavalos, bastam analisar o documento de pedigree ou, caso o animal não o tenha, sua carteira de vacinação."

Animal de estimação é propriedade privada, cabendo ao seu dono, literalmente, decidir o seu futuro. Todavia, o direito de propriedade não é absoluto, a ordem constitucional brasileira "em seu art. 225, VIII, reconhece que os animais são dotados de sensibilidade, proibindo expressamente as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a sua extinção ou os submetam à crueldade".

Diante do mandamento constitucional, apesar de os animais continuarem com seu status de objeto, são vedadas práticas de crueldade. Passa-se a reconhecer a esses seres vulneráveis o direito fundamental à vida, à integridade física e à liberdade, ecoando novas diretrizes às leis infraconstitucionais e à sociedade. Noutro ponto do Direito Civil estão as normas sobre a formação do casamento e sua dissolução.

---

[5] DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 8.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. p. 27.

[6] BRASIL. Congresso Nacional. Projeto Lei nº 1058, de 13 de março de 2011. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 13 de março de 2011. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesweb/fichadetramitação?idProposicao=498437 Acesso em: 23 out. 2025.

A partir do casamento estabelece-se entre as partes a sociedade conjugal e o vínculo matrimonial. O relacionamento entre humanos e animais tem sido alvo de investigações científicas que focam, no fato de os seres humanos terem desenvolvido, com seres de outra espécie, uma forma muito próxima a que estabelecem com membros da mesma espécie, o que não implica abolição das diferenças e disparidades existentes entre humanos e animais.

Essa convivência acaba beneficiando ambas as espécies, a nova configuração familiar é baseada nesse afeto interespécies (CARRÃO, 2017, p.12). Rompido o afeto e inexistindo interesse na continuidade do matrimônio, a lei brasileira possibilita o desfazimento dessa união por meio do divórcio, de forma direta.

O divórcio direto, sem a exigência do requisito temporal e da prévia separação, foi integrado no ordenamento jurídico pela Emenda Constitucional n. 66, de 14 de julho de 2010, a dar nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal (GONÇALVES, 2012, p. 201-202). [12] Desfeito o casamento, caso haja questões a serem resolvidas, como bens a partilhar ou futuro da prole, as partes devem entrar em consenso.

Impossível o acordo, a decisão sobre as pendências caberá ao magistrado, julgando, conforme a lei e as circunstâncias fáticas, os impasses apresentados. Considerando os pressupostos acima, grande celeuma tem envolvido o ordenamento jurídico brasileiro no momento do divórcio, quando há na dissolução conjugal disputa pelos animais de estimação.

Aparentemente de fácil resolução pelo olhar positivista, pois se o animal é um bem, seu destino deve seguir a do seu proprietário. Logo, em caso de divórcio, o legítimo proprietário ficará com o animal, essa é a regra, porém, nem sempre a melhor via. Apesar da clareza legal, o mundo científico e biológico, no mesmo sentido da Constituição Federal brasileira, atesta que os animais não humanos não são meros objetos, como aponta a letra fria do Código Civil.

Esses animais domésticos, são seres dotados de certa consciência, sentem dor, prazer, frio, medo, demonstram sentimentos, fazem escolhas, enfim, se preocupam com o que lhes acontece, dentro, claro, de suas especificidades e particularidades. Diante desse novo quadro, as normas em vigor não apresentam solução adequada aos casos apresentados ao Poder Judiciário.

[7] BRASIL. Código Civil Brasileiro de 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 03 de junho de 2019.
[8] BRASIL. Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 janeiro 2002.
[9] BRASIL. Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 janeiro 2002.
[10] GAETA, A. Código de Direito Animal. São Paulo: WVC, 2003, p.74
[11] GORDILHO, H. J. S. Abolicionismo animal. Salvador: Evolução, 2008. / KALIL, M.; MENDONÇA, M. Nem Freud explica. Época, São Paulo, 13 dezembro 2008.

Cabe ao magistrado, diante de suas convicções (especialistas, antropocêntricas ou biocêntricas), dos argumentos lançados nos autos e do fundamento legal e filosófico apresentado, julgar as ações. Muitas vezes as decisões não levam em conta o interesse do animal, mas apenas e tão somente o título de propriedade, na manutenção da visão arcaica do Direito.

Por não haver legislação específica sobre o tema, a fim de resolver a lacuna legislativa, o deputado federal Márcio França (PSB-SP) apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 7196/10[13], no intuito de regulamentar a guarda de animais de estimação em caso de divórcio sem acordo entre as partes. Interessante é a contida no art. 6º, § 4º, ao prever a concessão da guarda do animal a terceiros, se o juiz verificar ser a melhor solução, em razão dos detentores não reunirem condições adequadas (BRASIL, 2014).

Uma medida não abordada no projeto de lei é a questão dos alimentos ou da pensão alimentícia aos animais. Indiscutível que a manutenção de animais de estimação traz despesas, as quais devem ser suportadas por ambos os detentores, independe de quem ficará com a guarda, seja ela unilateral ou compartilhada.

Apesar do Projeto de Lei nº 7196/10, estar arquivado na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, atualmente está em tramitação o Projeto de Lei nº 1058 de 2011, proposto pelo Deputado Federal Dr. Ubiali (PSB/SP), a tratar do mesmo tema (BRASIL, 2014). O Projeto de Lei nº 1058/11 é cópia autêntica do projeto de lei anterior, não merecendo maiores comentários.

O Projeto de Lei n. 1058/2011 sofreu alterações por meio do substitutivo do deputado federal Ricardo Trípoli (PSDB/SP). As mudanças se deram no sentido de incidir as regras legais à união estável de heterossexuais ou homossexuais, e excluir a definição da guarda do animal pela prova da propriedade, mas apenas para o postulante que demonstrar o maior vínculo afetivo com o animal de estimação e melhor aptidão para a posse.

Não foi incluída regra sobre pensão alimentícia ao animal, atualmente, o projeto encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania aguardando deliberação.

Enquanto o Projeto de Lei n. 1058/2011 não é aprovado, cabe ao Poder Judiciário estabelecer parâmetros legais sobre a matéria, resolvendo os casos que lhe são apresentados.

O magistrado não pode furtar-se a julgar o caso sob o fundamento de inexistência de previsão legal, pois se utilizará de outros meios, como a analogia, os costumes e os princípios gerais de direito. Atualmente, segundo informações no sítio eletrônico da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei encontra-se arquivado na Mesa Diretora.

Segundo o Projeto de Lei nº 7196/10, em seu artigo 2º, caso não haja acordo entre as partes sobre a guarda do animal doméstico, caberá ao juiz determinar com quem ficará o animal, levando em consideração o verdadeiro proprietário ou quem demonstrar capacidade para a posse responsável.

---

[12] GONÇALVES, Carlos Alberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de família. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Segundo o Projeto de Lei nº 7196/10, em seu artigo 2º, caso não haja acordo entre as partes sobre a guarda do animal doméstico, caberá ao juiz determinar com quem ficará o animal, levando em consideração o verdadeiro proprietário ou quem demonstrar capacidade para a posse responsável.

O projeto mantém o animal como coisa, objeto de direito, não contribuindo, portanto, para uma verdadeira conscientização do ser humano em relação à vida e dignidade desses seres, todavia, destaca a possibilidade de o animal ficar com

Quem demonstrar ser o melhor guardião, rompendo com a tradição do domínio. O projeto de lei traz requisitos objetivos para o juiz determinar com quem ficará o animal de estimação em caso de disputa. Em seu artigo 5º, dispõe quais as condições a serem observadas: a) ambiente adequado para a morada do animal; b) disponibilidade de tempo, condições de trato, de zelo e de sustento; c) o grau de afinidade e afetividade com o animal; d) demais condições que o juiz considerar imprescindíveis para a manutenção da sobrevivência do animal, de acordo com suas características.

O Projeto de Lei nº 7196/10 traz ainda a possibilidade da guarda unilateral ou compartilhada, a depender das circunstâncias do caso (art. 4º). Na hipótese de guarda unilateral, é previsto o direito de visita da parte não guardiã. Medida rio e indiscutível no mundo, os animais, em especial mamíferos e aves, são considerados. Portanto, o Projeto de Lei 1058/11.

O presente projeto que de lei da guarda compartilhada de animais merece aplausos, tendo em vista o alcance e a possibilidade de viabilizar a problemática que ainda se respalda na analogia aos casos concretos da guarda compartilhada de crianças, tendo, pois não tem norma regente aos casos com animais. Projeto este do deputado Dr. Ubiali (PSB-SP), que tramita na Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável trata de um problema sério que não encontra previsão em nenhuma lei.

O projeto é idêntico ao PL 7196/10, do deputado licenciado Márcio França (PSB-SP), que foi arquivado ao final da legislatura passada. O projeto dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências.

De acordo com o texto, o juiz deverá também observar as seguintes condições: ambiente adequado para a morada do animal; disponibilidade de tempo para os cuidados com ele; condições de trato, de zelo e de sustento; grau de afinidade e afetividade entre o animal e a parte; e demais condições que considerar imprescindíveis para a sobrevivência do animal. Nesses casos, o animal doméstico é atualmente incluído no rol dos bens a serem partilhados, de acordo com o que ditar o regime de bens do casal.

A visão atual dos juízes é que esse animal é um bem e, como tal, deve ser tratado como um objeto. Nós sabemos que os animais são tidos com muita afetividade, até como se fossem filhos.

---

[13] NASCIMENTO, Gilberto. Projeto regula guarda de animal de estimação em caso de divórcio. Disponível em: http://robertomarinhoguimaraes.blogspot.com/2010/07/projeto-regula-guarda-de- animal-de.html Acesso em 06.out.2010.

Portanto, este projeto de lei vai permitir que na separação fique bem clara a posição de cada um na relação com o animal, tempo de visita, com quem fica. Esse afeto é assim explicado:

O afeto diz respeito ao estado psicológico que contribui para que o ser humano possa demonstrar e expressar as emoções e os sentimentos que tem em face de outra pessoa ou coisa. Trata-se do conhecimento advindo da vivência, e não se limita apenas aos contatos físicos, e sim diante da interação e interligação que ocorre entre as partes envolvidas, podendo estender tal classificação para pessoas e coisas (AMARAL; DE LUCA, 2015, p.303).[14]

O artigo 4º do projeto de lei 1058/11 dispõe sobre a guarda unilateral, quando a guarda fica concedida a um só dos cônjuges, e a guarda compartilhada, quando a guarda é compartilhada por ambas as partes. Vejamos:

Art. 4º I – Unilateral: quando concedida a uma só das partes, a qual deverá provar ser seu legítimo proprietário, por meio de documento de registro idôneo onde conste o seu nome; II - Compartilhada, quando o exercício da posse responsável for concedido a ambas as partes.

Como podemos observar o Artigo dispõem de regras, para ambas as partes, sejam, elas unilateral ou compartilhada desde que estejam interessados pela companhia do animal de estimação, e, além disso, ainda dispões de regras para o caso de um dos donos se casarem novamente, ele não perderá o direito de ter consigo o animal de estimação, que só lhe poderá ser retirado por mandado judicial, caso seja provado que o bicho não está sendo bem tratado.

O Projeto de Lei nº 1.058/2011 sofreu alterações por meio do substitutivo do deputado federal Ricardo Trípoli. As mudanças se deram no sentido de incidir as regras legais à união estável de heterossexuais ou homossexuais, e excluir a definição da guarda do animal pela prova da propriedade, mas apenas para o postulante que demonstrar o maior vínculo afetivo com o animal de estimação e melhor aptidão para a posse.

A Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprovou o Projeto de Lei nº 1.058/2011 com as devidas alterações feitas por Trípoli. Infelizmente, antes da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania se manifestar acerca do projeto, o mesmo foi arquivado com base no art. 105 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

3. MATRIMÔNIO E SUA DISSOLUÇÃO

Retrocedendo um pouco antes do surgimento da Constituição Federal de 1988 e suas modificações em relação ao reconhecimento de novos modelos familiares pelo direito de família, havia uma questão muito importante que dificultava a resolução do principal conflito das relações matrimoniais, qual seria a impossibilidade da dissolução matrimonial realizada pelo casamento legalizado, uma vez que o direito de família brasileiro não dispunha de legislação específica que contemplava o divórcio.

Entretanto, passadas muitas controversas sobre o problema em questão, somente com a emenda constitucional nº. 5 de 1975, houve a apresentação da possibilidade legal de dissolver o vínculo matrimonial, estabelecendo como exigências o transcurso de 5 anos de desquite ou sete anos de separação de fato. Contudo, a norma não foi aprovada por não atingir o número mínimo exigido de dois terços de senadores e deputados que a Emenda Constitucional nº. 1 de 1969 exigia para a aprovação de qualquer projeto que visasse o divórcio como tema.[15]

Assim, na época, meramente, era concedido aos cônjuges o desquite como forma de desfazer a relação conjuga; contudo, os casais eram impedidos de casar-se novamente, ficando, de certo modo, atrelados ao passado e a relacionamentos fracassados que traziam frustrações e problemas para as relações futuras que os ex- cônjuges possivelmente poderiam estabelecer.

Todavia, após a constituição de 1969, não demorou muito para que o tema da dissolução do matrimônio finalmente fosse visto com maior relevância e, assim, através da emenda nº. 9 da constituição do ano de 1977, o direito brasileiro de família finalmente reconheceu o divórcio.[16]

3.1 DA GUARDA COMPARTILHADA

Assim, o artigo 1.583, § 1º, segunda parte, do Código Civil do ano de 2002, em observância à redação da Lei nº 11.698/08, trouxe uma nova possibilidade de guarda, qual seria a compartilhada, que é definida como "a responsabilidade conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns"[17].

Todavia, a partir desta nova mudança na legislação, na prática, o que tínhamos não era realmente uma guarda compartilhada entre os genitores, mas um tipo de guarda que Conrado Paulinho da Rosa define como "alternada", onde, segundo ele, o menor passava de uma casa a outra e, no período pré-estabelecido para cada genitor, estes exerciam de forma individual sobre o interesse do menor.

Isso ocorria principalmente porque não se tinha uma vasta legislação sobre o tema, trazendo certa confusão aos doutrinadores que aplicavam esta alternativa como forma de solução para os conflitos[18]. Assim, somente com a entrada em vigor da Lei 13.058 de 22-12-2014 os artigos 1.583 e 1584 do Código Civil foram alterados e, segundo o doutrinador Rolf Madaleno[19]:

Esta lei deu origem ao conceito de guarda compartilhada legal, definida pela responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não viviam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns.

Ainda, segundo Fernanda Rocha Lourenço Levy, apud Conrado Paulinho da Rosa, esta nova lei da guarda compartilhada[20] "busca preservar os laços paternos filiais em condições de igualdade entre os genitores". Dessa forma, entende-se que, neste modelo de guarda, os genitores não exercem individualmente a gestão e cuidados sobre os assuntos do menor, mas conjuntamente.

O desenvolvimento do presente artigo abordou a guarda compartilhada dos animais domésticos. Entretanto, para melhor elucidar a respeito do tema, houve a necessidade de, primeiramente, realizar-se uma análise a respeito de todo conceito histórico do desenvolvimento do Direito de Família no Brasil.

Desta análise, chegou- se à conclusão de que o direito é mutável, flexível, dentro do possível e dentro das regras de fontes do direito, pois se baseia nas relações pessoais da sociedade e em suas mudanças de leis, costumes, jurisprudências, culturas, etc. Neste sentido, o presente artigo focou em vários tipos de tratamentos que os animais recebem e como são vistos e protegidos pelo Direito brasileiro, inclusive chegando a apontar casos de contrapontos de visões sobre o tratamento jurídico dos animais.

Um exemplo disto seria a própria forma com que a Constituição Federal de 1988 lida com o tema. O diploma prevê normas interpretáveis no sentido de proteção aos animais e afastamento de práticas de crueldade contra os mesmos. Entretanto, esta previsão não é suficiente para prevenir que

na sociedade atual certas formas de tratamento dos animais sejam, ao mesmo tempo, lícitas e prejudiciais aos mesmos.

Ou seja, muitos atos classificáveis como danosos aos animais acabam sendo considerados legais justificados e flexibilizados pelo ordenamento jurídico atual simplesmente por não existir uma legislação mais especifica sobre o tema. Contudo, pode-se perceber mudanças positivas acontecendo, principalmente devido ao comportamento da sociedade atual em relação ao animal doméstico.

Nota-se, naturalmente, que está se desenvolvendo um vínculo maior entre os humanos para com estes animais. Um exemplo disto seriam as leis que estão sendo instauradas sobre práticas que antes eram aceitas e hoje são devidamente abolidas, seja por conceito moral, seja para uma forma mais efetiva de lidar com o animal na sociedade humana, como é o caso da lei de controle de pesquisa com animais Lei nº 11.794, citada no decorrer da referida pesquisa.

Nessa lógica, entende-se que, nos dias de hoje, os animais domésticos são considerados pela grande maioria como integrantes do núcleo familiar. Dito isso, sabe-se que estes vêm sendo reconhecidos como indivíduos de direitos e tratados, dentro do âmbito de Direito de Família, como se filhos fossem no momento das dissoluções conjugais, sendo, inclusive, designado seu tutor legal e estipulada guarda para este.

[14] AMARAL, Antônio Carlos Ferreira; DE LUCA, Guilherme Domingos. A guarda compartilhada e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. XXIV Congresso Nacional do Conpedi - UFMG/FUMEC/DOM Helder Câmara. Direito de Família e Sucessões.

[15] Instituto Brasileiro de Direito de Família. Op.cit.

[16] DELGADO, Mario Luís. 40 Anos Do Divórcio No Brasil: Uma História De Casamentos E Florestas. Revista Consultor Jurídico. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2017.

[17] BRASIL. Lei nº 11.6G8 de 13 de junho de 2008. Altera os artigos 1.583 e 1.584 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. Código Civil.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11698.htm Acesso em: 15 de novembro de 2025.

[18] ROSA, Conrado Paulinho. Nova Lei da Guarda Compartilhada. São Paulo. Saraiva. 2015. p 59.

[19] MADALENO Rolf; MADALENO Rafael. Op.cit. 2017. p 102

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para muitos, o seu cachorro, por exemplo, merece exatamente o mesmo cuidado, reparo, atenção e respeito que um filho menor. Esse comportamento tão fiel pode ser facilmente observado e comprovado, por exemplo, quando o tutor do animal faz o investimento que for preciso para tratá-lo de alguma doença, ainda que o animal não lhe traga nenhum proveito financeiro.

Ou seja, o fundamento do cuidado e investimento no animal doméstico é diferente daquele direcionado para o animal criado como forma de lucro ou para alguma funcionalidade prática: trata-se de um fundamento afetivo. Verificou-se, também, que quem mais está aderindo a esse tipo de convivência são os jovens casais.

Mas, conforme demonstrado no presente trabalho, após a união destes casais e a formação de novos tipos familiares, estes ainda estão sujeitos a separações conjugais. Assim, a problemática que se instaurou no Judiciário foi, no caso da dissolução matrimonial, com quem ficará o animal de estimação.

Neste caso, muitos juristas estão solucionando o problema baseando-se e fazendo analogias e associações com o Direito de Família brasileiro. Assim como a legislação instituiu um conceito de compartilhamento de guarda visando o interesse do menor, esta está sendo utilizada para solucionar tal conflito face à inexistência de normatização sobre o tema. Inclusive a aplicação da guarda compartilhada é a mais utilizada nestes casos, já que, para solucionar tal conflito, busca-se o melhor interesse dos ex-cônjuges e do animal objeto da lide.

Desta forma, espera-se que num futuro próximo ocorra uma normatização a respeito da guarda dos animais domésticos, face à existência de projetos de lei a respeito do tema que ainda não foram sancionados, podendo inclusive continuar tomando como base as providências já aplicadas no Direito de Família.

[20] LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. Guarda dos filhos: os conflitos no exercício do poder familiar. São Paulo: Atlas, 2008 apud ROSA, Conrado Paulinho. Op.cit. 2015. p. 54.

6. REFERÊNCIAS

AMARAL, Antônio Carlos Ferreira; DE LUCA, Guilherme Domingos. A guarda compartilhada e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro. XXIV Congresso Nacional do Conpedi - UFMG/FUMEC/DOM Helder Câmara. Direito de Família e Sucessões.

BRASIL. Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 10 janeiro 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 20 out. 2025.

BRASIL. Congresso Nacional. Projeto Lei nº 1058, de 13 de março de 2011. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial da União, 13 de março de 2011. Disponível em:**http://www.camara.gov.br/proposicoesweb/fichadetramitação?idProposicao=498** 437 Acesso em: 23 out. 2025.

BRASIL. Código Civil Brasileiro de 2002. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm>. Acesso em: 03 de junho de 2025.
CARRÃO, Marina e Silva de Amorim. Família multe espécie: a guarda de animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e vínculo conjugal.
Monografia. Curso de Ciências Jurídicas. Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n° 1058 de 2011. Dispõe sobre a guarda dos animais de estimação nos casos de dissolução litigiosa da sociedade e do vínculo conjugal entre seus possuidores, e dá outras providências. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=498437
. Acesso em: 22 out. 2025.

DIAS, Maria Berenice. Manual de direito das famílias. 8 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011. P.27.
DELGADO, Mario Luís. 40 Anos Do Divórcio No Brasil: Uma história de casamentos e florestas. Revista consultor jurídico. Disponível em: https://www.conjur.com.br/2017-out-22/processo-familiar-40-anosdivorcio-brasil- historia-casamentos-florestas. Acesso em: 13 de out. 25.
GAETA, A. Código de Direito Animal. São Paulo: WVC, 2003.

GOMES, O. O direito de família. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 35.

GONÇALVES, Carlos Alberto. Direito Civil Brasileiro: Direito de família. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.
GORDILHO, H. J. S. Abolicionismo animal. Salvador: Evolução, 2008. KALIL, M.; MENDONÇA, M. Nem Freud explica. Época, São Paulo, 13 dezembro 2008.

LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. Guarda dos filhos: os conflitos no exercício do poder familiar. São Paulo: Atlas, 2008 Apud ROSA, Conrado Paulinho. Op.cit. 2015. P. 54.

LOURENÇO, Daniel Braga. Direito dos Animais: Fundamentação e Novas Perspectivas.1 ed. Porto Alegre: Sergio Antonio. Fabris Editor, 2008. p. 37.

MADALENO Rolf; MADALENO Rafael. Guarda compartilhada – Física e Jurídica.
2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017. p 45. 18 Idem, p 47

NASCIMENTO, Gilberto. Projeto regula guarda de animal de estimação em caso de divórcio. Disponível em

http://robertomarinhoguimaraes.blogspot.com/2010/07/projeto-regula-guarda-de- animal-de.html Acesso em 06.out.2010.
ROSA, Conrado Paulinho. Nova Lei da Guarda Compartilhada. São Paulo. Saraiva. 2015. p 59.

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Uma Análise da Prevalência em Cuiabá-MT

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

"Artigo científico voltado à análise da instrução de armamento e tiro e de sua importância como ferramenta de capacitação técnica na Segurança Pública."

Cuiabá-MT 2026

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Uma Análise da Prevalência em Cuiabá-MT

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

Cuiabá-MT 2026

Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: Uma Análise da Prevalência em Cuiabá-MT

Sexual Violence Against Children and Adolescents: An Analysis of Prevalence in Cuiabá-MT

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo1
Dr. José Olímpio dos Santos[2]

RESUMO

A violência sexual contra crianças e adolescentes é definida como um fenômeno complexo que está presente em todo o mundo e que atinge, de forma categórica, milhares de crianças e adolescentes brasileiros, aferindo a proteção que está contida no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, em seu artigo 5º, que espelha a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989: "Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais (LIMA, 2015). Segundo Lima, (2015) o abuso e a exploração sexual são práticas cruéis e criminosas, capazes de deixar marcas profundas no corpo e na alma das vítimas. Neste contexto o autor ele enfatiza a forma posterior da exploração sexual acaba deixando no menor pois a forma que eles são violentados eles são submetidos ao silêncio, essa prática muitas vezes elas são de forma repentina, ou seja, pode se durar, semanas, meses ou anos. Além o agressor na maioria das vezes culpa a criança e o adolescente do ocorrido o que os fazem a terem suas mentalidades alterada. Podemos definir como crianças sujeitos com idade entre zero e 12 anos incompletos e adolescentes aqueles entre os 12 e 18 anos, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente ECA, 1990, o que desmembra o conceito gerado pela Convenção sobre os Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas7 - ONU, 1989, que define no Art. 1: "Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo LIMA, 2015). Grande parte dos estudos e publicações sobre o tema violência sexual contra criança e adolescente utilizam o termo violência sexual de forma generalizada para tratar os vários tipos existentes, como nos esclarecem Lima (2015, apud Santos e Ippolito, 2011, p. 63), porém para que haja um entendimento mais claro da situação é necessário que o conceito seja desmembrado, analisando separadamente as duas formas que o compõem, que são: o abuso sexual e a exploração sexual comercial.

Palavras-chave: Violência sexual. Abuso sexual infantil. Exploração sexual. Criança e Adolescente.

1 Amanda Rebeson dos Anjos Araújo | amanda.anjo.fcr@gmail.com | (65) 9 9270-2104

2 Dr. José Olímpio Dos Santos | joseplimpio388@icloud.com | (65) 9 9981-0482

ABSTRACT

Sexual violence against children and adolescents is defined as a complex phenomenon that is present throughout the world and that categorically affects thousands of Brazilian children and adolescents, measuring the protection contained in the 1990 Child and Adolescent Statute , in its article 5, which mirrors the 1989 United Nations Convention on the Rights of the Child: "No child or adolescent will be subject to any form of negligence, discrimination, exploitation, violence, cruelty and oppression, punishable under any law attack, by action or omission, to their fundamental rights (LIMA, 2015). According to Lima (2015), sexual abuse and exploitation are cruel and criminal practices, capable of leaving deep marks on the body and soul of victims. In this context, the author emphasizes the later form of sexual exploitation ends up leaving the minor because the way they are raped they are subjected to silence, this practice is often sudden, that is, it can last, weeks, months, or years old. In addition, the aggressor most often blames the child and adolescent for what happened, which makes them have their mentalities changed. We can define children aged between zero and 12 years old and adolescents as those between 12 and 18 years old, according to the Statute of Children and Adolescents - ECA, 1990, which breaks down the concept generated by the Convention on the Rights of Child of the United Nations7 - UN, 1989, which defines in Art. 1: "Under the terms of this Convention, a child is every human being under the age of 18, unless, under the terms of the applicable law, it attains coming of age earlier LIMA, 2015). A large part of the studies and publications on the topic of sexual violence against children and adolescents use the term sexual violence in a generalized way to address the various existing types, as explained by Lima (2015, apud Santos and Ippolito, 2011, p. 63), however in order to have a clearer understanding of the situation, it is necessary that the concept be dismantled, analyzing separately the two forms that compose it, which are: sexual abuse and commercial sexual exploitation.
Keywords: Sexual violence. Child sexual abuse. Sexual exploitation. Child and adolescent.

INTRODUÇÃO

A violência acompanha a história, atingindo todas as classes e segmentos sociais. Ela também acarreta a diminuição da qualidade de vida individual e da coletividade, constituindo, na sociedade contemporânea, um grave problema de Saúde Pública em nível global (SANTOS Brasília 2018). Segundo Santos, (2018) Ao em torno de 40 milhões de crianças e adolescentes sofram abuso sexual. Porém há relatos em que pôr medo do agressor, as vítimas não denunciam pois muitos das agressões frente seu psicológico afetados a vítima, se fecham e prefiram ao não relatar, tanto por constrangimento no que sofreu.

Define-se abuso ou violência sexual na infância e adolescência como a situação em que a criança, ou o adolescente, é usada para satisfação sexual de um adulto ou adolescente mais velho, (responsável por ela ou que possua algum vínculo familiar ou de relacionamento, atual ou anterior), incluindo desde a prática de carícias, manipulação de genitália, mama ou ânus, exploração sexual, voyeurismo, pornografia, exibicionismo, até o ato sexual, com ou sem penetração, sendo a violência sempre presumida em menores de 14 anos (adaptado de ABRAPIA, 1997).

De difícil suspeita e complicada confirmação, os casos de abuso sexual na infância e adolescência são praticados, na sua maioria, por pessoas ligadas diretamente às vítimas e sobre as quais exercem alguma forma de poder ou de dependência (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005). Este trabalho tem como intuito de relatar a violência em criança e adolescente em Mato Grosso em Cuiabá.

Ao decorrer dos anos as crianças e os adolescentes as vítimas mais frequentes de expressões pela violência, justificando-se, devido assim pela fragilidade desses sujeitos. Muitos são os relatos de meninos e meninas que são, diariamente e repetidamente, submetidos às mais diversas e dolorosas manifestações de violência sexual deixando marcas em seu corpo e psicologicamente.

A violência sexual, independentemente do âmbito onde ocorra, traz graves danos à vida mental da criança e do Adolescente, refletindo nas relações sociais cotidianas e, principalmente, no aspecto subjetivo dos indivíduos, trazendo inúmeras vezes na perpetuação dos atos violentos. A importância desse trabalho é relatar sobre os casos cometidos contra a criança e adolescente devido ser um tema abrangente e pouco se falado.

Segundo o artigo 5 do Estatuto da Criança e do adolescente é bem claro ao relatar que:
Art. 5º Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais.

Este artigo é fundamental, que todas as Crianças e adolescentes possam saber da importância deste artigo, pois é uma lei que os ampara em todos e quaisquer tipos de violência e principalmente o que mais acontece os abusos sexuais. De alguns anos para os dias atuais traz a data 19 de maio que é o chamado dia de Combate à exploração sexual contra a Criança e o Adolescente, o mês laranja, é pouco se comentado, analisa-se a ineficácia do combate à exploração sexual infantil onde se há uma grande prevalência da violência contra a esses menores.

VIOLÊNCIA SEXUAL

A palavra violência tem origem no latim que significa força, e pode ser definida como “qualquer força empregada contra a vontade, liberdade ou resistência de pessoa”. A violência sexual é um assunto de difícil abordagem por ser delicado e perturbador, muitas vezes envolto em "tabus sociais", como incesto e/ou violência 19 contra crianças de tenra idade, que geram desconforto entre a sociedade de uma forma geral.

Essa violação de direito pode ser definida como o relacionamento de criança ou adolescente em atividades sexuais com um adulto, ou com qualquer pessoa um pouco mais velha, onde exista diferença de idade, de tamanho ou de poder, em que a criança é usada como objeto sexual para satisfação das necessidades ou dos desejos do adulto (LIMA, 2015).

De acordo com Faleiros (2008) A violência sexual é compreendida como a utilização forçada de atividades relacionadas a prática sexual em detrimento dos direitos do outro. Assim ela pode acontecer de várias formas.

Em todos os abusos sexuais ele apenas é para trazer a lascívia do abusador em todos seus aspectos, colocando se em prática o que está em mente e trazendo assim para a vítima. O poder é violento quando se caracteriza como uma relação de força de alguém que a tem e que a exerce visando alcançar objetivos e obter vantagens (dominação, prazer, sexual, lucro) previamente definidas. “A relação violenta, por ser desigual, estrutura-se num processo de dominação, através do qual o dominador, utilizando-se de coação e agressões, faz do dominado um objeto para seus ganhos”.

A relação violenta nega os direitos do dominado e desestrutura sua identidade. “O poder violento é arbitrário ao ser, autovalidado” por quem o detém e se julga no direito de criar suas próprias regras, muitas vezes contrárias às normas legais. (FALEIROS, 2008). Conforme o autor realça, o abusador ele em inúmeras vezes usa de coação, no intuitivo de trazer para a Criança e o adolescente algo que para eles é um gesto de carinho, ocorre que para essa fase não têm sua mentalidade formada nesses aspectos de abusos principalmente os menores de 14 anos, como também é difícil os próprios pais não comunicam sobre esta situação.

EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

A exploração sexual de crianças e adolescentes, é uma forma de violência caracterizada pela utilização sexual desses sujeitos, é o uso sexual de criança ou adolescente para obter lucro, e em troca o abusador tem a sua vantagem. Expressa- se de quatro formas: prostituição, pornografia, tráfico e turismo sexual.

De acordo com o artigo 227 da CF inciso 4º em que diz que "a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente", por, mas que isso seja um dever de todos os adultos, deve se também ser uma conscientização para todos, ainda há muito dessa prática contra as crianças e os adolescentes, onde se ofertam um valor em busca de satisfação e prazer.

Além disso, muitas crianças e adolescentes inseridos numa situação de exploração sexual apresentam a “falsa noção de escolha com relação ao contexto em que estão inseridos”. Todavia, o que se apresenta de fato é um ambiente complicado em que os submetem de exploração daqueles que não têm condições concretas e reais de se auto proteger ou de obter um discernimento.

A exploração sexual no contexto de prostituição é a que está diretamente relacionada ao contexto comercial. Neste tipo de violência, é comum o envolvimento de adultos como intermediadores. Normalmente, há uma rede de aliciadores, agenciadores e facilitadores que são favorecidos financeiramente. Apesar de a forma mais comum envolver a participação de um agente entre a criança ou adolescente e o cliente, essa violação também pode ocorrer sem intermediários (SOUZA, 2017, p. 90).

Ao observar as singularidades da exploração sexual, é possível constatar que, o que está por trás são relações desiguais e de poder, nas quais as crianças e adolescentes não são reconhecidos enquanto sujeitos de direitos, mas como objetos sexuais. Muitos desses casos ocorrem com as meninas, mas existe também o caso em que os meninos que são as vítimas, onde usam do tamanho de sua vulnerabilidade e desconhecimento do tal.

Uma das fontes onde o explorador atua é por meio da Internet, sites, jogos, sites de comunicação como o Facebook, Instagram dentre outros de comunicações, onde o autor usa de várias estratégias para que possa ganhar a confiança da criança e do adolescente.

É por este sentido que a ECA afirmar que a proteção de crianças e adolescentes é de tamanha responsabilidade de toda a sociedade, da família e do Estado. Isso se justifica, pois devido à condição de desenvolvimento, crianças e adolescentes estão ainda formando suas crenças sobre si, sobre o mundo e sobre o futuro. Desse modo, estão desenvolvendo seus repertórios de comportamento e de relacionamento.

ABUSO SEXUAL INFANTIL

Nesta forma de violência, a criança ou o adolescente é utilizado para satisfazer os desejos sexuais do agressor, que se vale do emprego da violência e das relações de poder e de confiança para a prática de qualquer ato de natureza sexual. O abuso sexual é um grave fenômeno que afeta crianças e adolescentes em todo o mundo.

Trata-se de uma forma de violência universal que atinge todas as faixas etárias, diferentes contextos sociais e econômicos, bem como diferentes etnias, culturas e religiões (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005, p.) Diferente da exploração sexual onde o autor usa de meios de trocas para satisfazer sua vontade, o caso do abuso ele usa o meio do poder, ocorre principalmente com aquele onde a vítima o vê como alguém seja de sua Família, amigos, ou pessoas de confiança.

Considerando também que esse tipo de prática ocorre em todos os tipos de lares, sejam eles, de diferente classes sociais, etnias, culturas e até mesmo nas religiões, onde aquela autoridade espiritual, impondo tal ato principalmente com as fragilidades da criança e do adolescente.

Gabel (1997 apud Habigzang; Koller, 2011, p. 13) O abuso sexual baseia-se em uma relação de poder desigual entre o agressor e a vítima configurada em três níveis: o poder exercido pelo grande (protetor) sobre o pequeno (dependente); a confiança que o pequeno tem no grande; e, o uso delinquente da sexualidade, ou seja, o atentado ao direito que o indivíduo tem de propriedade sobre o seu próprio corpo.

A criança e o adolescente, quando se trata de uma situação de violência sexual, geralmente apresentam alguns sinais e sintomas que caracterizam a ocorrência da violação de direitos. Ainda que casa caso seja único, é possível observar alterações comportamentais, cognitivas e emocionais que se apresentam como indicativos.

Os sintomas mais indicativos são: pesadelos e problemas com o sono, mudanças de hábitos alimentares, automutilação, depressão, falta de comunicação, os choros repentinos, sentimentos de vergonha, medo, ansiedade, irritabilidade, raiva, tristeza e culpa, dentre outros.

Contudo, nem sempre ocorre a vítima de abuso sexual traz relatos sobre a situação de violência vivenciada. Isto por quê, o abuso sexual é uma violência silenciosa que se reproduz numa dinâmica de segredos, muitas vezes acompanhado por ameaças, coação, o abuso de poder dentre elas e outras formas de violência, fazendo com que a criança e ao adolescente sintam-se culpados ou responsáveis pelo ocorrido.

Muitos sentem medo e preocupações, quando envolve o relato da violência sexual, haja vista que a maioria dos casos de abuso sexual se dá num contexto intrafamiliar, com pessoas que apresentam uma relação de confiança com a vítima.

ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR

O abuso Sexual Intrafamiliar, é estes acometidos por pessoas de grau parentesco próximas e que em muitas vezes residem na própria casa da Criança e Adolescente. Muitas crianças vêm sendo abusadas sexualmente dentro de suas próprias famílias, em um local onde deveriam receber carinho, atenção e principalmente o respeito, são molestadas, usam de sua fragilidade, e o autor

desse crime é a pessoa na qual depositara sua confiança e sua vida, e agora, é a causa do sentimento de humilhação e sofrimento.

Tais crianças passam por muito tempo e até as vezes anos guardando um segredo que só lhes prejudicam, por não conseguir ter coragem, ou até mesmo o espaço para revelar ao que tiveram que se submeter.

Segundo Sasaki (2012,) nos chama atenção para a forma sutil em que o fenômeno acontece: "O abuso sexual acontece por meio de "brincadeiras" maliciosas carícias com teor erótico ou qualquer outro tipo de ato sexual". A relação abusiva pode ser hetero ou homossexual.

Nessa decorrência a pessoa familiar ela sabe de que forma como aproveitar de sua vontade na criança e no adolescente como tais formais de aproximar-se dela, pois elas veem que são alguém de sua família que pensa como forma de gesto carinhoso. Segundo a Constituição Federal de 1998, no seu artigo 227, e artigo 4 do ECA definem:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com base absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo e toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Os abusos sexuais cometidos contra o menor são de seus familiares próximos como, pai, mãe, tios, irmãos, primos, avôs, dentre outros, porque para elas pensam que estão sendo cuidadas, aonde às mesmas elas vêm o papel do adulto de sua familia como de alguém responsável por elas, onde possam encontrar uma segurança.

Segundo Moreira, Souza (2012) elas consideram que a violência intrafamiliar que atinge crianças e adolescentes cometidas por seus pais, membros da família extensa ou pelos responsáveis revela uma transgressão dos adultos, porque, além de não cumprirem o dever de proteger e promover os direitos de suas crianças e adolescentes, são eles próprios os agentes da violência.

Conforme Sheila Antony, (2018) A criança, ao sofrer um trauma, tem a unidade integrada corpo-mente rompida. O corpo, sede das emoções e sensações, passa a ser objeto temido/negado/alienado e, para defender-se do medo, da angústia aterrorizante, a criança corta a conexão com a mente, lugar dos pensamentos e imagens.

Ao bloquear o contato com os pensamentos e sentimentos dolorosos, dá origem às somatizações (dores e enfermidades no corpo), aos sintomas de ordem cognitiva (como desatenção, falhas de memória, pensamento lenificado) e aos de fundo psicológico, como depressão, fobias, ansiedades, ideias obsessivas, condutas compulsivas, transtornos alimentares. (ANTONY, 2018).

De acordo com o autor, ele enfatiza os sentimentos e os gestos que a criança demostra quando ela é abusada, pelo fato dela mesma ficar em silêncio, ou pelo fato de alguém tão próximo a ela lhe fez isso, completamente vem gerando transtornos emocionais o que a impossibilita muitas vezes em todas as áreas da vida dela.

Segundo Antony (2018) O abuso sexual contra crianças na família é considerado uma traição ao princípio da lealdade familiar. Ou seja, o adulto responsável ele tem o dever de amparar de cuidar e proteger, quando ele quebra esse vínculo automaticamente ele também está quebrando um princípio constitucional do dever da Familia.

UM PACTO FAMILIAR DE SILÊNCIO

Em algumas situações, quando o incesto é revelado, a mãe reage com ciúmes, como rival e passa a colocar na filha a responsabilidade pelo ocorrido. Para corroborar com essa prática, estaria a dificuldade de a mãe reconhecer o incesto, pois seria o reconhecimento de seu fracasso como mãe e esposa, enquanto o abusador usa de todos os meios para manter seus atos em silêncio e encobertos 18 (PFEIFFER. SALVAGNI, 2005).

Diante dessa repercussão, a criança em grande maioria dos casos relata o abuso cometido por alguém próximo a ela, e ela conta especificamente ao pai ou mãe o que a recentemente lhe foi abusada, é dolorosamente pedida para ficar em silêncio e não comentar o que ocorreu. Analisa-se que não tem um amparo da familia quando aquele menor foi cometido uma violação de sua integridade.

Os três princípios fundamentais que representam a base da Doutrina de Proteção Integral são:

4. I - o conceito de criança como sujeito de direitos e que tem condições de participar das decisões que lhe dizem respeito;
5. II - o princípio do interesse superior da criança, isto é, que os direitos da criança devem estar acima de qualquer outro interesse da sociedade;
6. III - o princípio da indivisibilidade dos direitos da criança, ou seja, não se trata de assegurar apenas alguns direitos e sim, todos (VOLPI, 2001).

É importante compreender que este principal princípio, pois a criança antes da lei 8.069, de 13 de Julho de 1990. ela não era vista pelo estado e tão inerente a sociedade, conforme as leis foram se alterando foram trazendo um luz e amparo para a criança e o adolescente, pois lhe trouxeram princípios que não se pode "quebrar", esse menor por mas que desconhece de seus direitos ele é amparado desde a linha constitucional trazendo a suma importância que eles tem, pelo fato de serem especiais, pois um ato infracional que o menor prática é totalmente inferior à do adulto.

Diante dessa análise a familia ela é obrigada em todos os aspectos a proteção da criança, quando a familia se cala, é necessária a restituição do nucleio familiar, pois a familia ela pode perder o poder familiar daquele menor conforme o artigo 155 do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Nota-se que o artigo 1637 do Código Civil, traz as hipóteses em que pode ocorrer a suspensão do poder de família, quando verificado pelo juiz, após interpelação judicial, que pai ou mãe abusam de sua autoridade, deixam de prestar assistência aos filhos, são omissos em tais situações, ou arruínam os bens pertencentes a eles. Da mesma forma, terá o poder familiar suspenso, o pai ou mãe será condenado por sentença penal irrecorrível, cuja pena exceda dois anos de prisão.

Art. 1.637. Se o pai, ou a mãe, abusar de sua autoridade, faltando aos deveres a eles inerentes ou arruinando os bens dos filhos, cabe ao juiz, requerendo algum parente, ou o Ministério Público, adotar à medida que lhe pareça reclamada pela segurança do menor e seus haveres, até suspendendo o poder familiar, quando convenha.

Parágrafo único. Suspende-se igualmente o exercício do poder familiar ao pai ou à mãe condenados por sentença irrecorrível, em virtude de crime cuja pena exceda a dois anos de prisão É sempre importante ressaltar que a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento, pois é neste fase de crescimento que formalizam seus pensamentos, suas decisões, e seu olhar no futuro, como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

POR QUE AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES SE CALAM?

Este tema é importante ser compreendido, pois na grande maioria cerca de 90% da criança e do adolescente eles se calam, ficando as vezes com medo de agredi-las, ou até serem expulsos de casa, e por até mesmo sentir vergonha, do fato que elas sofreram aquela violência. Como também do próprio agressor a ameaçá-las.

Em outros casos, o que o agressor diz para aquele menor, que não pode falar e usa de meios verbais agressivos contra ela para se calar e fingir que "está tudo bem", trazendo uma falsa ilusão. A criança decide que ela precisa guardar para si mesma, pois além do medo, a falsa ilusão de que isso poderá passar, no entanto se assim ficando em silêncio.

A criança e ao adolescente que são vítimas de maus-tratos, há que se considerar que, em aproximadamente 20% de todos os casos, existe o abuso sexual, sempre acompanhado das agressões psicológicas, como em todas as formas de violência nessa faixa etária. Os casos mais frequentes de violência sexual até a adolescência são decorrentes de incesto, ou seja, quando o agressor tem ou mantém algum grau de parentesco com a vítima, determinando muito mais grave lesão psicológica do que na agressão sofrida por estranhos. (PLEIFFE, SALVAGANI, 2005).

Em grande parte dos casos ocorridos a criança ou o adolescente se calam pois o maior abusador delas são alguém de sua confiança e este está em seu próprio convívio familiar, no que acontece do agressor induzir na mentalidade daquele menor. Diante desses, o não diálogo da criança e adolescente impossibilita a muitas vezes a repreender o acusado e desencadear uma serie de problemas futuros para aquele menor, pois eles teriam o costume de mentir dos fatos que lhes foram acometidos, principalmente a eles de trazer na memória o ocorrido. E assim eles se calam não porque não querem mais sim de todos os momentos e pelas falas ditas do agressor impossibilitando inclusive de uma possível ajuda.

MAIO LARANJA- MÊS DE PREVENÇÃO DO COMBATE AO ABUSO E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTIL

Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, data determinada oficialmente pela Lei 9.970/2000, em memória à menina Araceli Crespo, de 08 anos de idade, que foi sequestrada, violentada e assassinada em 18 de maio de 1973. Portanto, o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes incentiva que em todo o Brasil sejam realizadas ações que visem alertar toda a sociedade sobre a necessidade da prevenção à violência sexual.

Em 18 de maio de 1973, Araceli Cabrera Crespo, de oito anos de idade, desapareceu para nunca mais ser vista com vida. Seis dias depois, o corpo de Araceli foi localizado num terreno baldio, próximo ao centro da cidade de Vitória, Espírito Santo. A menina foi espancada, estuprada, drogada e morta. Seu corpo foi desfigurado com ácido. À época do crime, os policiais ouviram diversas versões sobre o ocorrido e após o julgamento e a absolvição dos suspeitos, o processo do Caso Araceli foi arquivado pela Justiça.

O mês de Maio, como forma de Campanha o "mês Laranja", é o modo de prever o combate as violações sexuais acometidas pelas crianças e adolescentes, tem como o maior objetivo de proteger a este grupo considerados como de "vulneráveis".

Em 2000, por meio da Lei 9.970, foi instituído o dia 18 de maio como o "Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes" e, anualmente, entidades governamentais, não governamentais e representantes da sociedade civil aproveitam essa data para, além de formulação de políticas públicas, promover reflexões e debates em torno do tema.

A proposta do "18 DE MAIO", é destacar a data para mobilizar, sensibilizar, informar e convocar toda a sociedade a participar da luta em defesa dos direitos sexuais de crianças e adolescentes. É preciso garantir a toda criança e adolescente o direito ao desenvolvimento de sua sexualidade de forma segura e protegida, livres do abuso e da exploração sexual. Fazer não somente de uma campanha de incentivo, mas uma conscientização, ver que a criança é livre, que seus direitos devem ser preservados, que sua vida não pode ser violada, que as crianças, precisam do carinho, do cuidado da familia e do Estado.

CONCLUSÃO

O objetivo dessa pesquisa consiste em conhecer a realidade e identificar as dificuldades de enfrentamento na intervenção contra o abuso sexual a criança e ao adolescente no Município de Cuiabá-Mato Grosso.

A violência sexual, independentemente do âmbito onde ocorra, traz graves danos à vida mental da criança e do Adolescente, refletindo nas relações sociais cotidianas e, principalmente, no aspecto subjetivo dos indivíduos, trazendo inúmeras vezes na perpetuação dos atos violentos.

As Crianças e Adolescentes, antes vistos como objetos de intervenção do Estado, apenas recentemente passaram a ser considerados sujeitos humanos dignos de proteção integral. Para que as ações de fato sejam protegidas, é imprescindível a articulação e a corresponsabilidade da família, Estado e Sociedade.

O Estatuto da Criança e do Adolescente prevê, e que deve ser priorizado no Sistema de Garantia de Direitos, as principais frentes no enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes, e se aplicam diretamente no combate à violência sexual. A violência sexual contra crianças e adolescentes constitui uma verdadeira violação aos direitos humanos e seu combate deve ser priorizado, haja vista sua magnitude, complexidade e consequências.

O enfrentamento perpassa um olhar integrado e multidisciplinar, envolvendo os atores do Sistema de Garantia de Direitos e a sociedade como um todo. Superar toda forma de violência contra crianças e adolescentes e, em particular, superar a violência sexual, por tudo já apresentado, não significa necessariamente extingui-la, mas, consiste principalmente na criação de novos mecanismos para promover a visibilidade aos direitos da criança e adolescente, e aos dispositivos de enfrentamento.

REFERÊNCIAS.

- PLEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila. ***Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.*** Jornal de Pediatria vol.81, Porto Alegre Nov. 2005.
- MOREIRA, Maria Ignez Costa; SOUSA Sônia Margarida Gomes, **Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes***: do espaço privado à cena pública, O Social em Questão* - Ano XV - n° 28 - 2012.
- Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estabelece sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.**
- CHRISTIANO, Ana Priscila, et al. ***A violência sexual contra crianças e adolescentes*** *sob a perspectiva sócio-histórica dos artigos científicos relacionados à temática*. II Simpósio Internacial de educação sexual - II SEIS, Maringá-PR, 2011.
- SILVA, Ana Paula Oliveira. ***O enfrentamento do abuso sexual contra crianças e adolescentes*****,** Universidade de Brasília UnB Instituto de Ciências Humanas IH Departamento de Serviço Social - SER, Brasília, Março de 2013.
- PEDERSEN, Jaina Raqueli. ***ABUSO SEXUAL INTRAFAMILIAR: DO***
- ***SILÊNCIO AO SEU ENFRENTAMENTO*****,** Faculdade De Serviço Social Mestrado Em Serviço Social, Porto Alegre, 2010.
- ALMEIDA, Ediléia Menezes de; Antony Sheila. ***CRIANÇAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR:*** *UMA ABORDAGEM GESTÁLTICA*. V Rev. Nufen: Phenom. Interd. | Belém, 10(2), 184-201, mai. - ago., 2018.
- SOUZA, Leila Regina Paiva de. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes como Violação de Direitos Humanos:** *Construções Históricas e Conceituais*. In.: OLIVEIRA, Assis da Costa (org.). Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes: Cenários amazônicos, rede de proteção e responsabilidade empresarial. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.
- PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. ***Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência.*** Jornal de Pediatria. Rio de Janeiro: v. 81, n. 5, p. 197204,2005.Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf. Acesso em: 11 jan. 2024.
- HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Silvia Helena. **Abuso sexual contra crianças e adolescente***: Aspectos conceituais e estudos recentes*. In.: HABIGZANG, Luísa Fernanda; KOLLER, Sílvia Helena (orgs.). Intervenção psicológica para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual: manual de capacitação profissional. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

A CIPATR como Ferramenta de Prevenção e Capacitação na Segurança do Trabalho Rural

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

"Artigo científico voltado à análise da **NR 31** e à implementação da **CIPATR**, abordando sua importância na prevenção de acidentes e na gestão da segurança e saúde no trabalho rural."

Cuiabá-MT 2026

A CIPATR como Ferramenta de Prevenção e Capacitação na Segurança do Trabalho Rural

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Autor: Dr. José Olímpio dos Santos

Cuiabá-MT 2026

A CIPATR como Ferramenta de Prevenção e Capacitação na Segurança do Trabalho Rural

The CIPATR as a Prevention and Training Tool for Rural Occupational Safety

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

RESUMO

A CIPATR - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho rural tem suporte legal na portaria 3214/78 do Ministério do Trabalho NR 31.

Onde seu maior objetivo é observar e relatar as condições de risco nos ambientes de trabalho e solicitar medidas para reduzir até eliminar os riscos existentes ou neutralizar os mesmos. Sua visão é, portanto, a preservação da saúde e integridade física dos trabalhadores rurais.

Seu papel mais importante é o de preservar uma relação de diálogo e conscientização, entre empregadores e empregados, em relação à forma como os trabalhos são realizados, objetivando sempre melhorar as condições de trabalho, visando a humanização do trabalho.

*A CIPATR possui por atribuição:

- Acompanhar a implementação das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;
- Identificar as situações de riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, nas instalações ou áreas de atividades do estabelecimento rural, comunicando- as ao empregador para as devidas providências;
- Divulgar aos trabalhadores informações relativas à segurança e saúde no trabalho;
- Participar, com o SESTR, quando houver, das discussões promovidas pelo empregador, para avaliar os impactos de alterações nos ambientes e processos de trabalho.

Palavras-chave: CIPATR; Segurança do Trabalho Rural; NR 31; Prevenção de Acidentes; Saúde do Trabalhador

[1] Amanda Rebeson dos Anjos Araújo | amanda.anjo.fcr@gmail.com | (65) 9 9270-2104

[2] Dr. José Olimpío Dos Santos | joseplimpio388@icloud.com | (65) 9 9981-0482

JUSTIFICATIVA

Optamos em abordar este tema devido ao fato de entrar em contato com a segurança nas áreas rurais, além de que, a segurança nas áreas rurais vem se investindo e evoluindo para a saúde do trabalhador cada vez mais.

Esta monografia tem como objetivo defender a CIPATRe abordar seus benefícios asindústrias rurais desde seu surgimento no mercado de trabalho até os dias atuais.

OBJETIVO

GERAL

Este trabalho tem como objetivo defender a CIPATR, e abordar seus beneficios a industrias rurais, desde seu surgimento no mercado até os dia atuais.
Tem como foco mostrar que a segurança nas áreas rurais, é um elemento fundamental para as industrias de grande porte em todo o mundo.

ESPECÍFICO

Tem como objetivo específico descrever os aspectos físicos e as configurações presentes nesta área. Mostrando quais são os benefícios de ser ter prevenção e preocupação com o trabalhador em seu local de trabalho.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, enriquecida com as informações da Norma Regulamentadora 31 além de vários outros sites didáticos como www.brasilescola.com.br e www.historiadasegurança.com.br.

REFERENCIAL TEÓRICO

A estrutura didática que deu sustentabilidade a este projeto foi embasada em autores e estudiosos como Aluizio Mercadante que discutiu as condições de trabalho de professores na rede pública e o ex-presidente Luiz Inácio da Silva onde sua maior preocupação e tema político era a saúde dos trabalhadores nas indústrias. Os fatores de segurança e saúde no ambiente de trabalho devem primeiramente focar na melhoria e proteção da vida de seus colaboradores buscando proporcionar o maior desempenho nas funções tanto nas áreas rurais como industriais.

CAPÍTULO I

1. HISTÓRIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO

A palavra “trabalho” possui significado no vocabulário latino como (tripaliu), ou seja, significa instrumento de tortura formado por três paus. Desde a antiguidade até a Idade Média o trabalho sempre esteve interligado a um sentido negativo, de castigo e sofrimento.

O Filósofo Aristóteles dizia que a “escravidão de uns é necessária para que outros possam ser virtuosos”. Ou seja, o homem deveria ser livre para se dedicar à própria perfeição. O trabalho o impedia de consegui-lo. Portanto o valor do trabalho era desvalorizado.

A partir do Renascimento, a idéia negativa relacionada ao trabalho vai aos poucos se desfazendo e tomando uma noção positiva, assim surgem às idéias de valorização do trabalho, Sabemos que a relação entre trabalho, saúde e doença já era notada desde a antiguidade. Porém, como só os escravos trabalhavam eram eles que estavam expostos aos riscos do trabalho. Por este motivo, não era necessário ter uma preocupação maior em garantir a proteção no trabalho, já que a mão de obra era escrava.

O que havia na época eram alguns estudos e investigações de doenças relacionadas ao trabalho, o médico e filósofo grego Hipócrates fez uma descoberta de doenças relacionadas aos trabalhadores, com as minas de estanho.

Logo depois no século XVI, o pesquisador alemão George Bauer publica um livro chamado "De Re Metallica", onde apresentava os problemas interligados à extração de minerais e à fundição da prata e do ouro, com destaque para uma doença chamada "asma dos mineiros", que chamamos hoje de silicose.

A silicose é uma doença pulmonar marcada pela formação de tecido cicatricial, causada pela inalação de poeira de sílica, por anos seguidos, os pulmões perdem suas características elásticas, requerendo mais esforço para respirar. A sílica é uma das mais antigas doenças ocupacionais já descoberta.

1.1 SEGURANÇA DO TRABALHO NA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL

Em 1760 surge a Revolução Industrial na Inglaterra, marcada pelo descobrimento das máquinas movidas a vapor. Já em 1900 com o avanço do mundo são descobertas novas formas de energia como: a Hidrelétrica e a gasolina na Europa e América.

A Revolução Industrial foi um marco pela desvalorização do trabalho braçal, pois muitos trabalhadores foram substituídos por máquinas. O trabalho era algo contínuo, repetitivo, e cansativo, era na mesma velocidade e ritmo o dia inteiro.

A primeira aprovação de lei sobre proteção aos trabalhadores aconteceu no ano de 1802 que fala sobre a saúde e a moral dos aprendizes, estabelecendo limite de 12 horas de trabalho, proibindo o trabalho noturno.

As fábricas não eram ambientes adequados de trabalho, tinham péssimas condições de iluminação e ventilação. Não havia equipamentos de segurança para os operários, além de que muitos se acidentavam e contraíam graves doenças.

A jornada de trabalho chegava até 16 horas por dia, sem direito a descanso ou férias. Os salários eram baixos, e a disciplina imposta pelos trabalhadores era muito rigorosa para poderem manter o aumento da produção.

Os trabalhadores não tinham direitos. As mulheres e a crianças trabalhavam da mesma forma que os homens, mas o salário pago a elas era bem mais baixo. E pelo baixo valor oferecido, era necessário que todos da família trabalhassem nas fábricas.

As condições de vida e de trabalho eram precárias, e por serem obrigados à tantas situações difíceis, os operários se reuniram e começaram a organizar movimentos e revoltas contra seus empregadores.

1.2 HISTÓRIA DA CIPATR

A palavra prevenção vem do latim, “praeventione”, que "significa ato ou efeito de prevenir". Onde prevenir, significa "vir antes, dispor com antecipação, de maneira que evite algum dano, ou mal".

O ato de prevenir adota medidas que antecipem um fato. Prevenção é tudo aquilo que possa ser feito para evitar, reduzir ou minimizar o uso.

A CIPATR nasceu com este intuito de prevenir os acidentes nas áreas rurais onde o ambiente é mais instável que os demais foi por este motivo que foi regulamentada no ano de 2005 no dia 3 de março a Norma Regulamentadora, que relata sobre a saúde e a segurança do trabalho nas atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aqüicultura.

A CIPATR tem por objetivo estabelecer a prevenção de acidentes e doenças relacionada ao ambiente de trabalho rural, de modo tornar compatível o planejamento e o desenvolvimento do trabalho com a preservação da vida do trabalhador nas áreas de agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aqüicultura.

As obrigações básicas de uma CIPATR são:

- Investigar e estudar os acidentes na empresa.
- Sugerir medidas de prevenção
- Promover a divulgação das normas de segurança
- Promover anualmente a Semana Interna de Prevenção de Acidentes (SIPAT).

1.3 NORMA REGULAMENTADORA RURAL

Criada em 08 de junho de 1973 a Norma Regulamentadora Rural - NRR ganhou atribuições legais no artigo 13 da Lei n°5.889, é importante para as ações de fiscalização no meio rural, o objetivo desta NR (Norma Regulamentadora) é fiscalizar o ambiente de trabalho do colaborador rural, a fim de prevenir riscos presentes nas áreas rurais.

O Ministério do Trabalho aprova as seguintes Normas Regulamentadoras Rurais relativas á Segurança e Higiene do Trabalho Rural:

- NRR- 1 Disposições Gerais.
- NRR- 2 Serviços Especializados em Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (SEPATR).
- NRR- 3 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural (CIPATR).
- NRR- 4 Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- NRR- 5 Produtos Químicos

1.4 NORMA REGULAMENTADORA 31

No ano de 1973 no dia 5 de junho foi aprovada no artigo 13 da Lei 5.889 que fala sobre a Norma Regulamentadora de Segurança e Saúde no Trabalho na Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Exploração Florestal e Aqüicultura, ou seja, NR 31.
Esta Norma Regulamentadora tem por objetivo estabelecer os requisitos a serem observados na organização e no ambiente de trabalho rural, de forma a tornar seguro o desenvolvimento das atividades da agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aqüicultura com a segurança e saúde e meio ambiente do trabalho.
Obrigando empregadores rurais cumprir as regulamentações de segurança e saúde no trabalho rural buscando sempre a preservação da saúde e a vida de seus colaboradores.

As regulamentações básicas da NR 31 são:

- Identificar os principais problemas de segurança e saúde do setor, estabelecendo as prioridades de controlar os riscos e melhorar as condições de trabalho.

- Prescrever medidas de prevenção de riscos em cada setor observado os avanços tecnológicos.
- Avaliar permanentemente os impactos das atividades rurais no meio ambiente de trabalho
- Elaborar recomendações técnicas para os empregadores, empregados e para trabalhadores autônomos;

1.5 QUAL A IMPORTÂNCIA DA SEGURANÇA DO TRABALHO?

A segurança do trabalho é importante para a implantação de práticas seguras no ambiente de trabalho ajudando no seu desenvolvimento.

O técnico em segurança do trabalho é o profissional que busca meios eficientes para reduzir a possibilidade do acidente no ambiente de trabalho, bem como minimizar a lesão em caso da ocorrência de acidente nestes locais.

Analisar com participação da Comissão Interna de Prevenção de Acidento no Trabalho Rural (CIPATR), as causas dos acidentes e doenças decorrentes do trabalho, buscando prevenir e eliminar as possibilidades de novas ocorrências.

O técnico tem a responsabilidade de divulgar os direitos e os deveres que os trabalhadores devam conhecer em matéria de saúde e segurança do trabalho, assegurando os fornecimentos aos trabalhadores instruções compreensíveis nesta área, bem como toda orientação e supervisão necessárias ao bom desenvolvimento do trabalho seguro.

Executar programas de prevenção de acidente, e acompanhar o resultado das medidas que foram implantadas através do programa, avaliar os resultados e propor as melhorias que se entendem necessárias ao mesmo.

Informar os funcionários sobre os riscos do ambiente e as medidas preventivas que deverão ser adotadas por eles e analisar os métodos de trabalho adotados pela empresa, identificar os fatores causadores de riscos das doenças profissionais, do trabalho e a presença de agentes agressores do ambiente, propondo a eliminação, neutralização ou medidas de controle.

CAPÍTULO II

2. NORMA REGULAMENTADORA COMENTADA:

Neste capitulo abordaremos com ênfase o item 7 da NR 31, comentando pormonizadamente, suas peculiaridades, a fim de que possamos entender como um todo o processo eleitoral da CIPATR, como segue:

31.7.1 Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho Rural(CIPATR).

Comentário: A CIPATR tem como objetivo principal a prevenção de acidentes e doenças relacionados ao trabalho a fim de preservar a vida do trabalhador.

31.7.2 O empregarador rural ou equiparado que mantenha vinte ou mais empregados contratados por pzo indeterminado, fica obrigado a manter em funcionamento, por estabelecimento, uma CIPATR.

Comentário: As empresas que possuam de 01 (um) a 19 (dezenove) funcionários ficam desobrigados de constituir CIPATR.

31.7.3 A CIPATR será composta por representantes indicados pelo empregador e representantes eleitos pelos empregados de forma paritária, de acordo com a seguinte proporção mínima:Comentário: Os representantes indicados pelo empregador são necessariamente o Presidente da CIPATR e demais membros indicados por aquele, os representantes eleitos constituirão a comissão por escrutínio de modo paritária, ou seja, os componentes da CIPATR terão seus pares em contingente igualitário.

31.7.4 Os membros da representação dos empregados na CIPATR serão eleitos em escrutínio secreto

Comentário: Os candidatos Eleitos pelos empregados da CIPATR terão direito sobre o voto secreto.

31.7.5 Os candidatos votados e não eleitos deverão ser relacionados na ata de eleição, em ordem decrescente de votos, possibilitando a posse como membros da CIPATR em caso de vacância.

Comentário: Os candidatos votados, mas não eleitos deverão ter seu nome na ata de eleição em caso de algum membro da CIPATR vir a deixar desocupado o cargo.

31.7.5 O mandato dos membros da CIPATR terá duração de dois anos, permitida uma reeleição.

Comentário: Os membros da CIPATR poderão estar presente na comissão durante um período de 2 (dois) anos sendo permitido uma reeleição.

31.7.6 Organizada a CIPATR, as atas de eleição e posse e o calendário das reuniões devem ser mantidas no estabelecimento à disposição da fiscalização do trabalho.

Comentário: Criada a CIPATR as atas de constituição, eleição, posse e calendários deverão ser mantidas na empresa, caso venha a ocorrer fiscalização do Ministério do Trabalho.

31.7.7 Organizada a CIPATR, as atas de eleição e posse e o calendário das reuniões devem ser mantidas no estabelecimento à disposição da fiscalização do trabalho.

Comentário:Criada a CIPATR as atas de constituição, eleição, posse e calendários deverão ser mantidas na empresa, caso venha a ocorrer fiscalização do Ministério do Trabalho.

31.7.8 A CIPATR não poderá ter seu número de representantes reduzido, bem como, não poderá ser desativada pelo empregador antes do término do mandato de seus membros, ainda que haja redução do número de empregados, exceto no caso de encerramento das atividades do estabelecimento.

Comentário:A comissão não poderá ter seu número de membros reduzidos, contudo também não poderá ser desativada pelo empregador antes do término do mandato. A comissão só poderá ser encerrada caso venha ocorrer término das atividades do estabelecimento.

31.7.9 A CIPATR terá por atribuição:

a) acompanhar a implementação das medidas de prevenção necessárias, bem como da avaliação das prioridades de ação nos locais de trabalho;

Comentário: Acompanhar a implantação das medidaapresentadas no PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) e demais solicitação do SESMT (Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho) e da CIPATR (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural).

b) identificar as situações de riscos para a segurança e saúde dos trabalhadores, nas instalações ou áreas de atividades do estabelecimento rural, comunicando-as ao empregador para as devidas providências.

Comentário: Comunicar ao empregador toda e qualquer situação de risco de grave ameaça a vida e saúde em que os trabalhadores estejam expostos em seus ambientes de trabalho.

c) divulgar aos trabalhadores informações relativas à segurança e saúde no trabalho.
Comentário: Cabe aos membros da CIPATR divulgar aos trabalhadores informações relativas a segurança no ambiente de trabalho por meio de mídias, panfletos, ou palestras.

d) participar, com o SESTR (Serviço Especializado em Segurançae Saúde no Trabalho Rural), quando houver, das discussões promovidas pelo empregador, para avaliar os impactos de alterações nos ambientes e processos de trabalho relacionados à segurança e saúde dos trabalhadores.

Comentário: Discutir conjuntamente com o SESTR todas as implementações pertinentes as implementações no processo produtivo nos ambientes de trabalho promovendo sua saúde e segurança.

e) interromper, informando ao SESTR (Serviço Especializado em Segurança e Saúde no Trabalho Rural), quando houver, ou ao empregador rural ou equiparado, o funcionamento de máquina ou setor onde considere haver risco grave e iminente à segurança e saúde dos trabalhadores.

Comentário: Interromper a jornada de trabalho caso haja algum setor ou máquina portador (a) de algum risco grave a saúde de seus trabalhadores.

f) requisitar à empresa cópia das CAT emitidas.

Comentário: É de extrema importância que a empresa mantenha todas as CAT (Comunicado de Acidentes do Trabalho) emitidas.

g) divulgar e zelar pela observância desta Norma Regulamentadora.

Comentário: Divulgar e preservar a vida desta Norma Regulamentadora
(NR).

h) propor atividades que visem despertar o interesse dos trabalhadores pelos assuntos de prevenção de acidentes de trabalho, inclusive a semana interna de prevenção de acidentes no trabalho rural.
Comentário: Realizar atividades que interessam aos trabalhadores a fim de buscar sempre em foco a prevenção de acidentes isto pode ser feito na Semana Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural (SIPATR)

l) elaborar o calendário anual de reuniões ordinárias.

Comentário: Reuniões costumeiras já programadas pelos cipeiros, presidente ou palestras pré agendadas..

j) constituir grupos de trabalho para o estudo das causas dos acidentes de trabalho rural.

Comentário: Cabe a CIPATR formar grupos com seus membros para debater as causas que levam a acidentes no ambiente de trabalho rural.

31.7.10 Cabe ao empregador rural ou equiparado:

a) convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias da CIPATR;

Comentário: As reuniões ordinárias são aquelas costumeiras já programadas pelos chefes, gerentes. As extraordinárias são as que resultam de uma situação emergente, ou seja, inesperada, para resolver algum assunto que necessita de solução imediata.

b) conceder aos componentes da CIPATR os meios necessários para desempenhar suas atribuições, ou seja, NR-31.

Comentário: Cabe ao empregador disponibilizar meios de trabalho aos membros da CIPATR como a NR 31 para desempenhar suas funções.

c) estudar as recomendações e determinar a adoção das medidas necessárias, mantendo a CIPATR informada.
Comentário: A CIPATR terá por atribuição se manter informada do ambiente de trabalhado dos colaboradores observando também algumas recomendações de segurança no ambiente de trabalho.

d) promover para todos os membros da CIPATR, em horário de expediente normal do estabelecimento rural, treinamento sobre prevenção de acidentes de trabalho.
Comentário: O empregador deverá promover para os membros da comissão, treinamentos sobre prevenção de acidentes em horário de expediente normal do estabelecimento rural.

31.7.11 Cabe aos trabalhadores indicar à CIPATR situações de risco e apresentar sugestões para a melhoria das condições de trabalho.

Comentário: Os trabalhadores devem informa a CIPATR qualquer situação de risco no ambiente de trabalho com o intuito de melhorar suas condições de trabalho no ambiente.de trabalho.

31.7.12 A CIPATR reunir-se-á uma vez por mês, ordinariamente, em local apropriado e em horário normal de expediente, obedecendo ao calendário anual.

Comentário: A comissão deverá se reunir em reuniões costumeiras, ou seja, marcadas mensalmente para discutir sobre prevenção e medidas prevencionistas no horário normal de trabalho.

31.7.13 Em caso de acidentes com conseqüências de maior gravidade ou prejuízo de grande monta, a CIPATR se reunirá em caráter extraordinário, com a presença do responsável pelo setor em que ocorreu o acidente, no máximo até cinco dias após a ocorrência.

Comentário: Caso ocorra algum acidentes ou sinistro a comissão (CIPATR) deverá se reunir no prazo de até 5 dias após o acidente tendo
presente em sua reunião a presença do responsável pelo setor em que ocorreu o acidente.

31.7.14 Quando o empregador rural ou equiparado contratar empreiteiras, a CIPATR da empresa contratante deve, em conjunto com a contratada, definir mecanismos de integração e participação de todos os trabalhadores em relação às decisões da referida à comissão.

Comentário: Quando o empregador contratar terceirizadas cabe a CIPATR de a empresa contratante criar medidas que integram seus colaboradores

31.7.15 Os membros da CIPATR não poderão sofrer despedida arbitrária, entendendo-se como tal a que não se fundar em motivo disciplinar, técnico, econômico ou financeiro.

Comentário: Os membros da CIPATR não poderão sofrer despedidas enquanto durar a estabilidade da comissão.

31.7.16 Do Processo Eleitoral

A eleição para o novo mandato da CIPATR deverá ser convocada pelo empregador, pelo prazo mínimo de 45(quarenta e cinco) dias antes do término do mandato e realizada com **Comentário:**antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término do mandato.

31.7.16.2 O processo eleitoral observará as seguintes condições:

a) divulgação de edital, em locais de fácil acesso e visualização, por todos os empregados do estabelecimento, no prazo mínimo de quarenta e cinco dias antes do término do mandato em curso. Comentário: O edital com o nome dos candidatos elegidos deve estar em locais de fácil acesso e visualização no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias.

b) comunicação do início do processo eleitoral ao sindicato dos empregados e dos empregadores.

Comentário: Comunicar aos sindicato dos empregados e empregadores o inicio do processo eleitoral.

c) inscrição e eleição individual, sendo que o período mínimo para inscrição será de quinze dias.

Comentário: Os candidatos que queiram se inscrever na comissão terá o prazo mínimo de quinze dias para se elegerem.

d) liberdade de inscrição para todos os empregados do estabelecimento, independentemente de setores ou locais de trabalho.

Comentário: Todos os empregados do estabelecimento devem ter liberdade para se inscrever independente da função, cargo ou setor.

e) garantia de emprego para todos os inscritos até a eleição.

Comentário: Os empregados que se inscreveram devem ter uma estabilidade até o término da eleição.

f) realização da eleição no prazo mínimo de trinta dias antes do término do mandato da CIPATR, quando houver.

Comentário: Antes do término da CIPATR o empregador terá o prazo mínimo de 30 (trinta) dias para organizar uma nova eleição.

g) realização de eleição em dia normal de trabalho, respeitando os horários de turnos e em horário que possibilite a participação da maioria dos empregados.

Comentário: A eleição deve ocorrer em dia normal de serviço possibilitando a participação da maioria dos empregados.

h) voto secreto.

Comentário: O voto deverá ser secreto e individual.

i) apuração dos votos imediatamente após o término da eleição, em horário normal de trabalho, com acompanhamento de um representante dos empregados e um do empregador.

Comentário: A apuração dos votos deverá ocorrer em dia normal de trabalho e deverá possuir representantes do empregador e empregados.

j) guarda, pelo empregador, de todos os documentos relativos à eleição, por um período mínimo de cinco anos.

Comentário: O empregador deverá guarda documentos que se referem á eleição por um período de 5 (cinco) anos.

Deste modo destacamos todos os pontos relativos à CIPA, contribuindo para o melhor entendimento da aplicação deste mecanismo de suma importância para as empresas inseridas no meio rural.

N° de Trabalhador	**20 a 70**	**36 a 70**	**71 a 100**	**101 a 500**	**501 a 1000**	**Acima de 1000**
N° de Membros						
Representantes	1	2	3	4	5	6
Dos Trabalhadores						
Representantes do Empregador	1	2	3	4	5	6

CAPÍTULO III

3. HISTÓRIA DA CIPA NO BRASIL

No Brasil, a CIPA surgiu no ano de 1941 no dia 21 de maio, na cidade do Rio de Janeiro, durante o governo do presidente da república Getúlio Vargas. A CIPA foi a primeira grande manifestação de atividades preventivas relacionada a acidentes de trabalho.

No Brasil, foi o primeiro movimento de impacto nacional que logo após viria se tornar decreto, sendo sancionado no artigo 82 da Lei 7.036, de 10 de novembro1944.

As idéias de prevenção de acidentes tornaram-se cada vez mais forte a partir da iniciativa privada, a CIPA surgiu em uma empresa estrangeiras de geração e distribuição de energia elétrica, "Light and Power", em São Paulo onde há anos já se possuíam Comissões de Prevenção de Acidentes.

Esta comissão teve surgimento através da necessidade de apresentar sugestões para a preservação da vida do trabalhador e a prevenção de alguns acidentes.

Com a criação da CIPA, a prevenção de acidentes do trabalho no território brasileiro ficou mais clara, pois até então, a idéia de prevenção de acidentes era dissimulada, e sendo assim algumas pessoas passaram a se preocupar mais com os problemaspertinentes ao acidente do trabalho.

A idéia maior da criação CIPA era diminuir os problemas de acidentes, começando assim de fato, o movimento de prevenção de acidentes do trabalho.

A CIPA é um instrumento onde os trabalhadores tratam da prevenção de acidentes do trabalho, das condições e de todos os métodos que afetam a saúde e segurança.

A CIPA é regulamentada pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) nos artigos 162 (cento e sessenta e dois) a 165 (cento e sessenta e cinco) e pela Norma Regulamentadora 5 (cinco).

A implantação da CIPA contou com o apoio de órgãos do então Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e também da Associação Brasileira para Prevenção de Acidentes (ABPA).

A CIPA não é uma criação brasileira. Esta maneira de prevenção surgiu a partir de uma sugestão de trabalhadores de diversos países reunidos na Organização Internacional do Trabalho (OIT).

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo geral desse trabalho é apresentar a verdadeira importância da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Trabalho Rural (CIPATR) atuante nas empresas rurais. Dessa maneira apresentamos as atribuições legais da CIPATR no ambiente de trabalho.

Sabemos que o objetivo principal da CIPATR é a prevenção de acidentes e doenças decorrentes do trabalho, de modo a tornar compatível permanentemente o trabalho com a preservação da vida e a promoção da saúde do trabalhador.

Porém a CIPATR sofre muito com a negatividade de alguns empregadores, pois não veem a necessidade de constituir e ou quando constituem em sua grande maioria não são atuantes, o que acaba prejudicando todos, ou seja, empregador e empregado, pois a esta, visa tão somente somar com o SESMT elevando o nível de segurança na empresa.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

INTERNET

***Manoel Dias/MTE**. *Discussões sobre NR 31*. (online). Disponível na Internet via: http://portal.mte.gov.br/ Arquivo capturado em 17 de setembro de 2024.

***Francisco José/Proseme**. *Discussões sobre Saúde e Segurança do Trabalho* (online). Disponível na Internet via: http://www.proseme.com.br. Arquivo capturado em 18 de setembro de 2024.

***Santo André/PA Central**. *Discussões sobre CIPATR* (online). Disponível na Internet via: http://www2.santoandre.sp.gov.br/. Arquivo capturado em 19 de setembro de 2024.

***Giancoli Oliveira/GOC**. *Discussões sobre CIPATR* (online). Disponível na Internet via: http://www2.santoandre.sp.gov.br/. Arquivo capturado em 20 de setembro de 2024.

***Nestor Whodglim/FAQ**. *Discussões sobre CIPA* (online). Disponível na Internet via: http://segurancadotrabalhonwn.com/. Arquivo capturado em 21 de setembro de 2024.

***Rangel Pestana/SST**. *Discussões sobre Suporte de Segurança do Trabalho* (online). Disponível na Internet via: http://www.cipasuporte.com.br/. Arquivo capturado em 22 de setembro de 2024.

***Vera Lúcia Aparecida/NR31**. *Discussões sobre Visão Geral da CIPA* (online). Disponível na Internet via: http://cipa.fmrp.usp.br/. Arquivo capturado em 23 de setembro de 2024.

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO DE ALFABETIZAÇÃO DIANTE DO AVANÇO E USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

Cuiabá-MT 2026

A PRÁTICA PEDAGÓGICA DO ENSINO DE ALFABETIZAÇÃO DIANTE DO AVANÇO E USO DAS NOVAS TECNOLOGIAS

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

RESUMO

Diante do desafio de ensinar com uso de tecnologias, utilizando habilidades e objetivos significativos para o cotidiano do estudante, este estudo foi realizado em razão da necessidade do processo de ressignificação na relação de ensino e aprendizagem, haja vista, que devido o contato de aparelhos com tecnologia avançada, a exemplo do celular que hoje pode substituir vários aparelhos como máquina fotográfica, gravador de voz, máquina fotográfica entre outros, desse modo, a prática pedagógica necessitou lançar mão do modo de ensino onde se possa conciliar o fazer pedagógico à metodologias ativas, resultando assim, em uma reestruturação dos ambientes de ensino diante das inovadas práticas didático-pedagógicas, com novas maneiras de comunicação e convívio pelos espaços e ambientes da internet, sejam eles remotos ou simultâneos. No que tange ao processo de alfabetização, foi necessário também se reorganizar diante da heterogeneidade, que coloca em questionamento a hegemonia Da didática magna postulada por Comenius, e desse modo se adaptar ao contexto exigido pelos novos métodos e técnicas da prática de ensinar. Este estudo apresenta como objetivo avultar o processo de ressignificação da relação de ensino e aprendizagem com ênfase no processo de alfabetização, na Rede Municipal de Ensino de Cuiabá de forma a evidenciar as demandas do processo de alfabetização, momento em que se busca saber quais as necessidades devem ser desenvolvidas, dessa maneira priorizar as dificuldades e possibilidades impostas pelo ensino através de novos meios tecnológicos. Pautada em uma pesquisa de natureza bibliográfica.

Palavras-chave: Tecnologias; Ensino e Aprendizagem; Alfabetização.

1- INTRODUÇÃO

Ao iniciar um ano letivo, têm início também expectativas de mudanças e consolidação de habilidades voltadas para os primeiros e segundos anos. O ambiente escolar traz uma necessidade de ser provocado para que se possa realizar uma desconstrução e reconstrução de modos de pensar e agir das pessoas na atualidade e possivelmente em um futuro mais próximo ou remoto. Fato que nos levar à reflexão a relação de ensino e aprendizagem no contexto da alfabetização, pautada no sistema de escrita alfabética.

O advento das novas tecnologias inserido no cotidiano contemporâneo revelou a necessidade de um fazer diferente, haja vista, que o mundo fora dos muros da escola acontece de modo muito atraente, onde é perceptível um distanciamento dessa atração externa se comparada à sala de aula. Fato que impacta diretamente no modo de fazer pedagógico. Revelando assim, um novo comportamento na forma de ensinar e de aprender, resultando no processo de produção do conhecimento, no qual o ensino e a aprendizagem não poderão estar isentos.

[1] Amanda Rebeson dos Anjos Araújo | amanda.anjo.fcr@gmail.com | (65) 9 9270-2104

[2] Dr. José Olimpío Dos Santos | joseplimpio388@icloud.com | (65) 9 9981-0482

Como resultado desse fenômeno tecnológico, ocorreu a manifestação da realidade, na maioria das vezes ignorada pelo desenvolvimento do trabalho docente, com destaque para o trabalho do professor, até então constituído sob a ótica da didática comeniana, onde o ensino se apresentava como uma possibilidade incontestável para se desenvolver a relação de ensino e aprendizagem, que de modo já previsto por muitos precisa ser inseridas adaptações em situações onde um instrumento a exemplo da mesa tablete, onde jogos apresentados em uma tela levam os estudantes a uma metodologia ativa onde o conhecimento vai sendo ensinado de modo lúdico.

O processo de alfabetização tem sofrido diferentes transformações ao longo do tempo, principalmente ao que se refere ao seu desenvolvimento teórico-conceitual. A compreensão das transformações conceituais pelas quais essa prática tem passado ao longo do tempo, é imprescindível para se entender e compreender o papel do professor alfabetizador, no que diz respeito aos fenômenos sociais contemporâneas, considerando que se trata de uma ciência que envolve questões que dizem respeito à vida em sociedade, relativas às dimensões espaciais e territoriais, bem como as diferentes formas de interação entre professor e aluno.

No ato de enfrentamento diante da situação exposta, e no anseio de encontrar soluções a Secretaria Municipal de Ensino (SME), adota uma postura com objetivo de cumprir as determinações legais e melhorar a qualidade da oferta educativa, optou pela utilização de recursos tecnológicos, para realizar o confrontamento da problemática como uma possível solução de aprimoramento da oferta no ano letivo de 2024. Nessa perspectiva, é fundamental uma postura reflexiva diante das contribuições que a tecnologia vem apresentando para a sociedade na busca de resultados oriundos de intensos debates e reflexões, análises, e enfrentamentos teóricos metodológicos que contribuem para a revisão dos paradigmas e conceitos que os estudos têm como objeto científico na relação entre ensino e aprendizagem, no século XXI, potencializado pelo uso de novas tecnologias aplicadas a aprendizagem.

2 ALFABETIZAÇÃO E A QUESTÃO DOS MÉTODOS

Neste estudo trataremos inicialmente do conceito de alfabetização como o processo de aprendizado técnico da leitura e da escrita no sistema alfabético, capacitando o indivíduo a codificar letras e sons, formar palavras e textos. Como uma das principais fontes de pesquisa para a construção deste estudo destacou Soares, 2020 em sua obra “alfaletrando”, pois a autora após pesquisa em campo com professoras que estavam atuantes na prática escolar, reviu alguns conceitos, práticas e técnicas pedagógicas a partir do ouvir os relatos dessas professoras, e chegou a consideração que não há um método específico para se alfabetizar, o professor alfabetizador busca métodos e práticas considerando a individualidade, a realidade de seus estudantes, vistos assim como indivíduos, hererogêneos. Diante do exposto, a autora mesmo que de modo indireto considera as novas tecnologias de Ensino para o processo de alfabetização.

Magda Soares em seu postulado que a alfabetização é um processo, desse modo longo, para a autora ele deve ser iniciado na Educação Infantil. A estudiosa defendeu uma abordagem equilibrada com foco na consciência fonológica e silábica, considerando também o contexto letrado. Para ela a

definição de alfabetização está intrinsecamente ligada a aquisição da tecnologia da escrita, ou seja, codificação/decodificação, consciência fonológica) e o letramento como uso social dessa tecnologia.

A autora define como tecnologia da escrita a compreensão entre fonemas e grafemas. De modo geral, podemos afirmar que existem pontos chaves para a alfabetização, são eles: técnicas de cognição, consciência fonológica, diferença de letramento e alfabetização, já que este último refere-se a aquisição do sistema de escrita, enquanto, enquanto o letramento é o uso social da leitura e escrita no uso do cotidiano, além da idade de aquisição desse processo, pois de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o processo deve começar aos seis anos, no primeiro ano do Ensino Fundamental I esperando que seja concluído até o final do segundo ano do Ensino Fundamental I. Observamos que, apresentamos uma divergência entre o que trata A BNCC, e os estudos de Magda Soares, pois esta defendia que esse processo deveria ter início na Educação Infantil e seu término no terceiro ano do Ensino Fundamental I, ambas são expectativas, já que na realidade muitas crianças seguem pelos anos seguintes sem consolidar a aprendizagem de alfabetização.

Pensando nessas divergências, características, tempo de aprendizagem, dificuldade de retenção de conhecimentos entre outros aspectos, é que se buscou um olhar mais atento para o uso da prática de alfabetização com recursos voltados para a tecnologia com uso de jogos, textos, e outras práticas através da tecnologia de aparelhos com informações virtuais.

3 TECNOLOGIA NA ALFABETIZAÇÃO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Os diversos aspectos da nossa vida em sociedade têm sido afetados pela internet atualmente de forma significativa. Já que que essa influência da rede virtual, repercute de modo considerável para quem faz uso e produz conhecimentos mediante as Tecnologias de Comunicação e Informação – TIC. A utilização deste recurso permitiu a existência de uma nova relação com a informação, de forma a proporcionar aspectos de coautoria que possibilita aos usuários da rede mundial de computadores participarem de forma efetiva de todas as esferas da sociedade, devido ao seu potencial colaborativo, fazendo surgir a denominada inteligência coletiva (LÉVY, 1999).

No ambiente educacional, a natureza revolucionária das TIC e o senso do aprimoramento contínuo afiançado pelas sociedades tem dinamizado a transformação do sistema educacional e da estrutura organizacional da Escola de forma especial, no sentido de possibilitar sua incorporação. Daí o porquê da expectativa em relação aos avanços tecnológicos, que, ao serem transformados em instrumentos pedagógicos no ambiente escolar e na prática pedagógica dos professores, sejam capazes de desenvolver uma transformação positiva nos meios educacionais, a exemplo do que já ocorreu em outros setores da sociedade.

Sob essa ótica, podemos exemplificar, evidenciando que as tecnologias do século XXI conseguem ressaltar a importância de dois fatores a influenciar a aprendizagem considerando a

importância da interação dialógica e da motivação da aprendizagem,

Tais aspectos são percebidos em função do fato de que na era tecnológica, a aprendizagem ocorre de maneira dinâmica e contínua via recursos tecnológicos e das redes sociais, resultantes de trocas de experiências dos mais diferentes níveis e contextos sociais.

Para Souza (2018), percebe-se que o nosso cotidiano se modificou diante das transformações impostas por regras e normas de comportamento e a escola diante desse contexto tem buscado um novo significado para vencer novos desafios e possibilidades de se educar.

A sociedade global e brasileira experimenta uma revolução tecnológica sem precedentes, a transformar a sociedade como um todo, e nestas circunstâncias, a instituição Escola não poderá se ausentar, principalmente porque dentre as suas funções está a de preparar o cidadão para os desafios do futuro.

Ao parafrasear Faria e Giraffa (2012, p. 2), "a principal função da docência neste quadro de transição da era analógica para a era digital é propiciar caminhos que facilitem a apropriação do conhecimento pelo aluno". Em tempo atual é imprescindível que os docentes precisam ultrapassar a visão superada de achar que podem ensinar tudo aos estudantes, como fora um dia proclamado por Comenius, uma vez que evoluímos, mediante universo informacional que se criou e que os estudantes têm acesso. Neste sentido, se faz necessário deslocar o eixo da ação docente do ensinar para enfocar o aprender e, principalmente, o aprender a aprender (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2013).

É preciso reconhecer na prática da alfabetização uma possibilidade viável, tendo em vista sua capacidade de fazer a junção dos aspectos positivos do ensino, com os aspectos inovadores do ensino através dos meios tecnológicos, possibilitando a articulação destas duas possibilidades de ensino.

3.1 (Re)significando a prática de ensinar diante dos meios tecnológicos

Reconhecer que no processo de alfabetização os estudantes possuem necessidades, trazem em sua bagagem experiências e expectativas que de uma forma ou de outra precisam ser atendidas, certamente possibilitará a prática do saber em algo mais prazeroso conforme afirma Freire (1981, p. 47):

> Ninguém sabe tudo, assim como ninguém ignora tudo. O saber começa com a consciência do saber pouco (enquanto alguém atua). É sabendo que sabe pouco que uma pessoa se prepara para saber mais. [...] O homem, como um ser histórico, inserido num permanente movimento de procura, faz e refaz constantemente o seu saber. E é por isso, que todo saber novo se gera num saber que passou a ser velho, o qual, anteriormente, gerando-se num

> outro saber que também se tornara velho, se havia instalado como saber novo. Há, portanto, uma sucessão constante do saber, de tal forma que todo novo saber, ao instalar-se, aponta para o que virá substituí-lo. (FREIRE, 1981, p.47).

Através do ensino por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação (TDCIs) o aluno tem o acesso à uma educação mais flexível, uma vez que tem a opção de gerenciar com autonomia o seu processo de aprendizagem, conforme suas necessidades e seu ritmo pessoais.

Na prática, como resultado temos o desenvolvimento de vantagens educativas entre as quais podemos mencionar: melhor aproveitamento do tempo em sala de aula, a criação de um novo espaço/tempo para interação, a flexibilização do ensino e da aprendizagem, a possibilidade do desenvolvimento de um ensino personalizado, o atendimento individualizado, (ZAMBRANO; VILLALOBOS, 2013, p. 5). Pode-se afirmar que nunca antes o contexto educativo foi tão dinâmico e perpassado de variedade, de informações e fontes.

O papel do professor é fundamental para que as TIC proporcionam nos processos produtivos, e deve ser reconhecido diante da sociedade, e que pode ser ressignificado mediante prática do ensino inserindo as TICS.

Lévy (1999, p. 171) ao defender o novo papel do professor menciona que este está focado no acompanhamento e na gestão das aprendizagens, mediante a motivação quanto à troca dos saberes, a mediação relacional e simbólica e, a orientação personalizada dos percursos de aprendizagem, ao se incentivar o aluno a aprender e a pensar, algo que se distancia em muito das pedagogias tradicionais praticadas hoje na maioria das escolas.

A superação da perspectiva do professor que "serve o conhecimento" a um aluno passivo, visto que este modelo já não atende às expectativas e necessidades da sociedade.

3.1.1 Contexto Digital e Dialógico no Processo de Alfabetização

A mudança de paradigma, diz respeito a uma mudança dinâmica, contínua e em constante transformação na direção de atender às demandas da sociedade atual, necessariamente tecnológica. Nesta lógica, em se tratando de tais mudanças, os estudantes estão inseridos, mesmo considerando que seus acessos não estão voltados para as habilidades e objetos de conhecimentos sistematizados, porém, preparados para o manuseio e possível, prática dentro de uma agilidade que poderá possibilitar o avanço na sua aprendizagem, haja vista, que estes pertencem a uma geração que já nasceu com uma conexão direta com os recursos tecnológicos e que, na perspectiva de 'nativos tecnológicos', estão familiarizados com as tecnologias..

Em consonância com o que foi escrito acima, e considerando o processo dialógico de mudança, fica evidente que se faz necessário a reformulação da dinâmica das aulas mediante a diversificação no uso de recursos didático-pedagógicos, em especial no sentido de inserir os de cunho tecnológico, articulados às novas metodologias de ensino que possuem condições para destacar as peculiaridades de colaboração e interação entre os diferentes atores sociais que fazem parte do processo relativo ao desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Ao buscar uma pedagogia da parceria, em que, o papel do professor também tenha consistência em permitir possibilidades de ensino e aprendizagem, atuar na perspectiva de orientador do percurso e facilitador da apropriação dos conhecimentos pelos estudantes, de forma a auxiliá-los democraticamente como um sujeito mais experiente (PERRENOUD, 1999; PERRENOUD, et al., 2002; REGO, 2000; PRENSKY, 2010).

É necessário que o professor nesta era digital, reconsidere, a inserção dos recursos tecnológicos na sua prática de ensino, uma vez que os estudantes estão afeitos a estes recursos e por meio destes são capazes de produzir aprendizagens significativas, que atendem aos seus interesses imediatos, como tem demonstrado as aprendizagens informais obtidas das redes sociais.

Para Mercado (1999) as novas tecnologias criam novas chances de reformular as relações entre estudantes e professores e de rever a relação da escola com o meio social, ao diversificar os espaços de construção do conhecimento, ao revolucionar os processos e metodologias de aprendizagem, permitindo à escola um novo diálogo com os indivíduos e com o mundo.

Existe uma diferença entre informação e conhecimento, e que, nem toda informação apresentada na internet e nas redes sociais é confiável, assim, é preciso que o professor, desenvolva novas maneiras de ensinar seu estudante a aprender, e considerar sua autonomia e motivação. Assim é papel do professor desenvolver nos alunos a criticidade e as habilidades e competências necessárias para filtrar, selecionar e transformar a abundante informação em conhecimento, no caso da alfabetização selecionar o que favorável para desenvolver o letramento e a alfabetização.

Os recursos tecnológicos não vieram para substituir o papel do professor, porém, como um aporte de maiores possibilidades pedagógicas ao capacitar a disponibilização de muitos recursos em benefício da prática pedagógica e do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, na escola, a prática pedagógica necessita lançar mão das diferentes tecnologias precisa ser realizada sob a ótica de um fazer pedagógico crítico para que se possa compreender, propor e desenvolver as estratégias de construção do conhecimento, e democrática para que ocorra a serviço de uma educação voltada para uma mudança significativa na sociedade, tencionando a democratização dos saberes e das mídias. Para tanto, o objetivo primordial da prática pedagógica deve ser voltado para o saber dos estudantes, fazendo uso de todos os meios tecnológicos de informação e comunicação.

3.2 A Alfabetização e o Uso das Tecnologias: Desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação

A prática de alfabetização na rede municipal de Cuiabá está alicerçada em uma prática pedagógica voltada para um saber interdisciplinar para o o processo de alfabetização, com o desenvolvimento das habilidades apresentadas pela BNCC, além de uma docência voltadas para o contexto regional, no qual os procedimentos, experiências e vivências permitem mais interação entre o espaço vivido, entrelaçando o regional/local de acordo com os eixos temáticos e os temas transversais.

Assim, a Secretaria Municipal de Educação tem como propósito possibilitar que cada unidade educacional, tenha possibilidade de organizar o seu saber pedagógico utilizando de recursos tecnológicos e mídias digitais disponíveis, e considerando a realidade dos familiares. A organização curricular de todos os componentes curriculares foi conduzida da seguinte forma: Planejamento Anual, Planejamento Semestral, Planejamento Bimestral, Plano de Aula quinzenal, onde a prática pautada para o desenvolvimento da tecnologia é permitida através de jogos, brincadeiras, atividades que abrangem os sentidos visuais, auditivos, cinestésicos, com acesso à internet, aparelhos de televisão para se trabalhar vídeos de alfabetização através de gêneros textuais, como canções, poesias, quis, entre outros. As salas onde a faixa etária compreende o período voltado para a Educação podem utilizar-se de recursos como a mesa tablete que consiste um tablete de tamanho considerável onde os estudantes podem desenvolver, cálculos mentais, na alfabetização matemática, jogos e brincadeiras na formação de palavras, frases, entre outras atividades que modo lúdico desperta o desejo de aprender. Ao considerar essa estrutura, a Secretaria Municipal de Cuiabá, busca garantir recursos para uma prática pedagógica exitosa.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto atual frente às novas tecnologias e o acesso dos estudantes do período propício para a alfabetização, ficou bastante evidenciado que os professores sentiram a necessidade de se reinventarem, em sua prática pedagógica compreendida aqui como aprender e ensinar, e dessa forma, oportunizando aos estudantes desenvolver novas formas de aprender.

O ensino é mediatizado por intermédio de todos os recursos necessários à uma unidade escolar, com o advento da tecnologia, utiliza-se com frequência, diariamente o quadro, painéis e cadernos para que os estudantes façam seus registros de modo que a aprendizagem não fique solta,

mas que após um processo sistematizado seja memorizada e retida Trata-se de um tempo de aprendizagem para todos, oportunidade em que a alfabetização possa ser desenvolvida de forma dinâmica uma vez que se trata de uma área do conhecimento comprometida em tornar além de um letrado, também um alfabetizado, para que possa exercer com plenitude a sua cidadania.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018

CALTELLS, Manuel. 2000. **O poder da identidade** São Paulo: Paz e Terra

COSTA, Fábio Rodrigues da; ROCHA, Márcio Mendes. **Geografia:** conceitos e paradigmas apontamentos preliminares. Rev. GEOMAE, vol 1, n. 2, Campo Mourão –PR, 2 semestre, 2010, p. 25-56.

COSTA, F. A. **O que justifica o fraco uso dos computadores na escola?** Lisboa: Polifonia, 2004. p. 19-32. Disponível em: www.fl.ul.pt/unil/pol7/pol7_txt2.pdf (Edições Colibri

FARIA, Kely Cemim. GIRAFFA, Lucia Maria Martin. **Ensinando Biologia com o Moodle**: Pedagogia da Parceira na Prática. VIDYA, Santa Maria, v. 32, n. 1, p. 65-77, jan./jun., 2012.

FILENO, Érico Fernandes. **O professor como autor de material para um Ambiente Virtual de Aprendizagem.** 2007, 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. UFPR. Curitiba.

FREIRE, Paulo. Ação cultural para a liberdade. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999, 264 p.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2006, 180 p.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. Formação continuada de professores e novas tecnologias. Maceió: EDUFAL, 1999.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos Tarciso.; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas tecnologias e mediação pedagógica.** 21. ed. Campinas: Papirus, 2013. 170 p.

PERRENOUD, Phillipe, et al. **As competências para ensinar no século XXI**: a formação dos professores e o desafio da avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2002b. 176p.

SOARES, Magda. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever**. São Paulo: Contexto, 2020.

SOUZA, E. P de. **Educação (a distância) desterritorializada e a formação de docentes on-line**. In: SALES, M. V. S. Tecnologias e educação a distância: os desafios para a formação. Salvador: Eduneb, 2018

ZAMBRANO, Bárbara Valenzuela; Y VILLALOBOS, Maria Victoria Pérez (2013). **Aprendizaje autorregulado a través de la plataforma virtual Moodle.** Educ. Educ. Vol. 16, N. 1, p. 66-79.

A Instrução de Armamento e Tiro como Ferramenta de Capacitação

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

"Artigo científico voltado à análise da instrução de armamento e tiro e de sua importância como ferramenta de capacitação técnica na Segurança Pública."

Cuiabá-MT 2026

A Instrução de Armamento e Tiro como Ferramenta de Capacitação

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

Cuiabá-MT 2026

A Instrução de Armamento e Tiro como Ferramenta de Capacitação

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

RESUMO

Este Trabalho tem como objetivo dotar conhecimento para o correto manejo e aplicação das técnicas e posições de tiro, destinado às espécies de armas de fogo utilizadas na atividade de Segurança Pública. Proporcionar a prática da instrução visando à capacitação dos policiais militares quanto ao uso eficaz do armamento em questão, preparando-os para o uso em situações reais. É um treinamento essencial para profissionais da segurança pública, como policiais e agentes de segurança. Este treinamento visa oferecer aos profissionais as habilidades e técnicas necessárias para manusear armas de fogo de forma segura e eficiente durante o cumprimento de suas funções, além de receberem orientações sobre as melhores práticas de segurança e manuseio de armas. A instrução de armamento e tiro é fundamental para garantir que os profissionais da segurança pública estejam preparados para lidar com situações de alto risco de forma segura e eficaz, protegendo a si mesmas e a comunidade que servem. Este treinamento contínuo também é importante para garantir que os profissionais mantenham suas habilidades afiadas ao longo de suas carreiras. As práticas militares relacionadas a instruções de armamento. A justificativa para escolha do tema é a atividade policial por dinâmica, lidar com os bens mais valiosos do cidadão (vida, integridade, liberdade, etc.). Conhecer sua arma, suas características, adquirir segurança, para fazer um uso técnico, quando necessário é de extrema importância a todos os policiais. A metodologia utilizada compreendeu uma pesquisa qualitativa, a partir de dados bibliográficos, tendo como base a percepção do fenômeno contexto. Segundo Gil (2002, pag. 192), o uso dessa abordagem propicia o aprofundamento da investigação das questões relacionadas ao fenômeno em estudo e das suas relações, mediante a máxima valorização do contato direto com a situação. Objetivo: Proporcionar a prática da instrução visando à capacitação dos policiais militares quanto ao uso eficaz do armamento em questão, preparando-os para o uso em situações reais; A instituição militar de ensino está resguardada por normas infraconstitucionais, as quais, em conformidade com a proteção estabelecida pela CF/88. Até porque todas as etapas são acompanhadas por profissionais capacitados a ministrarem as instruções, apresentando dessa forma, um ambiente seguro e controlado.

Palavras-chave: Armamento. Tiro. Segurança Pública. Defesa Pessoal.

[1] Amanda Rebeson dos Anjos Araújo | amanda.anjo.fcr@gmail.com | (65) 9 9270-2104
2 Dr. José Olimpío Dos Santos | joseplimpio388@icloud.com | (65) 9 9981-0482

ABSTRACT

This Work aims to provide knowledge for the correct handling and application of shooting techniques and positions, aimed at the types of firearms used in Public Security activities. Provide the practice of instruction aimed at training military police officers in the effective use of the weapon in question, preparing them for use in real situations; It is essential training for public safety professionals, such as police officers and security agents. This training aims to provide professionals with the skills and techniques necessary to handle firearms safely and efficiently while carrying out their duties. In addition to receiving guidance on best weapons safety and handling practices. Weapons and shooting instruction is critical to ensuring that public safety professionals are prepared to handle high-risk situations safely and effectively, protecting themselves and the community they serve. This ongoing training is also important to ensure professionals keep their skills sharp throughout their careers. Military practices related to weapons instructions. The justification for choosing the topic is dynamic police activity, dealing with the citizen's most valuable assets (life, integrity, freedom, etc.). Knowing your weapon, its characteristics, acquiring security, to make technical use, when necessary, is extremely important for all police officers. The methodology used comprised qualitative research, based on bibliographic data, based on the perception of the context phenomenon. According to Gil (2002, page 192), the use of this approach allows for a deeper investigation of issues related to the phenomenon under study and its relationships, through maximum appreciation of direct contact with the situation. Objective To provide the practice of instruction aimed at training military police officers in the effective use of the weapon in question, preparing them for use in real situations; The military educational institution is protected by infraconstitutional norms, which, in accordance with the protection established by CF/88. Especially because all stages are accompanied by professionals qualified to provide instructions, thus presenting a safe and controlled environment.

Keywords: Armament. Shot. Public security. Self-defense.

1 INTRODUÇÃO

A instrução de armamento e tiro é um conjunto de conhecimentos e técnicas essenciais para profissionais que atuam na área de segurança. Essa instrução tem como objetivo capacitar os agentes de segurança pública no correto manejo e aplicação das técnicas e posições de tiro, visando garantir a segurança tanto dos profissionais quanto da população em geral.

Durante o treinamento, são abordados diversos aspectos relacionados ao armamento e tiro, como o manuseio seguro de armas de fogo, as regras indispensáveis à segurança, as normas de conduta e ética, além das técnicas de tiro e posicionamento adequado para diferentes situações.

As instruções de tiro foram aprimoradas ao longo dos últimos anos, principalmente devido aos avanços na logística, que levaram à criação de estandes modernos e a um maior número de munições. Contudo, pela qualidade instrucional que se pretende requalificar anualmente os profissionais de segurança em consequência das formas inconsistentes de ocorrer da profissão, ainda faltam formatos instrucionais específicos para cada arma que a Secretaria de Segurança pública coloca à disposição dos seus profissionais.

Por não ser possível realizar treinamentos constantes sobre o uso de armas de fogo, isso leva a profissionais que não são tão eficazes em ensinar aos policiais como utilizar armas de fogo durante incidentes de atividade policial, isso resulta em insegurança quanto ao uso dessas armas e a necessidade constante de ajuda profissional. As diretrizes dos procedimentos permanentes nº. 035/CMDO/2001, (BCG nº 085, de 6 de novembro de 2001, p. 1.206), tenta regulamentar a posse e uso de armas de fogo e munições pelos membros da Corporação, como resultado, a definição de PM é incorporada a prática de suas atividades.

Acredita-se que o trabalho dos policiais militares é de grande importância na proteção das pessoas e da comunidade, qualquer ameaça à vida ou à segurança dos policiais e da comunidade como um todo é considerado uma ameaça à estabilidade social em geral. Reconhecendo que a posse e utilização de armas de fogo e munições são apesar do seu desejo, tanto pelo potencial de letalidade como pela complexidade que representam, é necessária para a segurança da comunidade e também da polícia, que utiliza esses recursos em situações excepcionais, para preservar a vida própria ou de outrem ou para cumprir deveres legais, sob a égide da legislação em vigor.

Uma característica inerente à profissão do PM é utilizar a arma de fogo como complemento à sua função, mas deve ser treinado de forma consistente em cada arma para a qual foi qualificado, bem como ter conhecimento prático de quando e como utilizá-la. Isso o ajudará ao longo de sua carreira profissional.

Os cursos de formação de instrutores de armamento e tiro são oferecidos por instituições especializadas, como o Centro de Treinamento de Técnicas e Táticas Especiais (CTTE) e o CTT-CBC. Esses cursos têm duração de aproximadamente sete dias e abrangem temas como quantidade de munição, tipos de alvos e distâncias de tiro.

Além disso, é importante ressaltar que os instrutores de armamento e tiro devem obter o credenciamento junto à Polícia Federal, o que os autoriza a expedir o comprovante de capacitação técnica para o manuseio de armas de fogo. A instrução de armamento e tiro é fundamental para garantir a eficiência e segurança das operações de segurança pública, proporcionando aos profissionais as habilidades necessárias para lidar com situações de risco de forma adequada e responsável. O instrutor é responsável pela desmistificação das armas, do aprimoramento de técnicas e movimentos, da familiarização de conceitos e o principal guia para os entusiastas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 SEGURANÇA PÚBLICA

A segurança pública encontra previsão no artigo 144-A da Constituição Federal:

Art. 144. A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todas as pessoas, sendo a obrigação de manter a ordem pública e a segurança das pessoas e dos bens exercida por meio dos seguintes órgãos: I - Polícia Federal; II - Rodoviária Federal Polícia; III - Polícia Ferroviária Federal; IV - Polícia Civil; V - Bombeiros Militares. VI – Polícias Penais, federais, estaduais e territoriais. (Brasil, 1988).

A segurança pública é responsabilidade do Estado e tem como objetivo garantir a ordem no país e proteger os cidadãos. A Constituição Federal Brasileira de 1988 estabelece que o acesso seguro é um direito fundamental e que o Estado tem a responsabilidade de garanti-lo:

Artigo 5º: Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, sendo garantida a inviolabilidade dos direitos à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade dos brasileiros e dos estrangeiros residentes no País, observadas as seguintes disposições: (Brasil, 1988, on-line).

O Artigo 6º da Constituição também estipula que a segurança é um direito social: “Os direitos sociais incluem educação, saúde, alimentação, trabalho, habitação, transporte, lazer, segurança, segurança social, proteção social, proteção materna e infantil e redução da pobreza”.

De acordo com o artigo 6º da Constituição Federal de 1988, o direito à segurança é definido como um direito social, um direito básico indissociável do conceito contemporâneo de dignidade humana e, portanto, essencial para o desenvolvimento social. Cada indivíduo constitui a um ideal mínimo (SILVA JUNIOR; RANGEL, 2017, pag.658).

Portanto, a segurança é obrigação do Estado e direito dos cidadãos, é evidente que todos têm a responsabilidade de defender este direito e esta norma é essencial para a garantia da ordem pública, a propriedade e a vida e para a manutenção de um Estado democrático. Portanto, a segurança passa a ser um dos direitos básicos dos cidadãos (CUNHA, 2020, p.172).

Depois de aderir a esses princípios de uma sociedade democrática, sabemos que ela precisa ter garantias legais, principalmente em termos de segurança, e todos os bens adquiridos, só o Estado pode fornecer, através dos seus sistemas, o apoio para proteger as vidas e os bens do seu povo.

Neste sentido, a segurança pública pode ser entendida como um processo complexo, sistemático, abrangente e otimizado, cujo objetivo é manter a ordem pública e compensar a propriedade das pessoas para que as pessoas possam usufruir dos seus direitos e cumprir suas obrigações (MARCONDES, 2019, pag. 126).

Para Silva, a segurança pública inclui: Preservar ou restabelecer uma situação de convivência social em que todos possam gozar dos seus direitos e exercer as suas atividades sem a interferência de terceiros, exceto na medida em que gozem e façam valer os seus direitos e defendam os seus legítimos interesses. (2008, p. 780).

O artigo 144 da Constituição Federal estipula que a segurança pública é responsabilidade do Estado brasileiro e direito e responsabilidades de todas as pessoas. Ou seja, a manutenção da paz é responsabilidade conjunta dos governos federal, estaduais e municipais.

O artigo 2º da Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, dispõe: “A segurança pública é obrigação do Estado e responsabilidade de todos, inclusive dos governos federal, estadual, do distrito federal e dos municípios, no âmbito de sua competência e titularidade." Em síntese, as funções de segurança pública previstas nos artigos 5º, 6º e 144 da Constituição Federal de 1988 são considerados direitos fundamentais e têm as seguintes funções: defesa ou liberdade nacional, assistência social e proteção de terceiros.

A segurança pública é, portanto, um direito fundamental que confere ao seu titular o privilégio de proteger a dignidade humana, a liberdade e a igualdade, estabelecendo um estado de proteção e permitindo aos cidadãos usufruírem de todos os demais direitos garantidos pelo ordenamento jurídico (FABRETTI, 2014, pag. 129).

3 INSTRUÇÃO DE ARMAMENTO E TIRO

Armas e tiro é um ramo do conhecimento humano voltado para a área de segurança, que incluem policiais e profissionais de segurança geral; e esportivo, que trata do tiro esportivo e do tiro com arco, entre outros. Nessas situações, é importante entender o tipo de arma e como ela funciona.

Além disso, o conhecimento sobre armas e tiro é fundamental para todos aqueles com portes de armas no seu próprio país e/ou em solo estrangeiro.

As armas de baixa letalidade podem ser definidas como meios ou dispositivos cujos agentes operacionais não se destinam a matar ou destruir, mas apenas a impedir, prevenir ou cessar as

hostilidades e a causar efeitos reversíveis nas hostilidades, quando utilizados corretamente e de acordo com a tecnologia de uso.

Visar pessoas ou materiais e minimizar a morte, danos permanentes ou adversos às pessoas ou alvos visados, bem como a terceiros inocentes e materiais não envolvidos na operação. (Machado, 2010, pag.285).

Para chegar a este conceito, alguns pontos importantes e intrínsecos devem ser considerados, são eles:

Intenção do manipulador: Quando o manipulador opta por utilizar esses meios para resolver uma crise, sua intenção deve ser apenas impedir ou restringir as ações do perpetrador, portanto, se não for necessário, a intenção de utilizar esses meios para matar não é necessária.

Meios não restritivos: armas e munições de baixa letalidade não estão limitadas a operações militares de guerra ou operações de combate para cumprir estratégias militares, mas podem ser usadas para manter a ordem pública, missões humanitárias com a polícia como tarefa específica e, de forma mais geral, operações militares ou policiais, melhorando a eficácia e a eficiência dessas operações.

Compatibilidade: podem ser utilizadas com arsenais tradicionais sem limitar a utilização dos meios necessários existentes, embora exista o risco de os adversários identificarem a utilização de armas de baixa letalidade na utilização real das mesmas, a sua utilização aumenta o leque de opções para o polícia, embora não substitua o uso de força letal quando necessário.

Cessação das Hostilidades: Estes materiais foram desenvolvidos para permitir que os agentes dissuadam ou restrinjam alvos sem causar danos permanentes ou morte.

Efeitos reversíveis: São meios desenvolvidos com materiais e formas para que caso causem algum dano, seja totalmente reversível.

Tecnologia e treinamento: esta é a necessidade básica para que o operador petrifique todos os conceitos já citados para que ao escolher esta opção de uso (armas e munições de baixa letalidade) possa aplicá-los no âmbito das normas de segurança e técnicas básicas (Machado, 2010, pp. 285, 286).

3.1 FUNDAMENTOS DE TIRO

O objetivo da instrução de tiro AMAN é praticar o tiro de combate, ou seja, tiro rápido, com pouco tempo para execução do tiro. Por esse motivo, é importante que o militar absorva corretamente esses conhecimentos básicos para que possa ter sucesso no treinamento e no combate (Brasil, 2017).

Os fundamentos do tiro servirão de base para a realização do tiro de combate e deverão ser praticados individual e repetidamente sob a supervisão de outro militar que será responsável por corrigir erros que o atirador possa cometer na execução da manobra. Dessa forma, esses processos tornam-se automatizados, possibilitando a criação da memória muscular (BRASIL, 2017, p. 15), essencial para a execução de tiros rápidos. Os elementos básicos do tiro de combate são: postura estável, pegada, visão, respiração, acionamento do gatilho, acompanhamento e recuperação (BRASIL, 2017, p. 5).

3.2 INSTRUÇÃO E EXECUÇÃO DE TIRO

Segundo Ribeiro, Figueiredo, Belchior, Nortadas & Fins (2006, p. 7):

É necessário estar consciente de que por vezes podem ser necessárias ações urgentes, pois o conhecimento das armas e a perícia na sua utilização podem desempenhar um papel decisivo. Impacto (…). Os militares têm vários preceitos no uso de armas de fogo: legalidade, conhecimento da arma e competência técnica. Desta forma, a instrução e execução do tiro desempenham um papel fundamental, permitindo a todos os militares o desempenho das suas atividades diárias, sem que a arma de fogo represente qualquer obstáculo às suas atividades.

Numa análise bidirecional, o ensino de tiro pode ser analisado sob as perspectivas teóricas e prática do treinamento de tiro, visando a disseminação de conhecimentos, técnicas e regras táticas. A execução do tiro pode ser compreendida sob uma perspectiva mais concreta e prática, buscando a consolidação teórica e o aprimoramento dos procedimentos técnicos.

A ordem de disparo também busca padronizar procedimentos para dar maior segurança aos envolvidos na operação. A eficácia do treino de tiro depende da importância conjunta da instrução e execução do tiro, ambas reforçando-se mutuamente. A formação e a prática, aliadas à internalização das disposições legais sobre o uso de armas de fogo, são a base para que os militares atinjam o padrão de excelência desejado (Ribeiro et al., 2006).

3.3 INSTRUÇÃO DE TIRO POLICIAL

Crucialmente, manter a instrução nas competências técnicas associadas ao uso de armas de fogo torna-se um objetivo contínuo da vida do PM, na instrução no manuseamento e tiro, uma vez que a sociedade paga e espera serviços de alta qualidade quando necessário. Para Alves (1997, p. 15), a orientação continuada sobre tiroteio policial visa fornecer:

Manter os conhecimentos adquiridos durante a fase de ensino ampliá-los e atualizá- los com base em novos conceitos e experiências adquiridas, e manter a condição física, a agilidade e os reflexos ativos que serão úteis no seu serviço; familiarizar o policial militar com as armas para que ele possa é utilizado como ferramenta defensiva e busca sempre aumentar e aprimorar seus conhecimentos, acompanhar a evolução da sociedade e desempenhar melhor suas tarefas; aplicar técnicas de tiro com precisão e confiabilidade.

Nesse sentido, o ensino de tiro policial deve promover a interação entre superiores e subordinados em diferentes níveis, capacitando-os para trabalharem individualmente ou em equipe. À medida que o PM se habitua a esta arma e compreendem os princípios básicos do tiro, o treino deve ser realizado num campo de tiro que simule a realidade, incluindo movimento, apresentação de alvos representativos de pessoas com atitudes agressivas e outros em situação de vítima. Segundo Giraldi (1994, p. 05):

Numa perseguição policial, o policial militar não sabe de antemão o que encontrará durante a perseguição, será uma surpresa para ele e os problemas que surgirem terá de ser resolvidos sozinho, sem qualquer ajuda. É uma paródia da ação real da polícia de rua, mostrando seus pontos fortes e fracos. É a aplicação de tecnologia, tática e psicológica e é a base do tiro defensivo.

Para melhor aproveitar e melhorar a possibilidade dos PMs verificar suas reações em combate, o ideal seria que todos os PMs do estado tivessem acesso regular ao simulador de tiro da

PM, que é projetado para fornecer a orientação de tiro mais realista. As instruções do simulador foram elaboradas para permitir que o policial militar enfrente situações reais, durante o combate virtual, ele simulará organicamente as situações estressantes apresentadas
no combate real, inclusive aquelas associadas à perda de visão periférica, sudorese, aumento de força e pressão arterial.

4 MODELOS DE FORMAÇÃO

As normas de tiro uniformizam a instrução e execução do tiro e, na opinião dos investigadores, constituem um modelo de treino universal. No entanto, para um estudo mais abrangente, este modelo de treino geral é dividido em três submodelos: tiro instrucional, tiro de manutenção e tiro desportivo.

4.1 TIRO DE INSTRUÇÃO

De acordo com os Padrões de Tiro (2008), tiro de instrução é "todo tiro realizado como parte de treinamento, promoção ou cursos profissionais". O tiro instrucional é de particular importância durante a formação inicial, pois é durante esta formação que a maioria dos militares são expostos às armas e ao tiro pela primeira vez. Segundo Simões et al (2008, p. 6):
"O treinamento inicial de pontaria visa capacitar os futuros militares nos procedimentos de segurança, manuseio e execução de disparos de armas de fogo, preparando-os para o desempenho das atividades policiais".

4.2 TIRO DE MANUTENÇÃO

De acordo com os Regulamentos de Tiro (2008), tiro de manutenção refere-se a "todos os disparos conduzidos por militares que se preparam para servir de acordo com estes regulamentos com base na experiência e nas lições aprendidas".
O tiro de manutenção obedece às Regras de Tiro de Manutenção (RTM) da norma de tiro da GNR. O artigo 1.º do RTM estabelece que o tiro de manutenção se destine a proporcionar a todos os militares a manutenção técnica, o aperfeiçoamento e o reforço da destreza necessária à correta execução do tiro.

4.3 TIRO DESPORTIVO

De acordo com o Regulamento do Tiro (2008), o tiro desportivo é "todo o tiro realizado por militares representantes de uma equipe da GNR ou de uma seleção nacional". No Artigo 8º, Parágrafo 1º, refere que o Oficial de Tiro é por inerência de funções o delegado do tiro desportivo da sua unidade para efeitos da aplicação do Regulamento de Tiro Desportivo (RTD), tendo também segundo o n.º 4 deste artigo, a função de selecionar e preparar as equipes de tiro da sua unidade.

5 ARMAMENTO E EQUIPAMENTO

Armamento e equipamento, além da capacidade de gerir crises e seguir protocolos, são as principais ferramentas utilizadas pelos agentes policiais para cumprir as suas funções. Este indivíduo deve ter paixão pelas armas que utilizará em seu dia a dia, deve também ter um

conhecimento básico de como utilizar as armas de forma segura e correta, juntamente com os princípios básicos de tiro.

O policial deve ter capacidade de utilizar suas armas e equipamentos, tanto individualmente quanto coletivamente. Não é difícil identificar oficiais que recebem formação no nosso país, mas que não possuem os conhecimentos básicos necessários para utilizar a sua arma de fogo no trabalho.

A superioridade das armas e equipamentos é crucial para o sucesso de uma missão policial. Hoje, os criminosos do crime organizado possuem armas de última geração, que são importadas através do tráfico internacional de armas. Isto representa uma preocupação entre os agentes policiais que muitas vezes se encontram encurralada sem ter capacidade para cumprir eficazmente as suas funções operacionais.

Daí a importância de possuir armas/equipamentos condizentes com a atuação do policial. Com armas superiores às do seu oponente, normalmente uma demonstração do poder militar da polícia é suficiente para evitar a necessidade delas. A incapacidade imediata de disparar e a incapacidade de parar são cruciais para a eficácia de uma abordagem policial defensiva, sendo o uso da força letal inevitável.

Quanto mais potente for a capacidade do projétil para mitigar a violência, menos tiros serão necessários, o que conduzirá a um maior grau de segurança para a ação e a uma menor probabilidade da polícia usar força excessiva, numa situação de legítima defesa, seguindo exatamente as regras e incluindo comportamento legal.

Para maximizar a eficácia dos projéteis com base na sua capacidade de mitigar as ações do agressor, devemos estar atentos à necessidade dos policiais possuírem uma quantidade suficiente de equipamentos e observar uma variedade de variantes que sempre estarão presentes no caso de uso de arma de fogo, incluindo: o calibre do projétil, o tipo de propulsor, o grau de efeitos psicotrópicos e outros aspectos.

6 LEGÍTIMA DEFESA

A legítima defesa é uma forma de defesa que está elencada no artigo 23, inciso II do Código Penal Brasileiro, bem como no artigo 25 do mesmo código:

Art. 23 – Não há crime quando o agente pratica o ato: [...] II - em legítima defesa; [...] Art. 25 - Considera-se legítima defesa toda ação de um indivíduo empreendida para defender-se de uma agressão injusta, por direito próprio ou de outrem. Frase única. Sujeito aos requisitos elencados no início deste artigo considera-se também em legítima defesa o agente de segurança que se sinta repelido pela violência ou pelo risco de violência contra a vítima durante a prática de um crime. (BRASIL, 1948)

De acordo com o doutrinador Guilherme de Souza Nucci, em seu Manual de Direito Penal a legítima defesa:

É a medida defensiva que se toma para proteger os direitos de alguém de ser infringido, seja por uma agressão atual ou projetada, ou por um terceiro com direito legítimo, tudo isso com a devida discrição. [...] Através da legítima defesa, o indivíduo consegue se opor à agressão dirigida

aos seus direitos ou aos direitos de outrem, isso se consegue substituindo as ações da sociedade ou do Estado, que nem sempre estão presentes ao mesmo tempo, com os de seus agentes.

A ordem jurídica deve ser mantida, cabendo ao indivíduo garantir que isso seja feito de forma eficaz e dinâmica. (2019, p. 229). Como bem descrevem as palavras do professor, o indivíduo é capaz de utilizar os recursos necessários para proteger os seus direitos ou os dos outros, o Estado não pode estar presente nos dois lugares ao mesmo tempo, o que é corroborado pela conclusão das duas sessões anteriores.

Neste contexto, entende-se que os cidadãos têm o direito de se defenderem a si próprios e às suas comunidades, devendo possuir os meios necessários e suficientes para fazê-lo. Numa agressão imoral, com ameaça de morte, a arma de fogo é a única ferramenta que equilibra a disparidade de poder entre o agressor e a vítima.

Como resultado, a arma de fogo é essencial para proporcionar aos cidadãos a confiança na sua própria segurança, através da utilização de métodos de autodefesa.

7. CONTROLE NACIONAL DE ARMAMENTO E TIRO

Para fins instrutivos, o Decreto nº 5.123, de 1º de julho de 2004, substituiu a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003. Nessa norma, focamos no Sistema de Gerenciamento de Armas Militares, SIGMA, que é um órgão que foi criado no Ministério da Defesa como parte do Comando do Exército.

Tem jurisdição sobre todo o país e tem como objetivo manter um banco de dados geral permanente de armas de fogo importadas, produzidas e vendidas no país. Além disso, mantém um banco de dados geral permanente de armas de fogo que constam de seus próprios registros.

7.1 SEGURANÇA NA INSTRUÇÃO

Os manuais de manutenção brasileiros discutem o valor da manutenção preventiva como forma de aumentar a segurança das instruções. O manual C23-1 (2010) afirma que antes e depois de cada disparo, a manutenção também visa garantir a segurança, juntamente com a eficiência da arma. Antes dos exercícios, todos devem avaliar o estado geral das armas e dos suprimentos de manutenção.

A ocorrência de incidentes de tiro durante a instrução é preocupante, pois normalmente é feita com um número menor de instrutores e instrumentos, com isso, perde-se o controle sobre os militares na linha de tiro, aumentando a probabilidade de ocorrência. Acidente, e quando se trata de armas, é fatal.

7.2 ARMAMENTO DE USO RESTRITO

O armamento de uso restrito é diferente daquele de uso permitido; o primeiro tem maior poder ofensivo e só é acessível às forças armadas, a algumas instituições específicas de segurança e a indivíduos com alto nível de instrução para utilizá-lo. “Um exemplo disso é o registro de armas de fogo de uso restrito aos militares”.

Isso é feito de acordo com o estatuto. Determina-se então que as armas de uso restrito são pistolas automáticas de grosso calibre, fuzis e armas para operações militares. (2012, p.50). Menezes descreveu as armas de uso restrito como aquelas que só podem ser utilizadas pelas Forças Armadas, algumas instituições de segurança e pessoas físicas e jurídicas autorizadas. Estas devem ser devidamente documentadas e legalmente permitidas (2014, p. 90).

O artigo 16 da Lei 1.826/2003 enumera os crimes relativos à posse e porte ilegal de armas de fogo restritas:

Posse ou porte ilegal de armas de fogo restritas: art. 16. Possuir, deter, transportar, adquirir, fornecer, receber, armazenar, transportar, doar, emprestar, enviar, usar, manter sob custódia uma arma de fogo que não seja autorizada e que viole uma lei ou decisão regulamentar, manter ou ocultar arma de fogo, acessórios ou munições proibidas ou restritas: Pena - reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos e multa.

Parágrafo único. As mesmas penas aplicam-se a quem: I - ocultar ou alterar os números de série ou quaisquer marcas identificativas de arma de fogo ou artefato; II- modificar as características da arma de fogo para que ela se torne arma de fogo equivalente a proibição ou restrição de uso ou destinada a dificultar ou de alguma forma induzir em erro autoridades policiais, peritos ou juízes; III - posse, fabricação ou utilização de explosivos ou materiais explosivos sem autorização ou consentimento de ordem legal ou regulamentar decisão.

Dispositivo incendiário; IV - porte, posse, aquisição, transporte ou fornecimento de arma de fogo com número de série, marca ou qualquer outro sinal identificativo que tenha sido riscado, suprimido ou alterado; V - vender, entregar ou fornecer a criança ou jovem possuir (ainda que Livre) armas de fogo, acessórios, munições ou explosivos; VI – Produzir, recarregar ou reciclar munições ou explosivos, ou adulterar munições ou explosivos de qualquer forma sem autorização legal. (Brasil, 2003, on-line).

Confrontado com o artigo, Celso Antônio Bandara de Mello afirmou que mesmo tendo em conta o risco generalizado a que todos estão expostos devido à propagação do crime, o cidadão comum não está autorizado a portar armas, porque só em circunstâncias excepcionais o porte de armas só é permitido pelo caput do Artigo 16 (2005, online).

Portanto, nos termos do Caput do art. 16, quando for comprovado que a segurança pessoal do requerente está ameaçada, ou o requerente se envolveu em comportamento perigoso, a necessidade efetiva deve ser determinada a critério da Polícia Federal. Portanto, faz sentido a aquisição de armas de grosso calibre.

Embora as armas acima sejam consideradas proibidas por lei, a eficiência da legislação apenas serve para cidadãos cumpridores da lei porque na maioria das vezes caem nas mãos de criminosos, traficantes de drogas e gangues para serem usados no crime organizado. (FRANCO, 2012, p.51).

Todas essas dificuldades na obtenção de armas de fogo acabarão por criar um enorme mercado ilegal no qual as pessoas usam ilegalmente armas de fogo para o crescimento económico. Portanto, é necessário que o legislador mantenha nos regulamentos de desarmamento leis que impeçam o comércio de armas, incluindo os artigos 17.º e 18.º das leis acima mencionadas (Brasil,

2003). Portanto, qualquer política que vise proibir o uso ou porte de armas surge da necessidade de segurança pública, mas abre portas para outros crimes, como a venda ilegal de armas e munições não registradas pela autoridade competente.

8. FATORES EXTERNOS CAUSADORES DE FALHAS EM ARMAMENTOS

Observando a lista de falhas no manual da pistola relevante, fica claro que não estão incluídos fatores importantes que causam problemas com materiais mecânicos: sujeira e corrosão. A função básica da maioria das armas de fogo é através da expansão do gás dentro de um tubo. Em armas automáticas ou semiautomáticas (como pistolas), esses gases são usados para disparar o gatilho sucessivamente.

Ao longo do caminho percorrido pelos gases, eles deixam resíduos de pólvora que podem se acumular no mecanismo. Esse resíduo acumulado dificulta e às vezes até impede o correto funcionamento da arma, criando pontos de atrito nos respectivos alojamentos do ferrolho entre as partes que deveriam deslizar, como o ferrolho, o extrator e o corpo dianteiro. Um problema muito comum observado durante a instrução de tiro é o carregamento duplo.

Quando a pólvora se acumula na garra extratora, ela não se move adequadamente dentro da cavidade do ferrolho e às vezes sai, ou seu movimento fica fora de sincronia com a fase de extração e não consegue agarrar a ponteira do cartucho inserida no cano, para evitar que seja ejetado. No entanto, uma nova munição (que emergiu do carregador durante a fase de demonstração) surgiu e foi empurrada para dentro da câmara que estava bloqueada pelo carregador disparado internamente, resultando em uma carga dupla.

Se a quantidade de sujeira no ejetor não for tão grande que seu movimento fique permanentemente impedido, esse problema pode ser resolvido removendo o carregador e deslizando o ferrolho várias vezes para trás para ejetar a munição da câmara. Este processo leva segundos preciosos para ser concluído e é um pesadelo para atiradores práticos e defensivos.

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança pública não é apenas um direito básico, mas também desempenha um papel importante no bom funcionamento da sociedade; em vista disso, é necessário que o Estado desempenhe o seu papel. As falhas na segurança refletem os direitos fundamentais ao desenvolvimento social, à liberdade, à saúde, à educação e à justiça. Embora saibamos que a polícia precisa melhorar a sua organização.

Percebe-se que a formação e a educação profissional técnica em todos os níveis estão bem investidas e dotadas de muitos recursos que lhes permitem formar eficazmente profissionais de segurança, mas em termos de formação profissional, o processo anual de revitalização ainda não atendeu às necessidades de capacitação do PM para uma formação eficaz, de treinamento e qualificações no manuseamento e utilização de armas de fogo.

O método de ensino descentralizado utilizado no treino de revitalização da força, que aumentou a variabilidade da quantidade de munições disponíveis, inferior ao esperado, e a falta de

prática de tiro com todas as armas qualificadas pelo PM, permitiram vários fatos que não são reconhecidos pela sociedade para serem registados, que estão constantemente veiculados junto à mídia em prejuízo aos valores institucionais do PM. Estudos comprovaram que os PMs realizam aproximadamente 30 tiros por ano com instruções de revitalização.

É claro que tantos tiroteios não garantem que os profissionais de segurança estejam qualificados para utilizar armas de fogo em suas atividades profissionais. Considerando as inúmeras adversidades que enfrenta no seu dia a dia, a instrução anual sobre o uso de armas certamente não é suficiente para manter as habilidades de um profissional, observa-se certa insegurança por parte do policial durante os exercícios de tiro, motivado por uma falta de conhecimento das instruções correspondentes, manutenção e reajuste, esta insegurança aumenta em situações reais de tiro.

O número de tiroteios instrucionais ocorridos não constitui um profissional de segurança capaz de empregar armas de fogo em sua atividade profissional. A frequência de instrução quanto ao uso de armas é, sem dúvida, insuficiente para manter as habilidades do profissional diante das inúmeras adversidades que ele encontra no seu cotidiano, situação em que, durante a prática, é manifestada uma específica falta de confiança no PM. Observa-se ainda, falta de confiança causada pela deficiência na manutenção ou reajuste da respectiva instrução, esta confiança é aumentada quando em situação real.

Conclui-se, portanto que a posse de armas exige treinamento e preparação extensivos. Como resultado, se o policial não seguir as instruções explicitamente descritas pelos instrutores, ele poderá sofrer consequências graves, incluindo ferimentos a si mesmo ou a terceiros, ou a morte de um colega. A instrução de armamento e tiro é uma atividade legal e imprescindível à luz do ordenamento jurídico brasileiro, conforme todas as leis de proteção e garantias constitucionais e infraconstitucionais.

REFERÊNCIAS

ALVES, Amarildo de Assis. **A influência da instrução de tiro no atendimento eficaz de ocorrências que envolvem o emprego de arma de fogo.** Monografia, Florianópolis, Santa Catarina, Centro de Ensino Superior da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, 1997.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. **Curso de Direito Administrativo**. 24ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

CAPEZ, Fernando. **Curso de direito penal**. Volume 1: parte geral. 11ª Edição revisada e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 256.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 01 de jul de 2021.

BRASIL. Decreto nº 10.629, de 12 de fevereiro de 2021. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.629-de-12-de-fevereiro-de-2021- 303712419.

FABRETTI, Humberto Barrionuevo. **Segurança Pública: Fundamentos jurídicos para uma abordagem constitucional.** São Paulo: Atlas, 2014.

FRANCO, Paulo Alves. Porte de Armas: **Aquisição, Posse e Porte; Obtenção, Posse e Porte Ilegais; Estatuto do Desarmamento**. Campinas: Servanda, 2012.

GIRALDI, Nilson. **Manual do Tiro Defensivo na preservação da vida**. Método Giraldi. São Paulo: PMESP, 2007.

MACHADO, Maurício Corrêa Pimentel. Coleção Armamento - **Armas, Munições, equipamentos Policiais**. Cascavel, 3ª Edição, 2010, Gráfica Tuicial.

MARCONDES, José Sérgio. **Segurança Pública no Brasil** – O que é, conceito, para que serve. 2020. Disponível em: (URL omitida no original). Acesso em: 01 nov. 2021.

NUCCI, Guilherme de Souza. **Manual de Direito Penal**. 15ª edição. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

RIBEIRO, Cap Daniel, et al. **O tiro de Manutenção na GNR**. Trabalho do CPOS 2005/06, IESM.

SANTA CATARINA. **Polícia Militar.** Diretriz de procedimento permanente nº 035/CMDO. 2001.

SEESP. **Aumentam os assassinatos por armas de fogo no Brasil.** 2022. Disponível em:

https://seesp.com.br/aumentam-os-assassinatos-por-armas-de-fogo-no-brasil/

A LIDERANÇA NO SECRETARIADO EXECUTIVO: COMPETÊNCIAS E PERCEPÇÕES NA GESTÃO DE PESSOAS EM EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos
Edson Alves de Araújo

Cuiabá - MT

A LIDERANÇA NO SECRETARIADO EXECUTIVO: COMPETÊNCIAS E PERCEPÇÕES NA GESTÃO DE PESSOAS EM EMPRESAS PÚBLICAS E PRIVADAS.

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]
Edson Alves de Araújo[3]

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar a atuação do profissional de Secretariado Executivo no contexto da liderança e da gestão de pessoas em empresas públicas e privadas, destacando as competências profissionais e o grau de autonomia necessária para o desempenho eficiente de suas funções. A pesquisa propõe compreender como o secretário executivo, tradicionalmente associado a atividades administrativas, vem assumindo um papel estratégico nas organizações contemporâneas, atuando como mediador de processos, facilitador da comunicação e agente de liderança situacional. A metodologia adotada é de caráter qualitativo, utilizando análise bibliográfica e aplicação de questionário aos profissionais da Área, especificamente Secretários Executivos de uma Empresa Privada do Setor do Agronegócio/Serviços, a fim de identificar percepções sobre as competências e desafios enfrentados no exercício da liderança. Espera-se como resultado identificar as principais competências comportamentais e técnicas que sustentam a liderança eficaz no Secretariado Executivo, bem como evidenciar a importância da autonomia profissional para o fortalecimento da gestão de pessoas e para a valorização da categoria. Após a coleta e análise dos dados: como resultado, identificou-se que a competência de 'Comunicação Interpessoal' é a mais citada como fundamental para a liderança informal. Entende-se que o Secretariado Executivo, ao desenvolver competências de liderança e exercer sua autonomia de forma ética e estratégica, consolida-se como elemento chave na construção de ambientes organizacionais colaborativos e eficientes, demonstrando-se, empiricamente, que a ampliação de sua atuação mediadora favorece maior coesão, engajamento e clareza comunicacional entre os membros da equipe.

Palavras-chave: Secretariado Executivo. Liderança. Gestão de Pessoas. Competências Profissionais. Autonomia.

Abstract

1 Amanda Rebeson dos Anjos Araújo – amanda.anjo.fcr@gmail.com – 65 992244629
2 Dr. José Olímpio dos Santos – joseplimpio388@icloud.com - 65 999810482
3 Edson Alves de Araújo – babiloniaedson@gmail.com – 65 999056672

Administração, pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, com recebimento de Láurea Acadêmica (2024). Especialista em Gestão de Pessoas Liderança e Coaching pelo ICAP e Faculdade de Tecnologia e Ciências do Alto Paranaíba

- FATAP - 2023. Bacharelaem Secretariado Executivo pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT (2023).Bacharelada Direito - Faculdades Integradas Cândido Rondon - UNIRONDON (2010), com atuação na advocacia trabalhista e assessoria jurídica. E-mail: francielle.o@colabordor.ifmt.edu.br

This article aims to analyze the role of the Executive Secretary in the context of leadership and people management in public and private companies, highlighting the Professional competencies and degree of autonomy necessary for the efficient performance of their duties. The research aims to understand how the executive secretary, traditionally associated with administrative activities, has been taking on a strategic role in contemporary organizations, acting as a mediator of processes, facilitator of communication, and agent of situational leadership. The methodology The approach adopted is qualitative in nature, using bibliographic analysis and a questionnaire administered to professionals in the Field, specifically executive secretaries at a private company in the agribusiness/services sector, in order to identify perceptions about the skills and challenges faced in the exercise of leadership. The expected result is to identify the main behavioral and technical competencies that support effective leadership in the Executive Secretariat, as well as to highlight the importance of Professional autonomy for strengthening people management and enhancing the value of the category. After collecting and analyzing the data, it was found that the competency of "Interpersonal Communication" is the most cited as fundamental to informal leadership. It is understood that the Executive Secretariat, by developing leadership competencies and exercising its autonomy in an ethical and strategic manner, consolidates itself as a key element in building collaborative and efficient organizational environments, demonstrating empirically that the expansion of its mediating role favors greater cohesion, engagement, and clarity of communication among team members.

Keywords: Executive Secretariat. Leadership. People Management. Professional Skills. Autonomy.

1. Introdução

O tema geral deste estudo é sobre, A Liderança no Secretariado Executivo: Competências e Percepções na Gestão de Pesssoas em Empresas Públicas e Privadas, com foco em compreender como esse profissional exerce funções de liderança no contexto organizacional. A pesquisa se insere em um cenário de transformações constantes no mundo do trabalho e de exigências cada vez maiores por resultados eficazes.

A liderança tem se consolidado como um dos pilares fundamentais da gestão organizacional contemporânea, sendo reconhecida como um processo de influência capaz de direcionar comportamentos e promover o alcance de objetivos coletivos Chiavenato, (2014). No contexto do secretariado executivo, o tema adquire relevância crescente, visto que o profissional dessa área atua como elo estratégico entre a alta gestão e as equipes operacionais, exigindo competências que extrapolam a mera execução de tarefas técnicas e administrativas.

Conforme enfatiza Goleman (2007), a liderança eficaz está diretamente associada à inteligência emocional, habilidade essencial para lidar com pessoas, resolver conflitos e inspirar equipes. Apesar da importância atribuída ao papel do secretário como agente de liderança, ainda há uma lacuna na literatura quanto à identificação e análise das competências de liderança específicas desse profissional.

Muitos dos estudos sobre liderança concentram-se em perfis gerenciais tradicionais, negligenciando as particularidades do Secretariado Executivo e suas múltiplas interfaces com a gestão de pessoas. Pesquisas de autores como Hersey e Blanchard (1986) sobre a Liderança Situacional e Bass (1990) sobre a Liderança Transformacional destacam que o líder eficaz adapta seu estilo conforme o nível de maturidade e motivação da equipe, porém poucos estudos aplicam essas teorias ao campo do secretariado, o que revela uma carência científica nesse eixo temático.

Diante desse contexto, o problema de pesquisa que norteia este artigo é: Quais competências de liderança são exercidas por um secretário executivo em uma empresa privada e como essas práticas impactam a percepção de sua atuação estratégica? O objetivo geral deste estudo é analisar as competências de liderança do profissional de Secretariado Executivo e suas percepções sobre a gestão de pessoas no ambiente organizacional.

2. Referencial teórico

O estudo da liderança no Secretariado Executivo tem se tornado um campo de crescente interesse dentro das ciências administrativas e das áreas correlatas à gestão de pessoas. Nas últimas décadas, o papel do secretário executivo foi ressignificado, deixando de ser visto apenas como uma função de apoio operacional para tornar-se um agente estratégico dentro das organizações.

Essa transição ampliou a necessidade de compreender a liderança não apenas como uma posição hierárquica, mas como uma competência comportamental que envolve comunicação eficaz, empatia, tomada de decisão e influência positiva sobre equipes Barros, 2021; Carvalho e Pinho, (2013).

Destaca que o profissional moderno de secretariado atua como mediador de processos e gestor de relacionamentos organizacionais, exigindo habilidades de liderança situacional e de adaptação a diferentes contextos.

Já Azevedo, Araújo e Arruda (2024), ao investigarem a autonomia e liderança do secretário executivo, identificaram que a comunicação interpessoal e a gestão de conflitos são fatores determinantes para a efetividade dessa liderança, sobretudo em ambientes colaborativos.

De maneira semelhante, Brito, Nunes e Pontes (2013) destacam os desafios enfrentados por esses profissionais no exercício da liderança, como o reconhecimento institucional limitado e as dificuldades de delegação e tomada de decisão. Esses estudos demonstram que a liderança no secretariado existe e é atuante, mas muitas vezes ocorre “nos bastidores”, sem visibilidade hierárquica.

Entretanto, apesar do avanço dessas pesquisas, observa-se uma predominância de estudos qualitativo, descritivos descritivos, geralmente realizados e concontextos específicos (principalmente instituições públicas) e com amostras reduzidas. Há uma lacuna na literatura quanto a análises mais amplas e comparativas que permitam compreender como a liderança é percebida, exercida e desenvolvida em diferentes tipos de organizações.

Poucos estudos investigam a inter-relação entre competências emocionais, éticas e comunicacionais no exercício da liderança pelo profissional de secretariado, o que limita a compreensão sobre o impacto dessas competências na gestão de pessoas e no clima organizacional Sammartino, (2016). Para compreender a complexidade desse fenômeno, torna-se necessário recorrer a um arcabouço teórico mais abrangente das principais abordagens contemporâneas da liderança.

O líder autêntico age com clareza, mantém relações de confiança e é capaz de sustentar decisões baseadas em princípios éticos, aspectos essenciais para quem ocupa posição de assessoria e influência direta sobre gestores e equipes. Essas três perspectivas teóricas, Servidoras Transformacionais e Autênticas complementam-se e oferecem um referencial sólido para interpretar o comportamento de liderança no secretariado executivo.

Contudo, mesmo com esse avanço teórico, persistem lacunas significativas: (1) falta de aprofundamento conceitual e empírico sobre a aplicação das teorias de liderança ao contexto secretarial; (2) escassez de estudos comparativos entre instituições públicas e privadas; (3) limitações metodológicas nas pesquisas existentes, que raramente integram observação participante, entrevistas em profundidade e análise de discurso.
Métodos fundamentais para capturar percepções e experiências subjetivas de liderança; (4) ausência de instrumentos validados que mensurem a liderança sob a ótica do secretariado, considerando suas especificidades e valores profissionais.

Diante dessas lacunas, o presente estudo propõe aprofundar a compreensão das competências e percepções da liderança exercida por secretários executivos na gestão de pessoas. Busca-se compreender como esses profissionais constroem, expressam e percebem sua liderança dentro das organizações, à luz das teorias contemporâneas especialmente as abordagens Servidora, Transformacional e Autêntica.

Durante a leitura, percebe-se que esta pesquisa avança em relação aos estudos já existentes ao oferecer uma análise interpretativa da liderança no secretariado, construída a partir das experiências vividas, das percepções individuais e dos significados que cada profissional atribui ao ato de liderar. Essa perspectiva amplia o olhar sobre o tema e reforça a compreensão da liderança secretarial como um fenômeno essencialmente humano, relacional e multifacetado, indispensável para promover eficiência, equilíbrio e harmonia dentro das organizações contemporâneas.

A liderança é um fenômeno complexo que permeia as relações humanas dentro das Organizações, influenciando diretamente a motivação, o desempenho e a coesão das equipes. No contexto do Secretariado Executivo, a liderança assume características específicas, uma vez que o profissional secretarial atua como elo entre gestores, equipes e processos administrativos.
Segundo Chiavenato (2014, p. 89),

> "a liderança é a capacidade de influenciar pessoas para que trabalhem entusiasticamente em prol de objetivos comuns". Essa definição reflete o papel do líder como agente inspirador e facilitador do desempenho coletivo.

Historicamente, o estudo da liderança passou por diferentes fases teóricas, desde as abordagens centradas no líder até os modelos situacionais e contemporâneos. Para Hersey e Blanchard (1986), a Liderança Situacional é aquela em que o líder adapta seu estilo conforme o nível de maturidade e competência dos liderados, o que se mostra essencial em ambientes dinâmicos como os escritórios de Secretariado Executivo. Essa perspectiva destaca a flexibilidade como competência indispensável ao profissional secretarial que exerce liderança, formal ou informalmente.

2.1. Liderança servidora.

Proposta por Robert Greenleaf (1970), a Liderança Servidora tem como princípio fundamental o ato de servir antes de liderar. O líder servidor coloca as necessidades da equipe em primeiro lugar, promovendo o crescimento pessoal e profissional dos colaboradores. Essa

perspectiva mostra-se altamente compatível com o perfil do secretário executivo, que, poressência, atua de forma colaborativa, mediadora e empática.

Assim, a liderança servidora permite analisar a capacidade do profissional de secretariado em inspirar confiança, apoiar o desenvolvimento de colegas e fortalecer o espírito de equipe.

2.2. Liderança transformacional

A liderança transformacional surge como um modelo de liderança voltado para a promoção de mudanças profundas nas organizações e nas pessoas, indo além da simples relação de troca entre líder e liderados. O conceito foi introduzido por James MacGregor Burns, que diferenciou a liderança transformacional da liderança transacional, destacando que a primeira ocorre quando líderes e seguidores elevam uns aos outros a níveis mais altos de motivação, ética e compromisso. Posteriormente, o modelo foi ampliado por Bernard M. Bass, que estruturou suas principais dimensões e aplicabilidade nas organizações.

A liderança transformacional caracteriza-se pela capacidade do líder de inspirar uma visão compartilhada, estimular o pensamento criativo, promover o desenvolvimento individual e gerar engajamento coletivo. Diferentemente da liderança baseada apenas em recompensas e punições, esse modelo fundamenta-se na influência positiva, no carisma, na motivação inspiradora, na estimulação intelectual e na consideração individualizada.

(Bernard Bass 1985) ampliou a teoria da liderança transformacional, anteriormente introduzida por Burns (1978), destacando suas quatro dimensões: influência idealizada, motivação inspiradora, estimulação intelectual e consideração individualizada. No contexto do secretariado executivo, essa abordagem se mostra relevante porque o profissional frequentemente atua na transformação de processos e na mobilização de pessoas para atingir objetivos institucionais. Um secretário transformacional é capaz de inspirar comportamentos proativos, promover a inovação e encorajar o comprometimento das equipes.

A Liderança, descrita por Bass (1990), também tem ganhado espaço nas análises contemporâneas. Para o autor, “os líderes transformacionais inspiram seus subordinados a transcenderem seus próprios interesses em prol da organização”. No ambiente secretarial, essa influência é observada na capacidade de motivar colegas, inovar na gestão de processos e promover a colaboração intersetorial. Por sua vez, Avolio e Gardner (2005). destacam a Liderança Autêntica, que valoriza a transparência, o autoconhecimento e a coerência entre discurso e prática. Segundo os autores, a autenticidade do líder gera confiança e comprometimento genuíno dos liderados. Essa visão é essencial para o Secretariado Executivo, profissão que demanda ética, confiabilidade e responsabilidade em todas as ações.

Por sua vez, Avolio e Gardner (2005) destacam a Liderança Autêntica, que valoriza a transparência, o autoconhecimento e a coerência entre discurso e prática. Segundo os autores, a autenticidade do líder gera confiança e comprometimento genuíno dos liderados. Essa visão é essencial para o Secretariado Executivo, profissão que demanda ética, confiabilidade responsabilidade em todas as ações.

> "A liderança autêntica não é um conjunto de técnicas, mas uma forma de ser". Ela surge do autoconhecimento, da coerência entre valores e atitudes, e da coragem para agir conforme princípios éticos. (AVOLIO; GARDNER, 2005, p. 324).

No cenário brasileiro, pesquisas recentes apontam para a crescente valorização do Secretariado como área estratégica nas organizações. Ribeiro e Simões (2019) ressaltam que "a atuação do secretário executivo transcende as funções administrativas, alcançando dimensões de liderança, gestão e tomada de decisão". Isso reforça a necessidade de desenvolver competências de liderança, comunicação e inteligência emocional.

Observa-se que as teorias clássicas e contemporâneas convergem ao reconhecer que o líder eficaz é aquele que compreende o ser humano em sua integralidade e conduz sua prática com empatia, flexibilidade e propósito. No âmbito do Secretariado Executivo, tais características tornam-se fundamentais para uma gestão de pessoas eficiente e humanizada, Capaz de articular técnica, sensibilidade e visão estratégica de maneira equilibrada e responsável.

2.2 Inteligência emocional

.

A inteligência emocional pode ser compreendida como a capacidade de reconhecer, compreender e gerenciar as próprias emoções, bem como perceber e influenciar as emoções dos outros no contexto das relações interpessoais. No ambiente organizacional, essa competência está diretamente relacionada à eficácia da liderança, à qualidade da comunicação e à construção de relações de confiança.

De acordo com Daniel Goleman (1995), a inteligência emocional estrutura-se em cinco dimensões fundamentais: autoconhecimento, autorregulação, motivação, empatia e habilidades sociais. O autor defende que tais competências são determinantes para o desempenho profissional e para o exercício da liderança, muitas vezes superando a importância exclusiva das habilidades técnicas.

Complementarmente, estudos de Peter Salovey e John D. Mayer (1990) apontam que a inteligência emocional envolve a capacidade de monitorar sentimentos próprios e alheios, discriminá-los e utilizar essas informações para orientar pensamentos e ações. Essa perspectiva reforça a dimensão cognitiva das emoções e sua influência nos processos decisórios.

No contexto organizacional contemporâneo, a inteligência emocional torna-se elemento essencial para profissionais que atuam em posições estratégicas e de articulação institucional, como o secretário executivo. A necessidade de administrar informações sensíveis, mediar conflitos, manter postura ética e sustentar relacionamentos interpessoais exigem elevado equilíbrio emocional e habilidades sociais refinadas.

Assim, a inteligência emocional não apenas contribui para o desempenho individual, mas também impacta positivamente o clima organizacional, a liderança e a efetividade das práticas de gestão.

2.3 O Secretariado executivo como agente estratégico

Teorias clássicas e contemporâneas de liderança

As teorias sobre liderança evoluíram de forma significativa ao longo do tempo, acompanhando as transformações das organizações e as novas concepções sobre o

comportamento humano no trabalho. As abordagens clássicas, formuladas no início do século XX, concentravam-se nas características pessoais do líder, enquanto as teorias mais recentes enfatizam fatores situacionais, relacionais e éticos.
De acordo com Robbins (2002, p. 166),

> "as primeiras teorias da liderança focavam nas qualidades inatas do indivíduo, acreditando que certos traços garantiam a eficácia do líder". Essa visão deu origem à Teoria dos Traços, que buscava identificar características como carisma, inteligência e autoconfiança nos líderes de sucesso. Entretanto, essa teoria foi criticada por ignorar o contexto e o comportamento dos liderados.

Com o avanço dos estudos, emergiu a Teoria Comportamental, que deslocou o foco das características pessoais para o comportamento observável dos líderes. A partir da década de 1960, as teorias situacionais e contingenciais trouxeram uma perspectiva mais flexível, defendendo que a eficácia da liderança depende da adequação entre o estilo do líder e a situação. Hersey e Blanchard (1986) destacaram que o líder deve ajustar seu comportamento conforme o grau de maturidade e competência dos subordinados, reforçando a importância da adaptação e da sensibilidade interpessoal.

> "O líder situacional precisa ser capaz de diagnosticar o nível de desenvolvimento de seus liderados e ajustar suas estratégias de direção e apoio conforme as circunstâncias." HERSEY; BLANCHARD, (1986, p. 92)

Nas últimas décadas, surgiram modelos voltados à valorização do ser humano e à ética organizacional, como a Liderança Servidora e a Liderança Autêntica. Greenleaf (1977, p. 41) ressalta que "a liderança começa com o desejo genuíno de servir. Essa escolha interior é o que diferencia o líder servidor do líder tradicional".

Por sua vez, Bass (1990) ampliou o conceito de Liderança Transformacional, descrevendo-a como aquela que desperta entusiasmo e propósito coletivo, levando os colaboradores a níveis superiores de desempenho e comprometimento. Em síntese, as teorias clássicas ofereceram os primeiros elementos para entender a liderança como expressão das características individuais.

Com o avanço das abordagens contemporâneas, esse entendimento se expandiu, contemplando a dimensão relacional, emocional e ética que se manifesta no encontro entre pessoas. Essa evolução demonstra a necessidade crescente de líderes capazes de equilibrar resultados, sensibilidade humana e respeito às relações, perspectiva essencial ao campo do Secretariado Executivo.

A Liderança no contexto do secretariado executivo

A liderança no Secretariado Executivo é um tema que tem ganhado relevância nos últimos anos, à medida que o papel do secretário passou de uma função meramente técnica para uma atuação estratégica, participativa e de apoio à gestão organizacional.

Segundo Ribeiro e Simões (2019, p. 15),

> "o secretário executivo contemporâneo exerce uma liderança silenciosa, mediando conflitos, coordenando fluxos de comunicação e promovendo a integração entre setores".

Além disso, o perfil de liderança esperado desse profissional se alinha às competências da Liderança Situacional e da Liderança Servidora, por envolver a adaptação constante às necessidades dos gestores e equipes. Conforme Chiavenato (2014), o líder eficaz é aquele que entende que "as pessoas são diferentes e, portanto, devem ser tratadas de acordo com suas necessidades e expectativas individuais". Essa compreensão é fundamental para o secretário executivo, que precisa ajustar sua postura conforme o contexto.

O desenvolvimento de habilidades socioemocionais também é indispensável compreender as diferentes abordagens teóricas da liderança e aplicá-las à realidade do Secretariado Executivo é essencial para fortalecer o papel desse profissional nas organizações.

A liderança, nesse contexto, transcende a autoridade formal, assumindo um caráter colaborativo, ético e emocionalmente inteligente, capaz de transformar a rotina administrativa em uma prática de gestão humanizada e eficiente.

Competências e habilidades de liderança no secretariado executivo

A liderança exercida pelo profissional de Secretariado Executivo está intrinsecamente relacionada ao desenvolvimento de competências comportamentais, técnicas e sociais que possibilitam uma atuação estratégica e eficaz. Tais competências não se limitam ao domínio de ferramentas administrativas, mas abrangem habilidades de comunicação, inteligência emocional, ética, empatia e gestão de pessoas.
Conforme Fleury e Fleury (2001, p. 27),

> "competência é um saber agir responsável e reconhecido, que implica mobilizar, integrar e transferir conhecimentos, recursos e habilidades que agreguem valor econômico à organização e valor social ao indivíduo".

Outro aspecto relevante é a capacidade de adaptação, característica de líderes situacionais. Hersey e Blanchard (1986, p. 94) apontam que "o líder eficaz é aquele que reconhece o nível de maturidade de seus colaboradores e ajusta seu estilo para oferecer a orientação e o suporte adequados". No caso do Secretariado, essa competência se traduz na habilidade de ajustar a conduta conforme o perfil dos gestores e as demandas institucionais.

As competências e habilidades de liderança no Secretariado Executivo vão além da gestão de tarefas; envolvem o desenvolvimento integral do profissional, sua maturidade emocional e a capacidade de gerar impacto positivo nas pessoas e nos processos.

O domínio dessas competências não apenas potencializa a eficiência organizacional, mas também contribui para a valorização e reconhecimento da profissão no contexto corporativo. Em síntese, o secretário executivo líder é aquele que alia técnica, emoção e ética, atuando como elo

vital entre a alta gestão e os colaboradores. Sua liderança é exercida com sensibilidade, visão estratégica e compromisso com o desenvolvimento humano, características indispensáveis para o sucesso das organizações modernas.

4. Metodologia

A presente pesquisa tem como objetivo analisar as competências de liderança e as percepções relacionadas à gestão de pessoas no âmbito do Secretariado Executivo. Para atender a esse propósito, a pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo de abordagem qualitativa, realizado com uma amostra de 43 profissionais de Secretariado Executivo.

Quanto aos procedimentos técnicos, o estudo caracteriza-se como uma pesquisa realizada por meio da aplicação de um questionário estruturado composto exclusivamente por perguntas fechadas, elaborado e disponibilizado na plataforma Google Forms, Telegram, egrupos de whatsap. A escolha dessa ferramenta ocorreu em razão de sua acessibilidade, praticidade e eficiência na coleta e organização dos dados, além de permitir maior alcance dos respondentes.

Os entrevistados da pesquisa foram constituídos por 43 profissionais bacharelados, atuante nas empresas analisadas, considerando sua vivência direta ou indireta com práticas de liderança e gestão de pessoas em contextos organizacionais. A amostra foi definida por conveniência, sendo composta pelos participantes que aceitaram responder voluntariamente ao questionário eletrônico.

A coleta de dados ocorreu de forma online, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações, em conformidade com os princípios éticos da pesquisa científica. Esse procedimento buscou assegurar maior liberdade de resposta e reduzir possíveis influências externas no preenchimento do instrumento.

Os dados obtidos foram organizados automaticamente pela plataforma Google Forms e analisados por meio de estatística descritiva, utilizando-se a apresentação de frequências e percentuais. Essa forma de análise possibilitou identificar padrões e tendências nas percepções dos respondentes sobre as competências de liderança do Secretariado Executivo e sua atuação na gestão de pessoas. Dessa maneira, a metodologia adotada permitiu uma análise objetiva e consistente do tema proposto, contribuindo para uma compreensão clara e humanizada do papel da liderança no Secretariado Executivo no contexto organizacional contemporâneo.

A pesquisa se caracteriza como qualitativa, pois busca aprofundar a compreensão de um fenômeno social complexo a liderança informal no contexto do Secretariado Executivo, focando nas percepções e significados atribuídos pelo sujeito da pesquisa GIBBS, (2009). É descritiva, pois visa descrever as características e competências de liderança exercidas pelo profissional investigado.

4. Resultados

A presente seção dedica-se à apresentação e análise dos dados coletados por meio do questionário aplicado a 43 profissionais da área de Secretariado Executivo. Os resultados são apresentados de forma estruturada, iniciando pelo perfil dos respondentes e avançando para a análise das competências de liderança, percepções de autonomia e reconhecimento organizacional.

4.1 Perfil dos Respondentes

A caracterização do perfil dos participantes da pesquisa é fundamental para contextualizar os resultados e compreender a amostra estudada. A análise abrange o tempo de experiência, o setor de atuação, o porte da empresa e o cargo ocupado.

4.2 Competências e estilos de liderança

A amostra revelou-se majoritariamente composta por profissionais experientes, com 58,1% dos respondentes atuando há mais de 10 anos no mercado de trabalho. Essa senioridade sugere um profundo conhecimento prático das dinâmicas organizacionais. A distribuição por setor de atuação demonstrou uma concentração no setor de Serviços (40,5%), seguido pelo Comércio (18,6%) e Indústria (14%), refletindo a ampla inserção do profissional de Secretariado em diferentes contextos econômicos.

Característica	Distribuição Principal	Percentual
Tempo de Experiência	Mais de 10 anos	58,1%
Setor de Atuação	Serviços	40,5%
Porte da Empresa	Grande Porte	34,9%
Cargo/ Função	Secretário (a) Executivo (a) Júnior/Sênior	75,7% Tabela 1: Síntese do Perfil dos Respondentes

4.3 Estrutura de Liderança Formal

Um dos achados mais significativos desta pesquisa reside na dissonância entre a prática da liderança e o reconhecimento formal. Conforme ilustrado no Gráfico 1, 62,8% dos profissionais de Secretariado Executivo não ocupam um cargo formal de liderança.

(chefia, coordenação ou gerência) na estrutura organizacional de suas empresas. Em contrapartida, apenas 37,2% possuem essa formalização.

Gráfico 1: Ocupação de Cargo Formal de Liderança.

Este dado é um pilar central para a discussão que se seguirá, pois evidencia que a liderança no Secretariado Executivo é exercida, em grande parte, de maneira informal e transversal, baseada na influência e na competência, e não necessariamente na autoridade hierárquica.

4.4. Competências e Estilos de Liderança

A análise das competências e estilos de liderança aprofunda a compreensão sobre como esses profissionais se percebem e atuam no dia a dia. Os dados revelam uma forte inclinação para abordagens adaptativas e colaborativas. Entre os profissionais que ocupam cargos formais de liderança, o estilo Situacional é predominante, com 50,3% das respostas. Este estilo, que adapta a abordagem de liderança às necessidades da equipe e ao contexto, é seguido pelo estilo Democrático (31,3%), que valoriza a participação e a colaboração. É notável que nenhum respondente se identificasse com o estilo17
Autocrático, indicando uma preferência por modelos de gestão mais flexíveis e humanizados.

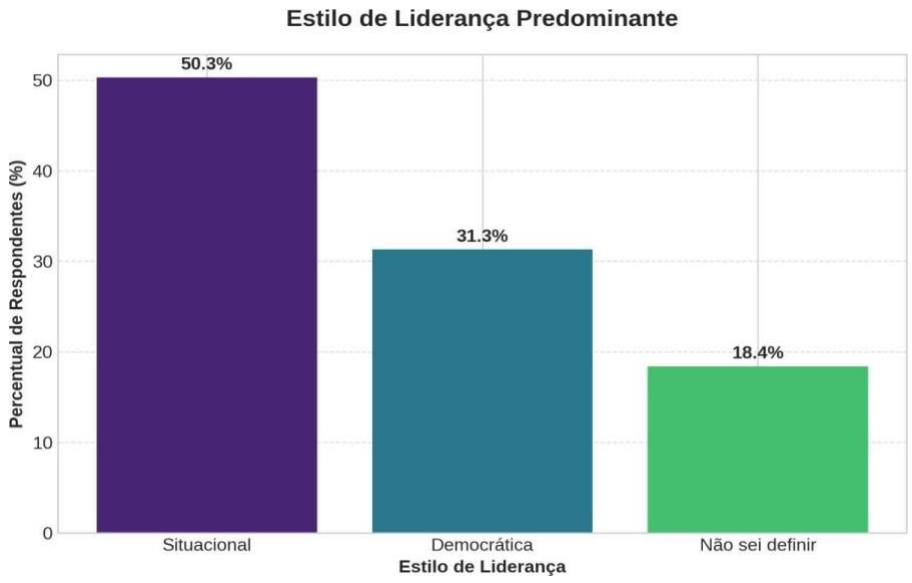


Gráfico 2: Estilo de Liderança Predominante.

Competências de Liderança em Ação

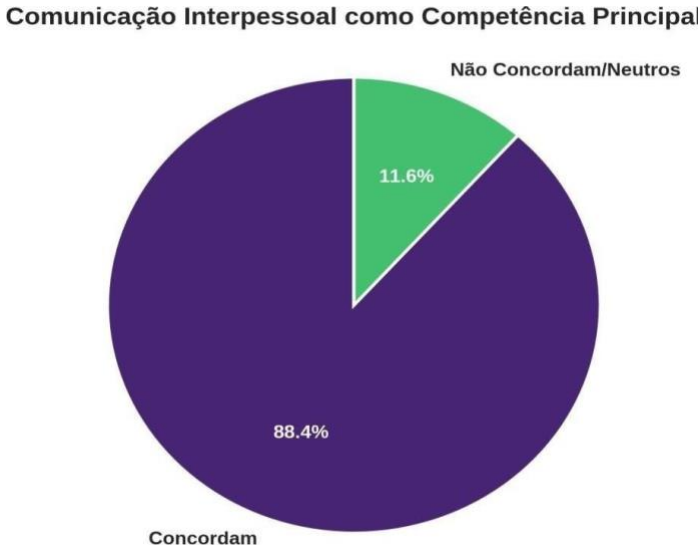
Quando questionados sobre a aplicação de competências de liderança, os resultados reforçam a percepção de uma atuação estratégica e integradora.

- Mediação de Comunicação: 79,1% dos respondentes concordam (totalmente ou parcialmente) que atuam como mediadores da comunicação entre a alta gestão e a equipe. Este papel de "ponte" é uma das manifestações mais claras da liderança exercida pelo Secretariado.
- Comunicação Interpessoal: A competência de Comunicação Interpessoal foi a mais bem avaliada, com 88,4% dos profissionais considerando-a uma de suas principais fortalezas. Este dado corrobora a visão de que a habilidade de se comunicar de forma clara, empática e eficaz é a base da liderança no Secretariado.

Gráfico 3: Comunicação Interpessoal como Competência Principal.

1

8 • Preparação para Gestão de Pessoas: 74,4% dos participantes sentem-se preparados para assumir



Responsabilidades de gestão de pessoas, demonstrando autoconfiança e prontidão para desafios maiores.

4.5 Autonomia e Reconhecimento Organizacional

A percepção de autonomia e o reconhecimento por parte da organização são fatores críticos que impactam a eficácia da liderança. Os dados revelam um cenário de contrastes.

Percepção de Autonomia

A autonomia para tomar decisões relacionadas à equipe apresentou um quadro dividido: 62,8% dos respondentes afirmam ter autonomia (total ou parcial), enquanto 30,2% discordam. Essa heterogeneidade sugere que a delegação de responsabilidades e a confiança no profissional de Secretariado variam consideravelmente entre as organizações.

Reconhecimento Organizacional

O reconhecimento do papel de liderança do Secretariado Executivo emergiu como um dos pontos mais críticos da pesquisa. Apenas 52,8% dos profissionais percebem que as organizações reconhecem e valorizam seu papel de liderança. Em contrapartida, 47,2% discordam ou se mantêm neutros, evidenciando uma lacuna significativa entre a atuação estratégica e a valorização institucional.

Gráfico 4: Percepção de Reconhecimento Organizacional
Este resultado, alinhado à baixa taxa de ocupação de cargos formais de liderança.

4.6 Análise Qualitativa das Situações de Liderança

A análise das 43 respostas à questão aberta sobre situações concretas de liderança permitiu identificar padrões de atuação que ilustram a aplicação prática das competências discutidas. As narrativas foram agrupadas em sete temas principais, com destaque para:

- Mediação de Conflitos (12 menções): Atuação como facilitador da comunicação e resolução de divergências entre equipes e gestores.
- Organização de Processos e Fluxos (10 menções): Iniciativa para mapear, otimizar e padronizar processos, gerando eficiência e clareza.
- Gestão de Recursos Humanos (8 menções): Participação ativa em processos de seleção, avaliação e desenvolvimento de pessoas.

As respostas qualitativas demonstram, de forma inequívoca, que o profissional de Secretariado Executivo transcende o papel de mero executor de tarefas, assumindo uma postura proativa e estratégica na gestão de pessoas e processos, mesmo sem a chancela de um cargo formal de liderança.

5. DISCUSSÃO

A seção de Discussão tem como objetivo interpretar os resultados apresentados, conectando-os ao referencial teórico que fundamentou esta pesquisa. A análise aprofunda as implicações dos achados, explorando as convergências e divergências com a literatura e propondo uma reflexão crítica sobre o papel da liderança no Secretariado Executivo.

5.1 O Paradoxo da Liderança Informal

O resultado mais contundente da pesquisa é o paradoxo revelado pela dissonância entre a prática da liderança e a ausência de reconhecimento formal. O fato de 62,8% dos profissionais não ocuparem um cargo formal de liderança, enquanto 79,1% atuam como mediadores de comunicação e 74,4% se sentem preparados para a gestão de pessoas, confirma a tese de que a liderança no Secretariado Executivo transcende a hierarquia.

Este fenômeno alinha-se à visão de autores como Chiavenato (2022), que define a liderança como um processo de influência interpessoal, e não meramente uma função gerencial. A pesquisa demonstra que esses profissionais exercem uma liderança transversal, que se manifesta na capacidade de articular, integrar e influenciar pessoas e processos em diferentes níveis da organização, muitas vezes sem a autoridade conferida por um cargo.

As narrativas qualitativas, como a do profissional que criou uma reunião de alinhamento entre diretores para mitigar conflitos, ilustram perfeitamente essa liderança invisível. Trata-se de uma atuação estratégica que, conforme apontado por Durante (2012), posiciona o Secretário Executivo como um agente de mudança e facilitador organizacional. A ausência de formalização, no entanto, representa um risco tanto para o profissional, que pode sofrer com a sobrecarga e a falta de reconhecimento, quanto para a organização, que subutiliza um potencial estratégico valioso.

5.2 A Liderança Situacional como Prática Dominante

A predominância do estilo de Liderança Situacional (50,3%) entre os líderes formais da amostra é um achado que dialoga diretamente com a teoria de Hersey e Blanchard (1993). O papel do Secretário Executivo, por sua natureza, exige uma constante adaptação a diferentes interlocutores desde a alta diretoria até equipes operacionais e a contextos variados.

A capacidade de diagnosticar o nível de maturidade e a necessidade de cada situação para então aplicar o estilo de liderança mais adequado (seja ele mais diretivo, participativo ou delegador) é uma competência essencial para a eficácia nesse cargo. Este resultado sugere que os profissionais de Secretariado que ascendem a cargos de liderança desenvolvem, intuitiva ou deliberadamente, a flexibilidade proposta pelo modelo situacional.

A ausência total de estilos autocráticos reforça a tendência contemporânea de valorização de modelos de liderança mais colaborativos e humanizados, como também preconizado pela Liderança Servidora de Greenleaf (2002) e pela Liderança Transformacional de Bass (2006).

5.3 Comunicação e Inteligência Emocional: Os Pilares da Influência

A pesquisa elegeu a Comunicação Interpessoal como a competência mais consolidada (88,4%), o que a posiciona como o alicerce da liderança no Secretariado. Este resultado está em perfeita sintonia com os estudos de Goleman (2007) sobre Inteligência Emocional. A comunicação assertiva, a escuta ativa, a empatia e a capacidade de persuasão são componentes da competência social, um dos pilares da inteligência emocional. São essas habilidades que permitem ao profissional mediar conflitos, construir relações de confiança e influenciar pessoas sem a necessidade de autoridade formal.

As narrativas que descrevem a mediação de conflitos e o apoio psicossocial à equipe são exemplos práticos da aplicação da inteligência emocional. Ao atuar como um "termômetro" do clima organizacional e intervir para harmonizar as relações, o Secretário Executivo demonstra uma liderança emocionalmente inteligente, capaz de promover um ambiente de trabalho mais saudável e produtivo, corroborando a visão de Freitas (2013) sobre a importância da cultura e do comportamento humano nas organizações.

5.4 A Lacuna Crítica: Atuação Estratégica vs. Reconhecimento Institucional.

A principal tensão identificada nesta pesquisa reside na lacuna entre a complexidade da atuação e a insuficiência do reconhecimento. Enquanto os dados mostram profissionais que se sentem preparados, que exercem mediação e que aplicam conhecimentos técnicos em decisões estratégicas (81,4%), apenas 52,8% percebem que seu papel de liderança é valorizado pela organização. Essa disparidade é um ponto de vulnerabilidade para a profissão e para as empresas.

A falta de reconhecimento pode levar à desmotivação, ao esgotamento profissional (burnout) e à evasão de talentos. Para as organizações, significa não aproveitar plenamente o potencial estratégico de um profissional que possui uma visão sistêmica privilegiada, como destacado por Ribeiro, Galvão e Simões (2019). A pesquisa de Brito, Nunes e Pontes (2013) já apontavam os desafios enfrentados pelo Secretário Executivo como líder e gestor, e os resultados atuais indicam que, apesar dos avanços, a questão do reconhecimento permanece como um desafio central.

Superar essa lacuna exige uma via de mão dupla: por um lado, os profissionais precisam continuar a desenvolver suas competências e a tornar sua contribuição estratégica mais visível; por outro, as organizações precisam rever suas estruturas e culturas para formalizar, valorizar e delegar autoridade a esses profissionais, transformando a liderança informal em um ativo estratégico formalizado.

Principais achados

A questão central desta pesquisa foi: "Quais competências de liderança são exercidas por um secretário executivo em uma empresa privada e como essas práticas impactam a percepção de sua

atuação estratégica?". Os resultados obtidos, a partir da análise quantitativa e qualitativa dos dados coletados com 43 profissionais, permitem responder a essa pergunta de forma clara e multifacetada.

Aspecto	Resultado	Percentual
Comunicação Interpessoal	Competência consolidada	88,4%
Conhecimentos Técnicos	Contribuem para decisões	81,4%
Papel de Mediação	Atua como mediadores	79,1%
Preparação para Gestão	Se sentem preparados	74,4%

Aspecto	Resultado	Percentual
Liderança Situacional	Exerce na prática	56,1%
Autonomia	Tem autonomia	62,8%
Reconhecimento	Percebe reconhecimento	52,8%
Cargo Formal	Ocupa cargo formal	37,2%

Tabela SÍNTESE DE ACHADOS PRINCIPAIS

O estudo revelou que as competências de liderança exercidas pelo Secretariado Executivo são predominantemente de natureza transversal e informal. A Comunicação Interpessoal emergiu como a competência mais robusta (88,4%), servindo como alicerce para a mediação de conflitos (79,1%) e para a aplicação de uma liderança situacional (56,1%). Os profissionais demonstram uma notável capacidade de influenciar, articular e integrar equipes, mesmo sem a autoridade de um cargo formal de liderança, que é a realidade para a maioria (62,8%).

Essas práticas impactam a percepção de sua atuação estratégica de maneira ambivalente. Por um lado, a aplicação dessas competências fortalece a imagem do profissional como um agente estratégico indispensável, um facilitador de processos e um guardião do clima organizacional. As narrativas qualitativas comprovaram, por meio de exemplos concretos, que a atuação do Secretariado é decisiva para a resolução de problemas complexos e para a eficiência operacional.

Por outro lado, a pesquisa expôs uma lacuna crítica entre a atuação e o reconhecimento institucional, com apenas 52,8% dos respondentes percebendo valorização por parte das organizações. Este paradoxo sugere que a liderança do Secretariado Executivo, embora eficaz, ainda opera em uma zona de "invisibilidade" estratégica para muitas empresas.

Implicações Teóricas e Praticas

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para a literatura sobre liderança o explorar sua manifestação em um contexto profissional específico e, muitas vezes, negligenciado pelos estudos tradicionais. Os resultados reforçam a validade de modelos como a Liderança Situacional e a importância da Inteligência Emocional, mas também destacam a necessidade de se aprofundar o conceito de liderança transversal como um campo de estudo relevante para as estruturas

organizacionais contemporâneas, cada vez mais fluidas e matriciais. As implicações práticas são direcionadas a dois públicos principais:

- Para as Organizações: Fica evidente a necessidade de se repensar a estrutura de cargos e a cultura organizacional para reconhecer, formalizar e potencializar a liderança exercida pelo Secretariado Executivo. As empresas que souberem valorizar e delegar autoridade a esses profissionais terão um ganho significativo em eficiência, coesão e inteligência organizacional. Ignorar esse potencial é desperdiçar um ativo estratégico valioso
- Para os Profissionais de Secretariado: A pesquisa aponta para a importância do desenvolvimento contínuo de competências de liderança, comunicação e gestão. Além disso, evidencia a necessidade de os profissionais tornarem sua contribuição estratégica mais visível, documentando resultados, mensurando impactos e comunicando seu valor de forma assertiva para a alta gestão.

Limitações do Estudo e Sugestões para futuras Pesquisas

Como toda pesquisa, este estudo possui limitações que devem ser consideradas. A amostra, embora expressiva, foi selecionada por conveniência, o que pode não garantir a representatividade de todos os segmentos do mercado. Além disso, a pesquisa se baseou na autopercepção dos profissionais, o que pode conter vieses. A ausência de uma análise da percepção dos gestores e das equipes lideradas é outra limitação a ser destacada.

Em suma, este trabalho não esgota o tema, mas lança luz sobre a complexa e fascinante dinâmica da liderança no Secretariado Executivo, um campo fértil para futuras investigações e, acima de tudo, um chamado à valorização de profissionais que, silenciosa e competentemente, lideram no coração das organizações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revelou que as competências de liderança exercidas pelo Secretariado Executivo são predominantemente de natureza transversal e informal. A Comunicação Interpessoal emergiu como a competência mais robusta (88,4%), servindo como alicerce para a mediação de conflitos (79,1%) e para a aplicação de uma liderança situacional (56,1%). Os profissionais demonstram uma notável capacidade de influenciar, articular e integrar equipes, mesmo sem a autoridade de um cargo formal de liderança, que é a realidade para a maioria (62,8%).

Essas práticas impactam a percepção de sua atuação estratégica de maneira ambivalente. Por um lado, a aplicação dessas competências fortalece a imagem do profissional como um agente estratégico indispensável. Por outro lado, a pesquisa expôs uma lacuna crítica entre a atuação e o reconhecimento institucional, com apenas 52,8% dos respondentes percebendo valorização por parte das organizações. Este paradoxo sugere que a liderança do Secretariado Executivo, embora eficaz, ainda opera em uma zona de 'invisibilidade' estratégica para muitas empresas.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui para a literatura sobre liderança ao explorar sua manifestação em um contexto profissional específico e, muitas vezes, negligenciado pelos estudos tradicionais. Os resultados reforçam a validade de modelos como a Liderança Situacional e a importância da Inteligência Emocional, mas também destacam a necessidade de se

aprofundar o conceito de liderança transversal como um campo de estudo relevante para as estruturas organizacionais contemporâneas.

As implicações práticas são direcionadas a dois públicos principais. Para as Organizações: fica evidente a necessidade de se repensar a estrutura de cargos e a cultura organizacional para reconhecer, formalizar e potencializar a liderança exercida pelo Secretariado Executivo. Para os Profissionais de Secretariado: a pesquisa aponta para a importância do desenvolvimento contínuo de competências de liderança, comunicação e gestão, bem como a necessidade de tornarem sua contribuição estratégica mais visível.

Como toda pesquisa, este estudo possui limitações que devem ser consideradas. A amostra, embora expressiva, foi selecionada por conveniência, o que pode não garantir a representatividade de todos os segmentos do mercado. Além disso, a pesquisa se baseou na autopercepção dos profissionais, o que pode conter vieses. A ausência de uma análise da percepção dos gestores e das equipes lideradas é outra limitação a ser destacada.

Diante disso, sugere-se os seguintes caminhos para futuras pesquisas: (1) Estudos Comparativos que comparem a percepção dos Secretários Executivos com a de seus gestores e liderados; (2) Análise Longitudinal acompanhando a trajetória de profissionais ao longo do tempo; (3) Pesquisas Quantitativas em Larga Escala para validar os achados; (4) Estudo sobre o Impacto da Formalização de cargos de liderança para Secretários Executivos. Em suma, este trabalho não esgota o tema, mas lança luz sobre a complexa e fascinante dinâmica da liderança no Secretariado Executivo.

Referências bibliograficas

AVOLIO Bruce J. GARDNER; William L; Authentic leadership development: Getting to the Root of positive forms of leadership. The Leadership Quarterly, v.16, n.3, p.315– 338, 2005.

AZEVEDO, A. C.; ARAÚJO, M. H.; ARRUDA, S. M. Autonomia e liderança do secretário executivo: competências para a efetividade organizacional. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 2, p. 234-251, 2024.

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011

BASS, B. M. Transformational Leadership. 2. ed. New York: Lawrence Erlbaum, 2006.

BRITO, M. J.; NUNES, S. C.; PONTES, A. P. O secretário executivo e os desafios da liderança: uma análise qualitativa. Revista de Administração e Secretariado, v. 8, n. 1, p. 45- 62, 2013.

CARVALHO, M. P.; PINHO, R. C. Liderança e comunicação: competências essenciais para o secretário executivo. Gestão Contemporânea, v. 10, n. 3, p. 112-128, 2013.

CHIAVENATO, I. Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações. 4. ed. São Paulo: Manole, 2022.

DURANTE, D. G. O secretário executivo como agente estratégico nas organizações contemporâneas. Revista Brasileira de Secretariado, v. 3, n. 1, p. 78-95, 2012.

FISHER, R.; PATTON, B.; URY, W. Getting to Yes: Negotiating Agreement Without Giving In. 3. ed. New York: Penguin Books, 2011.

FREITAS, M. E. Cultura organizacional e comportamento humano nas empresas. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2013.

GOLEMAN, D. Inteligência Emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente. 2. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

GREENLEAF, R. K. The Servant as Leader. Indianapolis: The Robert K. Greenleaf Center, 1970.

HERSEY, P.; BLANCHARD, K. H. Psicologia para Administradores: a teoria e as aplicações práticas do modelo situacional de liderança. 5. ed. São Paulo: EPU, 1993.

KUNSCH, M. M. K. Comunicação Organizacional: contextos, paradigmas e perspectivas. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Metodologia Científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MAYER, J. D.; SALOVEY, P. What is Emotional Intelligence? In: SLUYTER, D. J. (Ed.). Emotional Development and Emotional Intelligence: Educational Implications. New York: Basic Books, 1997.

MARCONI Marina de Andrade; LAKATOS Eva Maria; Metodologia científica. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

MINAYO Maria Cecília de Souza; O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2017

MOORE, C. W. The Mediation Process: Practical Strategies for Resolving Conflict. 3. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2014.

NEIVA, E. G.; D'ELIA, M. E. S. As Competências do Secretário Executivo. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

PRODANOV Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de; Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RICHARDSON, R. J. Pesquisa Social: métodos e técnicas. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

ROBBINS, S. P. Comportamento Organizacional. 14. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

SABINO, R. F.; MARCHELLI, P. S. O Secretário Executivo e sua profissionalização. 4. ed. São Paulo: Vieira, 2012.

SAMMARTINO, V. Liderança e Comunicação: competências essenciais para o sucesso organizacional. Revista de Gestão Estratégica, v. 12, n. 2, p. 156-172, 2016.

TORQUATO, G. AZEVEDO, A. C.; ARAÚJO, M. H.; ARRUDA, S. M.

Autonomia e liderança do secretário executivo: competências para a efetividade organizacional. Revista de Gestão e Secretariado, v. 15, n. 2, p. 234-251, 2024.

Apêndice A – Questionário completo

Pesquisador Responsável: Fabricio Souza
Orientação: Profª Esp. Francielle da Silva Oliveira.
Instituição: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) – Campus Cuiabá.

Prezado (a) Profissional de Secretariado,

Você está sendo convidada (o) a participar da pesquisa intitulada A liderança no Secretariado Executivo: competências e percepções na gestão de pessoas em Empresas Públicas e Privadas. O objetivo da pesquisa é analisar a atuação do profissional de Secretariado Executivo no contexto da liderança e da gestão de pessoas, identificando competências, grau de autonomia e percepções sobre o papel deste profissional nas organizações contemporâneas.

A sua participação é voluntária e você pode desistir a qualquer momento, sem qualquer tipo de prejuízo. As respostas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos, tratadas de forma confidencial e analisadas de modo agrupado, sem identificação nominal dos participantes. Não há respostas "certas" ou "erradas": o que importa é a sua percepção e experiência.

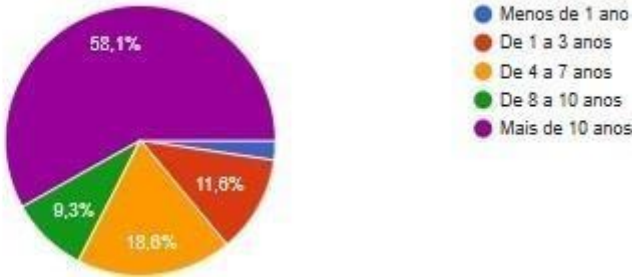
Sua participação consistirá em responder a um questionário online, com duração estimada de 05 a 15 minutos. Não há riscos associados à sua participação, limitando-se a um possível desconforto ao refletir sobre suas experiências profissionais. Ao clicar em "Concordo e desejo participar", você declara que leu e compreendeu todas as informações, que concorda em participar da pesquisa e que está ciente de que os dados coletados serão utilizados para a elaboração de um artigo científico.

Há quanto tempo você atua Em caso de dúvidas, você pode entrar em contato com o pesquisador responsável pelo e- mail: sousafabricio065@gmail.com.
Agradeço imensamente sua colaboração e disponibilidade em contribuir com esta pesquisa.

1. VOCÊ CONCORDA EM PARTICIPAR DESTA PESQUISA? *

2. Há quanto tempo você atua no emprego atual?

43 respostas

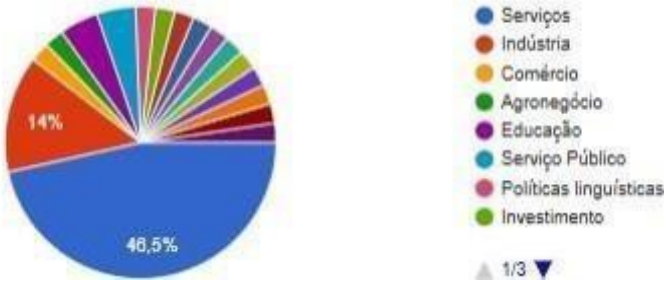


3. Em qual setor a empresa em que você atua está inserida? *

43 respostas

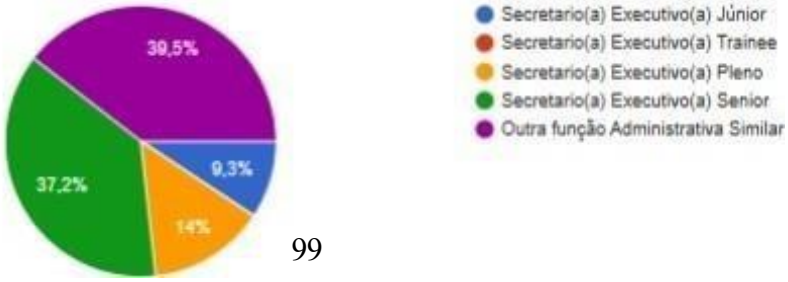
4. Qual é o porte da empresa em que você atua? *

43 respostas

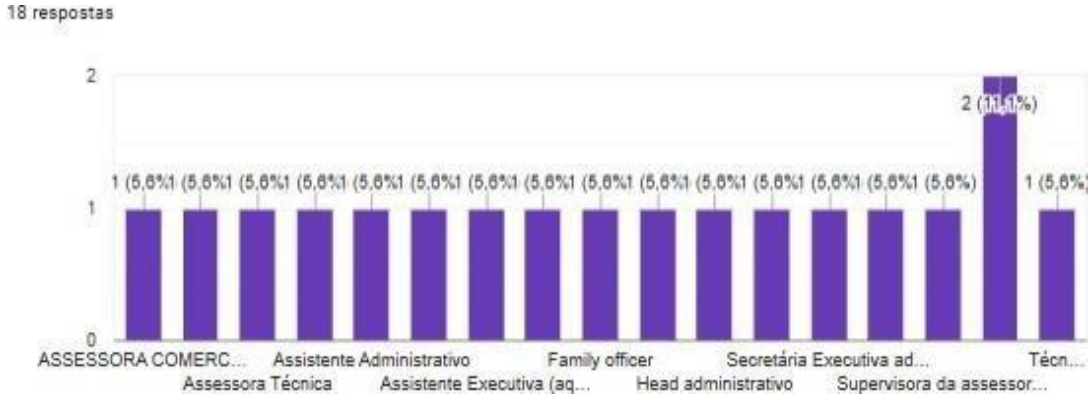


5. Qual é o seu cargo/função atual? *

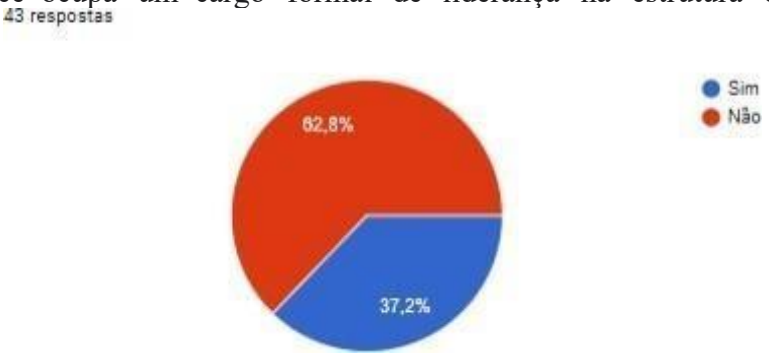
43 respostas



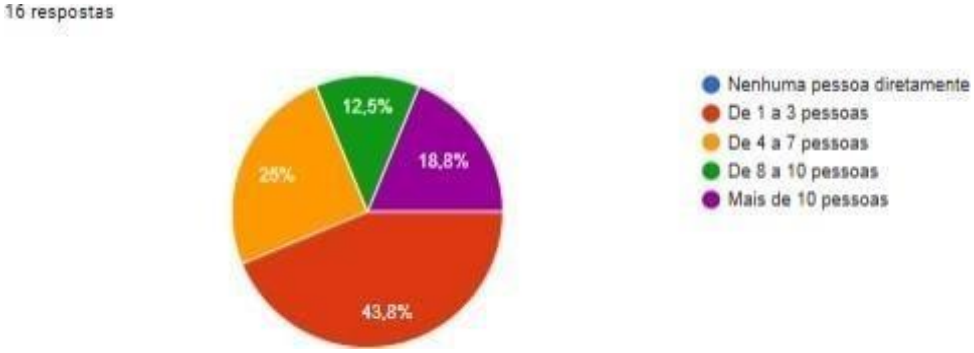
6. Se você optou por "Outra função Administrativa Similar" na questão anterior, nos informe a nomenclatura utilizada.



7. Você ocupa um cargo formal de liderança na estrutura organizacional (com cargo de chefia/coordenação/gerência registrado)?



8. Quantas pessoas estão diretamente sob sua coordenação ou influência na gestão de pessoas (mesmo que de forma informal)? *

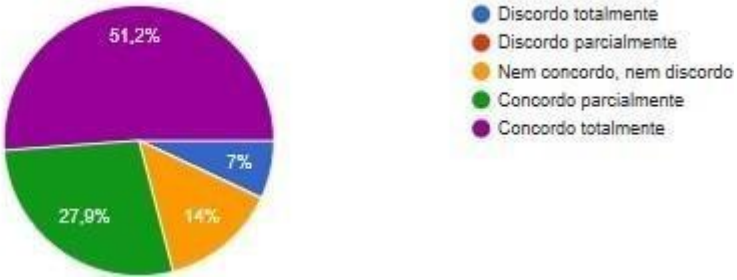


9. Qual estilo de liderança mais se aproxima da sua forma de atuação predominante?

16 respostas

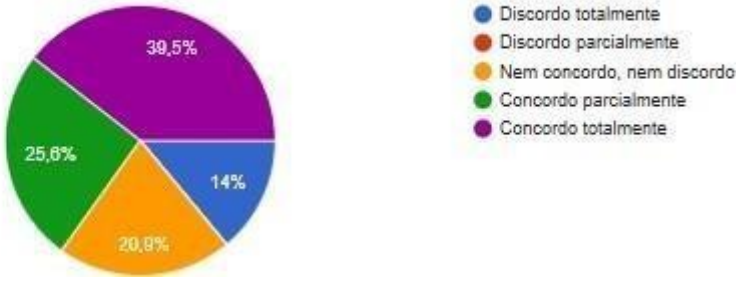
10. Atuo como mediador (a) da comunicação entre a alta gestão e a equipe. *

43 respostas



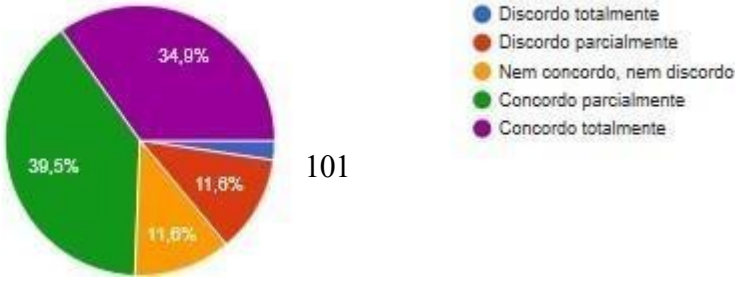
11. No dia a dia exerço atividades de liderança adaptando meu estilo às ecessidades da equipe (liderança situacional).

43 respostas

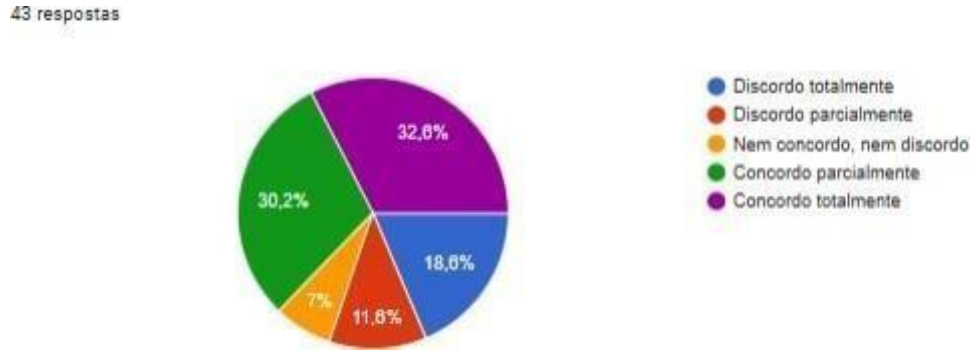


12. Sinto-me preparado (a) para assumir responsabilidades de gestão de pessoas.

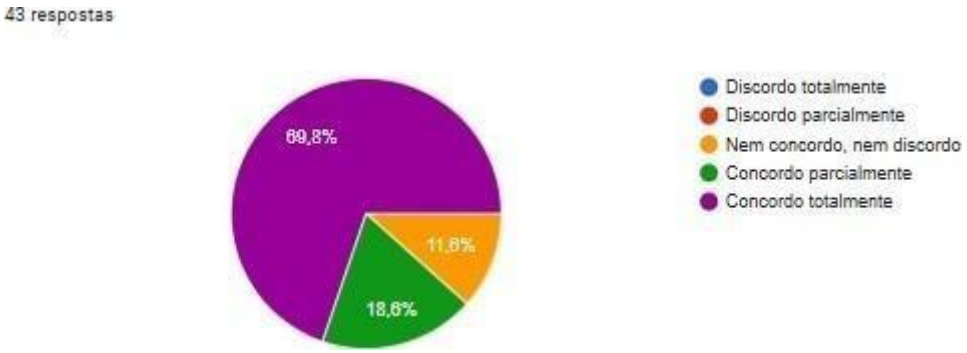
43 respostas



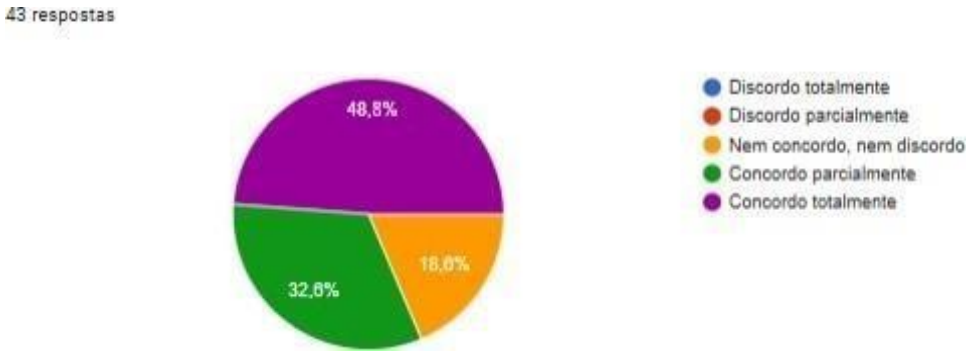
13. Tenho autonomia para tomar decisões relacionadas à equipe (distribuição de tarefas, definição de prioridades, organização de rotinas).



14. Considero a "Comunicação Interpessoal" uma das minhas principais competências no exercício da liderança.



15. Meus conhecimentos técnicos em Secretariado Executivo contribuem para decisões estratégicas relacionadas à gestão de pessoas.



16. Percebo que as organizações reconhecem e valorizam meu papel de liderança como profissional de Secretariado Executivo.

17. Descreva uma situação concreta em que sua situação como Secretario(a) Executivo(a) foi decisiva para a gestão de pessoas ou para a solução de um problema envolvendo a equipe.

N/A

Diariamente, quando facilito, organizo e antecipo tarefas e situações de 8 diretores, estes tem mais tempo, ânimo para realizar suas funções no dia a dia.

Em um determinado momento, identifiquei a existência de um conflito velado entre diretores de duas vice-presidências distintas, principalmente por falhas de comunicação e ausência de um espaço estruturado de alinhamento prévio.

A partir dessa leitura, sugeri a criação de uma reunião semanal restrita aos diretores, sem a participação da presidência e das vice-presidências, com o objetivo de promover um ambiente mais aberto, técnico e colaborativo.

A iniciativa resultou em uma melhora significativa na comunicação, no alinhamento de expectativas e na antecipação de temas sensíveis. Como consequência, os próprios diretores passaram a solicitar que minha área organizasse a pauta dessas reuniões e fizesse a triagem dos temas que deveriam ser amadurecidos nesse fórum antes de serem levados à reunião geral da diretoria com a presidência e os VPs.

Avaliação de funcionários em regime de estágio; Sempre qdo há atividades na instituição, na coordenação das mesmas ter que gerir a pequena equipa que somos de forma a ter pequenas subequipas, para uma melhor distribuição das tarefas e atingirmos os objetivos da atividade em questão.

Ao conseguir conduzir uma reunião difícil.

No início do ano passado, passei a gerir a equipe de Facilities e Compras após a reestruturação da empresa. A diretoria entendeu que eu já estava em um escopo de Office Manager, então a transição foi natural. Follow up de reuniões, contribuindo para que os principais itens discutidos sejam direcionados aos heads das áreas.

Em ocorrências em eventos soluciono o que vier pela frente pela experiência e conhecimento Gestão de conflitos internos entre colaboradores. O chefe não tem uma comunicação assertiva, acabo tendo que aconselhar para que ele "saiba" gerir pessoas, como falar, o que falar qual postura adotar, pois tudo é comunicação.

Eu identifiquei inconsistências nos registros de frequência e falhas de comunicação que impactaram a rotina da equipe e, diante disso, tomei a decisão de analisar os registros, definir as correções necessárias e centralizar os encaminhamentos junto à chefia e ao setor de recursos humanos, orientando os servidores quanto aos procedimentos corretos, o que resultou na regularização dos registros, redução de retrabalho e maior eficiência no funcionamento da equipe.

O controle da agenda do executivo em detrimento às ações diárias, para o controle do tempo e execução eficaz dos objetivos e metas (por exemplo, quando se precisa atender a um cliente externo). Em determinado momento, a equipe vinculada à Reitoria enfrentava ruídos de comunicação, sobreposição de demandas e desgaste no clima de trabalho, o que já impactava prazos e entregas.

Como Secretária Executiva, atuei de forma estratégica ao mapear os fluxos de trabalho, identificar gargalos e promover alinhamentos individuais, com escuta ativa e confidencialidade. A partir desse diagnóstico, reorganizei prioridades, ajustei a comunicação entre lide

Eu costumo auxiliar a equipe quanto à Saúde Mental, como eu também sou Psicóloga e a empresa (assim como outras tantas) tem um número grande de pessoas em situação de esgotamento mental. Acabo auxiliando neste ponto, aplicando escuta ativa. Minhas percepções corroboram na tomada de decisão sobre papeis e responsabilidades.

Durante um período de grande demanda na área administrativa, a equipe responsável pela gestão de contratos enfrentou um impasse devido à ausência inesperada do coordenador titular, que estava afastado por licença médica. Como Secretária Executiva, fui acionada para garantir a continuidade dos processos e evitar atrasos que poderiam impactar pagamentos e prazos contratuais.

Atuo fortemente no gerenciamento de conflitos e de responsabilidades, oportunizando assim, impactos positivos entre a alta gestão e demais setores da empresa.

A equipe pedia a bastante tempo uma sala de descanso. Após minha entrada na empresa consegui validar o pedido com a Diretoria e estou montando o espaço de descanso para os colaboradores não tive.

Recentemente enfrentei um desafio de comunicação com a equipe operacional, que apresentava ruídos de interpretação, dificuldade de compreensão das instruções e impacto no clima interno. Para resolver, revisei meu formato de comunicação: adotei mensagens mais simples e estruturadas, implementei checklists e passei a enviar mensagens de voz para transmitir acolhimento e clareza, reduzindo a sensação de rigidez das instruções por escrito.

Também conduzi conversas individuais para alinhar expectativas e restabelecer confiança. Em poucos dias, o clima e a organização das tarefas melhoraram significativamente, e a equipe voltou a operar com mais segurança, autonomia e harmonia.

Somos mediadoras entre setores e executivos, sendo assim, indiretamente, assumimos tarefas que precisam de distribuições. Aqui fazia falta um procedimento sobre as gestões de imóveis do escritório.

Sendo assim, pude montar um procedimento do zero distribuindo as funções a quem era de direito e assumir responsabilidade sobre a gestão dos imóveis (locações, pagamentos, distribuição, controle etc) Sou muito comunicativa e explico meu ponto de vista. Fui responsável pela contratação da minha equipe e também participo de decisões em

relação aos funcionários da empresa, atuo na parte de feedbacks, orientações e documentações.

Reunião

Acompanho todas as seleções de novo contratadas e com a minha habilidade em reconhecer quem pode ser um potencial diferenciado Controle de Ponto dos colaboradores. Em 2021, tivemos um planejamento estratégico onde as Escolas estavam representadas. No momento da explanação de cada grupo, uma das Escolas não se sentia confortável em falar sobre a extinção de algumas temáticas.

Como estava participando no apoio remoto de cada grupo, percebi o desconforto e sugeri uma nova rodada de planejamento. Para que a Escola pudesse apresentar o seu ponto de vista de forma segura e confortável. Em uma ocasião específica, a equipe enfrentava atrasos importantes na entrega de relatórios e comunicação entre diferentes setores, o que estava prejudicando a tomada de decisão da diretoria.

Como Secretária Executiva, identifiquei que o problema central era a falta de alinhamento entre os profissionais e a ausência de um fluxo claro de responsabilidades. Assumi a coordenação da comunicação entre as equipes envolvidas, organizei uma reunião de redirecionamento, estruturei um cronograma compartilhado e implementei um protocolo de envio e revisão de informações.

Essa intervenção trouxe clareza, reduziu retrabalhos e restabeleceu a cooperação entre as áreas. O resultado foi a entrega pontual dos materiais e a melhoria do clima organizacional, evidenciando como a atuação estratégica da Secretaria Executiva pode ser decisiva na gestão de pessoas e na solução de conflitos.

Minha interlocução e visão estratégica da equipe influenciaram diretamente na decisão da chefia em desistir de demitir uma pessoa da equipe, porque apresentei argumentos necessários para mudar a decisão. Nosso propósito é o "fazer acontecer", e se o comportamento e atitudes de alguém da equipe estão impedindo que isto aconteça como secretária executiva tem que tomar providencia para a equipe voltar a alcançar maior produtividade.

Há dois meses, após várias reuniões para alinhar a performance de um colaborador, optamos pela sua substituição. Para não comprometer uma equipe inteira, optamos pela substituição de um indivíduo. A equipe ficou fortalecida, e motivada, pois entendeu que os que tinham bom desempenho estavam sendo reconhecidos. Liderar também é agradecer e reconhecer quem ajuda.

No meu antigo trabalho eu, dentre todas as atividades, fazia recrutamento, seleção e gestão dos recursos humanos (controle de horas, compra e distribuição de cestas básicas, orientações quanto a uniformes, encaminhamento à UPA), A Secretária acompanha a rotina da equipe e reporta as atualizações ao chefe imediato.

O conhecimento em gerenciamento de viagens me auxiliou muito a estruturar os processos da empresa, assim como as demais competências de responsabilidade, iniciativa e organização me ajudaram a tomar a frente de muitas demandas de controle que, hoje, me tornam responsável por conferir o andamento das áreas, além de garantir a confiança da alta gestão sobre o andamento das atividades.

A falha de comunicação entre as áreas acarretou muitos problemas com as equipes. Realizamos reuniões de alinhamento com as equipes afetadas e acompanhamento para que não houvesse mais ruído.

Organização do fluxo de trabalho entre setores

A própria direção. Muitas empresas estão usando secretarias para cargos operacionais, onde um analista ou um estagiário poderia avançar. Secretariado é para ser estratégico, trabalhar mais com os times da diretoria e etc, funções como prestação de contas, frotas, etc, podem ser delegas a outras áreas.

Um dos principais desafios é o reconhecimento institucional do Secretariado Executivo como um agente estratégico, e não apenas operacional. Para fortalecer sua autonomia e liderança na gestão de pessoas, é fundamental que esse profissional tenha clareza de escopo, acesso à informação, participação em fóruns decisórios e confiança da liderança.

Além disso, é necessário investir no desenvolvimento de competências como comunicação assertiva, mediação de conflitos, leitura organizacional e gestão por processos. A formalização de responsabilidades, a padronização de fluxos e o uso de dados para apoiar decisões também são fatores-chave.

Por fim, a valorização do histórico e da experiência do secretariado que tradicionalmente atua como guardião da memória institucional aliada a uma postura visionária e orientada ao futuro, fortalece sua atuação como liderança de apoio, capaz de influenciar positivamente pessoas, decisões e resultados organizacionais.

O profissional de secretariado tem que se posicionar de forma a valorizar a sua formação, conhecimento e experiência, em suma , a sua posição! Não esperar que lhe seja dado o valor que pensa ter e que tem!! Temos que deixar de nos vermos como a profissão "desvalorizada", menosprezada e/ou de pouca importância, pq nós sabemos no quão importante somos!! Por isso devemos ser nós mesmos, a auto valorizarmo-nos e posicionarmos dessa forma.

É preciso manter-se em constante aprendizado e demonstrar que sabe exercer a função com competência. Ainda há muito viés sobre a atuação da profissão, de forma a atender somente a diretoria e não assumir papeis mais estratégico. Não atuo na gestão de pessoas, mas contribuo com registros e follow up de reuniões para que a diretoria consiga repassar as orientações ao líder (head) da área de gestão de pessoas.

Empatia e respeito

Fortalecer nossa profissão. Fazer com que nos unamos mais em propósitos de fazer nossa profissão ser conhecida. Fortalecer nossa base com união, criando sindicatos, conselhos etc. Os principais desafios para fortalecer a autonomia e a liderança do profissional de Secretariado Executivo na gestão de pessoas envolvem o reconhecimento do seu papel estratégico.

A clareza e formalização das atribuições, a delegação de responsabilidades e o desenvolvimento contínuo de competências em liderança, comunicação e tomada de decisão, aliados a uma atuação respaldada por normas e processos claros e a uma cultura organizacional que valorize a confiança, a autonomia responsável e a participação efetiva nos processos decisórios.

A empresa precisa ter a autonomia secretarial como prática já inserida na cultura da empresa. Os principais desafios para fortalecer a autonomia e a liderança do Secretariado Executivo na gestão de pessoas está no reposicionamento do papel, ainda visto como operacional, e na falta de clareza de escopo e autoridade.

Para avançar, é essencial haver reconhecimento institucional, respaldo da alta gestão, acesso à informação e desenvolvimento contínuo de competências como comunicação, gestão de conflitos e inteligência emocional. Quando existe confiança e alinhamento com a liderança, o Secretariado atua como liderança transversal, integrando

pessoas, processos e estratégia, com impacto direto no clima e nos resultados organizacionais.

Confiança em nosso trabalho, mais respeito.

No âmbito de meu ofício, especificamente no Ministério da Saúde, temos uma quantidade ínfima de profissionais de Secretariado Executivo, sendo a grande maioria Técnica em Secretariado, mesmo estes técnicos sendo formados em Secretariado Executivo, percebo certa incompreensão da alta gestão da necessidade de atuação da categoria de forma mais especializada.

Disponibilidade da chefia em permitir

Hoje, o principal desafio é o reconhecimento real do papel estratégico do Secretariado Executivo. Ainda há empresas que enxergam o profissional apenas como apoio operacional, quando, na prática, ele já atua como elo entre liderança e equipe. Para fortalecer a autonomia e a liderança, é essencial ter clareza de responsabilidades, acesso à informação e confiança da gestão para tomar decisões do dia a dia sem burocracia excessiva.

Também é necessária capacitação contínua, especialmente em gestão de pessoas, comunicação, mediação de conflitos e uso de tecnologias. Outro ponto crítico é a falta de padronização de processos. Quando o fluxo é confuso, a autonomia fica limitada. Com processos bem definidos, o secretário executivo lidera com segurança, antecipa problemas e garante que a equipe funcione de forma organizada.

Acredito que o maior desafio seja a falta de credibilidade dada por parte dos gestores e da alta liderança para os profissionais de secretariado, que muitas vezes sao vistos meramente como colaboradores de funções unicamente operacionais e muitas vezes descartados na hora de realizar atividades mais estratégicas, mesmo quando nao ha qualquer indício que falte competência por parte do profissional.

Varia de empresa para empresa, onde estou, além de não termos autonomia (nosso cargo é muito operacional e a empresa, departamentalizada, eventos só a área de eventos que trabalha), somos muito menosprezadas. Nosso cargo não é de liderança, estratégia, nem mesmo de confiança. E é uma empresa conhecidíssima, uma das maiores do ramo do entretenimento. Triste.

Percepção de valor

Muitas organizações ainda veem o secretariado apenas como suporte administrativo, não como agente estratégico. Entendo que a inteligência emocional, aliada à uma comunicação de excelência geram impactos extremamente positivos e por esse motivo devemos sempre priorizar o autoconhecimento, a empatia e principalmente, técnicas de comunicação e persuasão, pois participamos de negociações o tempo todo.

O profissional de Secretariado Executivo possui autonomia para liderar com propósito e estratégia nas organizações. Só quem pode fortalecer esta autonomia e liderança são os chefes, CEOs ou Diretores, reconhecendo a capacidade do secretariado.

Não tive

Um dos principais desafios do Secretariado Executivo hoje é desenvolver a elasticidade comunicacional necessária para transitar, com a mesma segurança, entre a operação e o mais alto nível hierárquico adaptando linguagem, tom e formato com rapidez. Além disso, é essencial fortalecer competências de mediação, leitura de contexto e tomada de decisão em ambientes dinâmicos, onde conflitos, urgências e demandas simultâneas exigem autonomia, clareza e atuação estratégica.

O profissional precisa influenciar pessoas sem autoridade formal, sustentando processos e relações com equilíbrio, assertividade e inteligência emocional. O gestor entender da necessidade de termos braços para cumprirmos o que precisamos. Por trás da economia de tempo deles há uma pessoa que sempre pode otimizar ainda mais e é primordial dar acesso as decisões, pois elas nunca serão em benefício próprio mas sim do executivo.

Ter mais reconhecimento e as pessoas entenderem a diferença de secretária para secretária Executiva. Acredito que cabe às empresas entender a necessidade de incorporar um profissional de secretariado, que é tão multidisciplinar, em áreas de atuação voltadas à gestão de pessoas. Ter uma liderança e boa comunicação

As pessoas entenderem que não somos metas apertadoras de botões ambientes de trabalho complexos, excesso de demanda e pouca priorização, comunicação, Consideram que nós, profissionais de Secretariado, somos peças estratégicas para a organização: conhecemos profundamente o negócio, atuamos com visão sistêmica e colaboramos de forma integrada com as equipes, construindo ao longo da forma integrada

forma integrada com as equipes, construindo ao longo da trajetória relações sólidas e de confiança.

Na minha percepção, os principais desafios atuais para fortalecer a autonomia e a liderança do profissional de Secretariado Executivo na gestão de pessoas incluem: Reconhecimento do papel estratégico Ainda existe uma visão limitada da função, muitas vezes associada apenas a tarefas operacionais.

É necessário reforçar que o Secretariado atua como articulador-chave na comunicação, nos fluxos de trabalho e no suporte à liderança. Desenvolvimento de competências de liderança O cenário atual exige habilidades como gestão de conflitos, comunicação assertiva, inteligência emocional e tomada de decisão, que precisam ser continuamente aperfeiçoadas. Participação ativa em processos de gestão A autonomia cresce quando o profissional é incluído em discussões estratégicas e toma parte na construção de soluções, e não apenas na execução.

Adoção de tecnologias e ferramentas de gestão a liderança é fortalecida quando o secretário domina ferramentas de organização, análise e monitoramento, ampliando sua capacidade de propor melhorias com base em dados. Fortalecimento da identidade profissional É essencial promover a valorização e a capacitação contínua, reforçando o protagonismo do Secretariado como ponte entre liderança e equipes.

Falta preparo e perfil. Comunicação estratégica, interpessoal, ser multi-tarefas e inteligência emocional.

Desafios: Como mulheres, temos vários desafios todos os dias, sermos ouvidas é um deles; trabalhar duas vezes mais para ter o mesmo reconhecimento que um homem é outro. A liderança não pode ser imposta, ela é conquistada. Em algumas vezes com o apoio do seu executivo que informou claramente esta condição à sua equipe. Em outras ocasiões por “osmose”, demonstrando competência, a sua equipe naturalmente se volta para você e aceita a sua liderança.

Necessidades: Apoio do seu executivo é uma necessidade básica. Se o seu executivo não te apoiar, não comprar a sua ideia, não apoiar as suas decisões, a sua equipe não saberá a quem se dirigir. Não pode haver decisões contraditórias. A secretária e o executivo tem que ser uma unidade.

As organizações devem delegar mais tarefas na área de liderança e dar maior autonomia. O curso de Secretariado Executivo colocar na grade de estudo o que realmente

PESQUISA FINALIZADA.

Nossos agradecimentos pelo seu tempo e dedicação. Suas percepções são muito importantes para o nosso estudo. A pesquisa foi finalizada com sucesso.

é cobrado no mercado. O principal desafio é estar preparado para a grande dinâmica do mercado, com estudos acadêmicos e aplicativos que possam acelerar as entregas.

A postura de responsabilidade, autonomia e conhecimento sobre as ações executadas, independente da formação. O que as empresas têm buscado é sobre saber fazer, e não tanto qual formação possuía que trouxe o perfil/conhecimento para a execução.

O principal desafio ainda é o controle e a parcial autonomia dada aos profissionais de secretariado executivo

C

Faltam empresas que reconhecem esses profissionais Terem o escopo de trabalho bem elaborado,

Muitas empresas e executivos ainda enxergam o secretário como suporte nos bastidores, sem muita visibilidade no time. Por esse pensamento a autonomia dos profissionais fica comprometida.

SINALIZAÇÕES DE RISCO EM AMBIENTES LABORATORIAIS E HOSPITALARES

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos
Edson Alves de Araújo

SINALIZAÇÕES DE RISCO EM AMBIENTES LABORATORIAIS E HOSPITALARES

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]
Edson Alves de Araújo[3]

RESUMO

O presente estudo analisa a relevância das sinalizações de risco em ambientes laboratoriais e hospitalares, considerando sua função estratégica na prevenção de acidentes e na promoção da biossegurança. O objetivo principal consiste em propor melhorias nos sistemas de sinalização, tornando-os mais claros, padronizados e eficazes na comunicação de riscos, de modo a facilitar a compreensão por parte dos usuários e otimizar a circulação nesses ambientes.

Trata-se de uma pesquisa de natureza teórica e descritiva, fundamentada em normas técnicas nacionais e internacionais, bem como em literatura especializada na área de biossegurança e segurança do trabalho. O estudo discute os diferentes tipos de riscos presentes nos ambientes de saúde — físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e mecânicos — com ênfase nos riscos biológicos, devido à elevada exposição a agentes patogênicos. Além disso, aborda a importância da organização do ambiente, do uso adequado de equipamentos de proteção individual (EPIs) e da capacitação contínua dos profissionais como estratégias essenciais de prevenção.

O trabalho também destaca a sinalização como um sistema de comunicação visual que orienta comportamentos, transmite informações e auxilia na tomada de decisão em situações de risco. São apresentados os principais tipos de sinalização — de aviso, obrigação, proibição e emergência —, bem como o papel do mapa de riscos como instrumento gráfico de identificação e conscientização sobre os perigos existentes nos ambientes de trabalho.

Conclui-se que a adequada identificação dos riscos, aliada a uma sinalização eficiente e à adoção de práticas consistentes de biossegurança, é fundamental para a redução de acidentes e para a proteção da saúde de trabalhadores, pacientes e demais usuários. Ressalta-se, ainda, a necessidade de fortalecer ações educativas e preventivas, promovendo a conscientização e a responsabilidade coletiva na construção de ambientes mais seguros e organizados.

Palavras-chave: biossegurança; sinalização de risco; ambiente hospitalar; segurança do trabalho; prevenção de acidentes.

1. INTRODUÇÃO

O ambiente hospitalar é considerado um local insalubre, na qual as características, as formas e a divisão do trabalho expõem ainda mais os profissionais que, pela jornada laboral, passa

[1]Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
[2]Dr. José Olímpio dos Santos
[3]Edson Alves de Araújo

a maior parte de sua vida nesse local devido a jornada de trabalho. Certos fatores e ambientes de trabalho podem levar ou agravar a probabilidade de acidentes e doenças por exposição ao risco (ELIAS, 2006).

O objetivo geral deste trabalho é Projetar melhorias para a sinalização, sendo ela explicativa, informativa ou advertida, trazer um melhor entendimento para o público inserido no ambiente. O usuário recebe a informação, e facilmente entende o significado nela anexada, assim facilitando a navegação pelos ambientes hospitalares, tornando a sinalização adequada para os diferentes usuários do local.

Para prevenir acidentes de forma padronizada e facilitar a comunicação de riscos nas áreas laboratoriais foram desenvolvidas normas para padronizar, os sinaais de risco (ISO, ABNT).
Este trabalho apresenta algumas indicações que devem ser utilizadas no laboratório, dependendo das atividades que nele se desenvolvem.

É necessário identificar os riscos do ambiente de trabalho e instruir os responsáveis pelas unidades operacionais (instituição, chefia, laboratoristas...) para fornecer a sinalização de risco adquadaos

Os ambientes laboratoriais e hospitalares apresentam uma série de riscos nomeadamente biológicos, químicos, físicos, mecânicos, ergonômicos com destaque para os riscos biológicos.

De acordo com a Previdência Social, o setor de saúde é onde mais ocorrem acidentes de trabalho, e com isso fica evidente a importância de elevar a biossegurança para a manutenção da saúde dos trabalhadores, pacientes e demais usuários e do bom funcionamento dos serviços.

As áreas laboratoriais e hospitalares são formadas por ambientes críticos e com alto potencial de danos, devido a alta exposição a bactérias, vírus e fungos patogênicos.

O principal objetivo desses serviços de saúde é prestar serviços de qualidade e eficácia aos usuários, e nesse contexto, é necessário promover ações de capacitação em biossegurança, para garantir que gestores e funcionários estejam cientes de suas responsabilidades na redução de riscos e acidentes.

Esses danos podem ser entendidos desde lesões as pessoas, equipamentos e instalações bem como danos ao meio ambiente.

Portanto, o risco depende da sua natureza, pode ser risco químico (acidentes causados por medicamentos, ácidos e demais substâncias químicas), riscos físicos (causados por fontes de calor, frio e radiação), risco ergonômico (aqueles causados por esforço repetitivo e longas jornadas de trabalho e riscos biológicos causados por microrganismos).

Os riscos Biológicos são generalizados no ambiente laboratorial, devido à dificuldade de eliminar os microrganismos presentes nas diversas áreas do ambiente.

A prevenção é sem dúvida o melhor processo para minimizar as possibilidades de acidentes, infecções ou eventos adversos.

Os princípios de podem incluírem: Estrutura física / ambiente adequado; minimizar as operações perigosas; elevar a organização no ambiente de trabalho e em casa; utilização de equipamentos de proteção.

Os riscos sejam eles quais forem podem ser evitados, desde que um conjunto de ações possa ser viabilizado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 BIOSSEGURANÇA

A biossegurança é um conjunto de ações que visam prevenir, minimizar ou suprimir riscos que possam comprometer a saúde do homem, do meio ambiente ou da qualidade do trabalho realizado (ANVISA, 2013).

Em 2002, o MS criou a delegação de Biossegurança em Saúde, que, entre suas atribuições, tem o objetivo de "participar e apoiar, em nível nacional e internacional, no desenvolvimento e reformulação de normas de biossegurança" e, a partir deste evento, diversos conceitos que foi desenvolvidos e vinculados ao vocábulo biossegurança (ARANTES et al., 2015, p 1-8).

No Brasil, a biossegurança deve ser entendida como um campo de conhecimento que se adapta diariamente e é movido por dois caminhos distintos. Um é direcionado para atividades específicas da biotecnologia, como os organismos geneticamente modificados (OGMs), que podem ser entendidos como biossegurança legal.

O segundo está relacionado à proteção social e ocupacional dos trabalhadores, que pode ser definida como biossegurança na pratica (PEREIRA, 2012). Em uma perspectiva mais ampla, o objetivo central é atribuir profissionais e ferramentas institucionais para proporcionar o desenvolvimento de atividades seguras, seja para proteção à saúde ou proteção do meio ambiente (REZENDE, 2014).

Existem vários locais onde as condições de Biossegurança devem ser legalmente respeitadas. Entre eles podem ser citados: biotérios, áreas de saúde, locais de descartes de resíduos biológicos, clínicas odontológicas, laboratórios clínicos, laboratórios de ensino, pesquisa e industriais envolvendo o uso de agentes biológicos (FERREIRA et al., 2018).

Riscos ocupacionais são condições, situações, procedimentos, ações ou eventos que podem levar a resultados adversos e danos aos usuários dos serviços, trabalhadores, ao meio ambiente e negócios (SULZBACHER, 2013).

3. AMBIENTE HOSPITALAR

3.1 SINALIZAÇÃO

A sinalização de segurança é um tema que deve ser levado em consideração quando se tem como objetivo a organização e a redução de riscos de acidentes no ambiente de trabalho.

Ela deve estar presente não apenas no laboratório, mas também em suas vias de acesso. Portanto, o responsável por ele deve buscar implementar o uso dos sinais de segurança. De forma geral, os laboratórios e suas vias de acesso, devem apresentar sinalização com instruções claras e objetivas.

A sinalização deve informar, por exemplo, as áreas de riscos, a exigência do uso de EPIs e EPCs em locais específicos do laboratório, as rotas de saída de emergência, os equipamentos de combate a incêndios. Além disso, todos que lá trabalham devem entender esses símbolos e tomar precauções.

Segundo Peterson (2007), através do Design da informação é possível elaborar todos os dados fundamentais para que os usuários realizem suas tarefas, compreendendo as imagens e/ou mensagens de tomada de decisão.

Um sistema de sinalização é mais do que apenas placas em determinado ambiente, é uma linguagem que auxilia pessoas a se locomoverem no ambiente.

A sinalização é o processo de informações, na qual é distribuída ao longo do trajeto, podendo o usuário compreender, através de sinais visuais, a ponto de informar e facilitar o seu percurso, juntamente com noções do espaço a serem percorridos, pontos de interesse, circulação de pessoas e as atividades exercidas no local essa informação pode ser vista como sinais, símbolos, setas, pictogramas tipografias e cores.

Figura 01 – sinalização de segurança e proteção hospitalar

Os sinais incluídos nesta categoria visam prescrever um determinado comportamento.

Fonte: Adaptado de http://<riscaorisco.blogspot.com.br/>

3.2 RISCOS FÍSICOS

A exposição a níveis elevados de ruído por um longo período pode determinar comprometimentos físicos, mentais e sociais no indivíduo. Entre essas consequências, a mais definida e quantificada consiste em danos ao sistema auditivo.

Na UTI, determinados aparelhos, como os alarmes das bombas de infusão contínua e dos ventiladores mecânicos, causam irritação, dificuldade de comunicação entre os integrantes da equipe e distúrbios relacionados ao sono e ao descanso, que dificultam a conciliação do sono dos trabalhadores de enfermagem, que acordam durante a noite com a sensação de ouvir os alarmes e/ou apresentam breves episódios de insônia e sonhos relacionados ao ambiente de trabalho.

Além disso, tem-se o desgaste psicofísico do trabalhador de enfermagem devido à necessidade de checagens periódicas do paciente e do maquinário cada vez que soa um alarme. A ansiedade é exacerbada, há uma sobrecarga psíquica e o trabalhador passa a conviver com a imprevisibilidade devido à perda do controle das condições do paciente e do próprio aparelho.

De acordo com a Norma Brasileira (NBR) 10152, os níveis de ruídos aceitáveis para ambientes hospitalares, incluindo a UTI, variam de 35 a 45 decibéis (dB). Níveis de intensidade de ruídos superiores aos estabelecidos são considerados de desconforto psicológico e podem implicar riscos de danos à saúde quando o tempo de exposição for prolongado e os valores excederem muito os níveis recomendados.

A UTI, por se tratar de um setor fechado, tem sua acústica local desfavorável, tornando-a mais sensível ao ruído. Somando-se a esse quadro, contamos com uma equipe numerosa nos ambientes de tratamento intensivo, visto a complexidade e a gravidade dos doentes.

O alto nível de atividade do setor, as discussões dos casos e mesmo a comunicação entre os profissionais dentro do setor contribuem ainda mais para o nível elevado de ruídos na unidade.

Quanto ao conforto climático, verifica-se que, em geral, a equipe tem um desgaste energético maior quando a temperatura está mais elevada, queixa comum do setor.

Tratando-se das radiações, os trabalhadores da área de saúde são constantemente expostos a radiações ionizantes em seu ambiente de trabalho.

Em vista disso, os profissionais devem fazer uso de dosímetros individuais, que são submetidos a leituras periódicas.

As doses admissíveis a serem absorvidas por uma pessoa ao longo da sua vida devem obedecer às normas estabelecidas pela Comissão Internacional de Proteção contra Radiações (CIPR). O fato é que não são apenas os pacientes que se expõem às radiações, mas também o integrante da equipe de

enfermagem que permanece próximo ao paciente ou dentro da unidade, exercendo suas tarefas diárias.

3.3 RISCOS QUÍMICOS

Representados pela cor vermelha, constituídos pelas poeiras, gases e vapores, vários gases e vapores podem estar presentes na atmosfera dos ambientes de trabalho hospitalar e, quando inalados, desenvolvem efeitos irritantes, principalmente nas vias respiratórias. Quando no estado líquido, eles podem também agir sobre a pele, determinando queimaduras ou inflamações.

Os riscos químicos, aos quais os enfermeiros estão submetidos, "são os gerados pelo manuseio de uma variedade grande de substâncias químicas e também pela administração de medicamentos que podem provocar desde simples alergias até importantes neoplasias".

Os gases e vapores irritantes produzem uma inflamação nos tecidos das vias respiratórias, o que pode levar ao edema pulmonar, ao derrame pleural e a outras reações.

Podem também causar manifestações como rinite, faringite e laringite, tosse e dor no peito. Tais sinais devem ser encarados como agravamento e alarme para prevenir exposições excessivas que podem afetar gravemente o aparelho respiratório e provocar, inclusive, uma alteração crônica das vias respiratórias se não houver algum sistema de proteção coletiva ou individual que evite o contato desses fatores irritantes com o seu organismo.

Em relação ao ar ambiente circulante, um dos estudos notou que não há controle rigoroso quanto à liberação dos gases. Muitas vezes, o oxigênio e o ar comprimido permanecem ligados mesmo quando não estão sendo utilizado, fato que decorre da falta de atenção, da pressa e por desconhecerem os riscos a que estão expostos.

O descarte das secreções e do líquido condensado nos tubos e na traqueia dos respiradores não é adequado e contribui para maior contaminação do ambiente. Aliado a esses fatos, alerta-se ainda quanto ao uso irregular e/ou inadequado das máscaras para proteção individual.

Nesse sentido, sabe-se que, no ambiente hospitalar, o trabalhador de enfermagem se expõe ao risco químico pelo contato com medicamentos, inclusive antibióticos e quimioterápicos. Além disso, encontra-se um grande número de substâncias tóxicas utilizadas para limpeza e desinfecção dos ambientes hospitalares e outros fins.

A equipe de enfermagem expõe-se diariamente ao risco de absorção de drogas quando as manipula sem o uso adequado dos equipamentos de proteção individual (EPI). Como exemplos, têm-se casos de respingos acidentais na pele e nos olhos; inalação na administração de drogas em aerossol ou em spray e na maceração e mistura de medicações; e ingestão acidental direta ou indireta por meio das mãos ou de respingos atingindo a boca.

As principais cargas químicas às quais estão expostos são: medicamentos, soluções, desinfetantes, desencrostantes ou esterilizantes, antissépticos, quimioterápicos, gases analgésicos, ácidos para tratamentos dermatológicos, látex (do contato com materiais de borracha) e fumaça do cigarro.

Várias são as consequências desses riscos para os profissionais de enfermagem. Dentre elas podem-se citar a sensibilização a antibióticos e as dermatites alérgicas ou por irritação. As dermatoses ocupacionais têm como principais agentes os antibióticos, os antissépticos, os desinfetantes, os detergentes, as luvas de borracha e os sabões, problemas que poderiam ser evitados se a equipe fizesse o uso adequado dos EPI durante a manipulação e o preparo das drogas.

3.4 RISCOS BIOLÓGICOS

Os riscos ocupacionais estão amplamente distribuídos nas unidades de saúde, sofrendo variações proporcionais aos contatos mais intensos e diretos com os pacientes. Podem ser transmitidos pelas mãos ou pela utilização de materiais não limpos, não desinfetados ou esterilizados, e pelo contágio indireto, por objetos contaminados do paciente ou por intermédio do ar.

Observou-se que alguns dos trabalhadores de enfermagem não usam EPI ao desprezar excreções, ao trocar roupa contaminada, ao realizar aspiração de vias aéreas entre outros procedimentos. As medidas de prevenção devem ser rigorosamente observadas para minimizar os riscos e acidentes ocasionados pela prática inadequada.

O uso dos EPI não reduz os riscos a zero, mas diminui a quantidade de secreção/sangue inoculada no indivíduo em até 75% e, por consequência, o grau de risco de infecção. Em geral, a transmissão de agentes biológicos ocorre por inalação, penetração por meio da pele, contato com a pele e mucosas ou ingestão.

O fluido corporal mais envolvido em acidentes foi o sangue. A agulha é o material mais frequentemente envolvido em acidentes por materiais perfuro cortantes contaminados com material biológico, seguido da lâmina de bisturi.

3.5 RISCOS ERGONÔMICOS

Os profissionais de enfermagem vivenciam situações de risco cotidianamente, deixando de se proteger e de se cuidar como se fosse uma atitude natural — na verdade, essencial para o exercício de uma profissão cujo objeto é a prática do cuidar. Observa-se que, muitas vezes, a atenção da equipe no ambiente de trabalho concentra-se no cuidar, mas no cuidar apenas dos outros.

A fadiga é um sinal de alarme para que o organismo humano reconheça seus limites e estabeleça um período de repouso para reverter os sintomas que se instalaram. Uma vez que essa solicitação de repouso não é obedecida, ela leva o profissional a um esgotamento físico e psíquico e à manifestação de alterações no funcionamento fisiológico das funções orgânicas.

Alguns fatores são apontados como fontes de fadiga no trabalho de enfermagem: posturas penosas; deslocamentos excessivos; extensa carga de trabalho; trabalho noturno e/ou em turnos seguidos; trabalho de alta complexidade de procedimentos e exigência de atenção máxima continuada; ausência de pausas adequadas para descanso; forte cobrança por resultados e normas rígidas; condições de trabalho desafiadoras, com número insuficiente de profissionais ou maquinário com defeito; e ambiente de trabalho desagradável, relações profissionais conflituosas.

A postura do profissional também pode oferecer riscos ergonômicos, visto que ela é influenciada pelo dimensionamento do mobiliário e do ambiente de trabalho da equipe de enfermagem, pela organização do trabalho, bem como pela idade e pelas características antropométricas de cada profissional.

Uma das causas mais frequentes da ocorrência de acidentes é o levantamento ou a transferência de peso excessivo durante a realização de banho no leito ou no transporte de equipamentos e macas. A presença de armários posicionados em altura inadequada, incompatível com a estatura da maioria dos funcionários, ou em posição muito rebaixada, solicitando aos profissionais posturas inadequadas, também ocasiona riscos.

A equipe de enfermagem permanece em pé a maior parte do plantão, curvados sobre os leitos, mantendo-se sobre as pontas dos pés e fazendo hiperextensão dos braços e da coluna vertebral. O banho no leito deve ser realizado com a ajuda de outro colega da equipe, minimizando o esforço da mobilização dos pacientes inconscientes e incapazes de cooperar.

Há uma alta prevalência de riscos relacionados com o trabalho de enfermeiros. Os hospitais precisam considerar esses riscos ocupacionais para melhorar o ambiente de trabalho. As estratégias devem ser desenvolvidas para diminuir esses riscos

4. MAPA DE RISCO

O mapa de risco é uma representação gráfica de um conjunto de fatores presentes nos locais de trabalho, capazes de acarretar prejuízos à saúde dos trabalhadores

(NOVELLO; NUNES; MARQUES, 2011)

> Tais fatores se nos originam diversos elementos do processo de trabalho (materiais, equipamentos, instalações, suprimentos, e nos espaços de trabalho, onde ocorrem as transformações) e da forma de organização do trabalho (arranjo físico, ritmo de trabalho, método de trabalho, turnos de trabalho, postura de trabalho, treinamento, etc.) (MATTOS; FREITAS, 1994, p. 251).

Para Bitencourt, Quelhas e Lima (1999),

> O mapa de riscos é a representação gráfica dos riscos de acidentes nos locais de trabalho, mesmo que, neste local, não haja processo produtivo. Essa representação tem como propósito ser sempre afixada em locais de fácil visualização, alertando tanto os trabalhadores da empresa como as pessoas que não pertençam ao quadro da mesma, que ali transitam, sobre os riscos inerentes a este local.

Conforme a Norma Regulamentadora NR 25, o mapa de riscos serve para a conscientização e informação dos trabalhadores através da fácil visualização dos riscos existentes na empresa, reunir as informações necessárias para estabelecer o diagnóstico da situação de segurança e saúde no trabalho na empresa, possibilitar, durante a sua elaboração, a troca e divulgação de informações entre os trabalhadores, bem como estimular sua participação nas atividades de prevenção (BRASIL, 1994).

É através da representação gráfica por meio de círculos de diferentes cores e tamanhos que os mapas de riscos possuem informações sobre os tipos e níveis dos riscos presentes em cada ambiente capazes de causar prejuízos a sua saúde de seus usuários.

Figura 2: Mapa de Riscos de um ambiente de trabalho hospitalar

FÍSICO (01.01.000)	QUÍMICO (02.01.000)	BIOLÓGICO (03.01.000)	ERGONÔMICO (04.01.000)	ACIDENTE (MECÂNICO) (05.01.000)
Ruídos	Poeiras	Vírus	Esforço físico intenso	Arranjo físico inadequado
Vibrações	Fumos	Bactérias	Levantamento e transporte manual de peso	Máquinas e equipamentos sem proteção
Radiações ionizantes	Névoas	Protozoários	Exigência de postura inadequada	Ferramentas inadequadas ou defeituosas
Radiações não ionizantes	Neblinas	Fungos	Controle rígido de produtividade	Iluminação inadequada
Frio	Gases	Parasitas	Imposição de ritmos excessivos	Eletricidade
Calor	Vapores	Bacilos	Trabalho em turno e noturno	Probabilidade de incêndio ou explosão
Pressões anormais	Substâncias, compostos ou produtos químicos		Jornadas de trabalho prolongadas	Armazenamento inadequado
Umidade			Monotonia e repetitividade	Animais peçonhentos
			Outras situações causadoras de stress físico e/ou psíquico	Outras situações de risco que poderão contribuir para a ocorrência de acidentes

Fonte: GESTAOSST, mapa de riscos, 2019.

5. A ORIGEM DO MAPA DE RISCOS E SUA IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

Conforme Mattos e Freitas (1994, p. 251), o mapa de risco surgiu na Itália no final da década de 60, através do movimento sindical, com origem na Federazione dei Lavoratori Metal meccanici (FLM) que, na época, desenvolveu um modelo próprio de atuação na investigação e controle das condições de trabalho pelos trabalhadores, o conhecido "Modelo Operário Italiano".

Tal modelo tinha como premissas a formação de grupos homogêneos, a experiência ou subjetividade operária, a validação consensual e a não delegação, possibilitando assim a participação dos trabalhadores nas ações de planejamento e controle da saúde nos locais de trabalho, não delegando tais funções aos técnicos e valorizando a experiência e o conhecimento operário existente.

> Para que o ambiente de trabalho fique livre da nocividade que sempre o acompanha, é necessário que as descobertas científicas neste campo sejam socializadas, isto é, 18 trazidas ao conhecimento dos trabalhadores de uma forma eficaz; é necessário que a classe operária se aproprie delas e se posicione como protagonista na luta contra as doenças, as incapacidades e as mortes no trabalho. Somente uma real posição de hegemonia da classe operária diante dos problemas da nocividade pode garantir as transformações que podem e devem determinar um ambiente de trabalho adequado para o homem. Somente a luta [...] com a conquista de um poder real dos trabalhadores [...], é possível impor as modificações, sejam tecnológicos, técnicas ou normativas, que possam anular ou reduzir ao mínimo os riscos a que o trabalhador está exposto no local de trabalho (Oddone et al., 1986: pág. 17).

Segundo Mattos e Freitas (1994, p. 252), o mapa de riscos se disseminou por todo o mundo, chegando ao Brasil no início da década de 80, aproximadamente.

Ainda, de acordo com esses pesquisadores, existem duas versões quanto à introdução do mapa de riscos no Brasil.

A primeira atribui tal feito às áreas sindical e acadêmica, através de David Capistrano, Mário Gaawryzewski, Hélio Baís Martins Filho e do Departamento Intersindical de Estudos em Saúde e Ambiente de Trabalho (DIESAT).

A segunda versão atribui à Fundação Jorge Duplat Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (Fundacentro) a difusão do mapa de risco no país.

6. A SEGURANÇA NOS LABORATÓRIOS

A segurança é uma condição de baixa probabilidade de ocorrência de acidentes, as atividades desenvolvidas nos laboratórios podem comprometer a saúde dos seus usuários a curto, médio e longo prazo, já que se trata de locais com potenciais riscos de acidentes, uma vez que, especificamente, utilizam-se máquinas, circuitos elétricos, e se manipulam substâncias periculosas.

Dessa forma, em qualquer tipo de atividade a ser realizada em um laboratório requer atenção e cuidados, tornando-se imprescindível a necessidade de mapear o ambiente de trabalho para conhecer os riscos a que estão expostos e, a partir daí, construir medidas preventivas.

> Os acidentes de trabalho são eventos antigos, porém seu estudo pela Higiene e Segurança do Trabalho (HST) somente ganhou importância na sociedade após a Revolução Industrial, devido à necessidade de regulamentar as condições de trabalho e com isso prevenir a ocorrência de acidentes e doenças ocupacionais.. Além da morte e do sofrimento para o trabalhador e sua família – problemas ainda pouco estudados – os acidentes de trabalho têm reflexos socioambientais, econômicos e políticos para toda a sociedade e para os países. Por esta razão, torna-se necessária sua prevenção e/ ou seu controle, por meio da gestão e segurança de saúde do trabalhador. Para isso existem ferramentas gerenciais, como a estatística, para auxiliar no planejamento e controle das condições de trabalho (MATTOS, MÁSCULO, 2011. p. 1).

Sabe-se que nos laboratórios estamos expostos a riscos ambientais, os quais são capazes de causar danos à saúde e à integridade física dos usuários em função de sua natureza, intensidade e tempo de exposição.

Para garantir a segurança dos usuários nos laboratórios é importante que cada laboratório tenha, de acordo com as suas especificidades, um mapeamento dos riscos ambientais para orientação e um conjunto de diretrizes internas como regulamentação.

Independentemente do tipo e da área do laboratório, os usuários devem respeitar três princípios básicos.

Para facilitar a visualização e leitura das informações contidas no mapa, os riscos foram divididos em 5 (cinco) grupos: Físicos; Químicos; Biológicos; Ergonômicos e; Acidental ou Mecânico, e são caracterizados por cores e círculos.

As cores informam o tipo de risco, enquanto o tamanho do círculo indica o grau ou intensidade do risco, não havendo dimensão definida, mas comparativamente sugerem-se três tamanhos diferentes.

Em função de sua natureza, os riscos são identificados como: Riscos Físicos (VERDE); Riscos Químicos (VERMELHO); Riscos Biológicos (MARROM); Risos Ergonômicos (AMARELO); Riscos de Acidentais ou Mecânicos (AZUL), conforme a Figura 3.

Figura 3, cores para identificação dos tipos de riscos

GRUPO	RISCOS	COR DE IDENTIFICAÇÃO	EXEMPLOS
01	Físicos	Verde	Ruído, calor, frio, pressões, umidade, radiações ionizantes e não ionizantes, vibrações etc.
02	Químicos	Vermelho	Poeiras, fumos, gases, vapores, névoas, neblinas etc.
03	Biológicos	Marron	Fungos, vírus, parasitas, bactérias, protozoários, insetos etc.
04	Ergonômicos	Amarela	Levantamento e transporte manual de peso, monotonia, repetividade, responsabilidade, ritmo excessivo, posturas inadequadas de trabalho, trabalho em turnos etc.
05	Acidentes	Azul	Arranjo físico inadequado, iluminação inadequada, incêndio e explosão, eletricidade, máquinas e equipamentos sem proteção, queda e animais peçonhentos.

Fonte: Mattos, U.A.O., 1993, Mapa de Riscos :
o controle da saúde pelos trabalhadores. DEP, 21: 60.

7. CONHECER AS REGRAS

É essencial que todos os usuários do laboratório conheçam as diretrizes internas relativas ao laboratório e a respeitem.

Essas normas devem ser, rotineiramente, seguidas por todos, uma vez que, se um dos usuário não seguir as normas, ele poderá estar colocando em perigo não apenas a sua segurança, mas a de todos que ali se encontram naquele momento.

8. COMPREENDER A SINALIZAÇÃO

É fundamental que o usuário do laboratório, além de conhecer as normas, compreenda também a sinalização de segurança para uma boa convivência no ambiente, pois grande parte dos acidentes é proveniente do desconhecimento de regras básicas.

Para uma boa sinalização deve-se envolver: − sinais de segurança: instruções básicas para todo e qualquer laboratório;
− sinais de emergência: instruem os usuários como proceder a caso ocorra um acidente;
− sinais de aviso: indicam situações de precaução;
− sinais de obrigação: apresentam ações obrigatórias para todos os usuários, como por exemplo, o uso de EPI (equipamentos de proteção individual);
− sinais de proibição: expõe ações perigosas que não devem ser realizadas dentro do laboratório.
Um ambiente bem sinalizado, além de aumentar a confiabilidade dos usuários, também é um fator de extrema importância para a diminuição dos riscos inerentes às atividades laboratoriais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Muitas são as normativas e procedimentos publicados que procuram cobrir a deficiência da regulamentação de Biossegurança em Saúde. No setor de saúde é necessário visar a minimização dos comprometimentos com a prestação destes serviços, principalmente no que se refere aos riscos de incidentes, acidentes e exposições ocupacionais.

Neste contexto, são necessárias iniciativas voltadas ao controle e/ou solução de todos os fatores desfavoráveis à condução das atividades, principalmente em estabelecimentos laboratoriais clínicos, que primam pela qualidade e responsabilidade dos resultados e pela garantia da segurança e da saúde de todos os envolvidos no serviço.

O risco aponta uma probabilidade de possíveis danos dentro de um período de tempo ou ainda pode significar a incerteza quanto à ocorrência de um determinado evento. No hospital, encontram-se vários riscos, devendo, no entanto, ser realizada a análise deles em todas as atividades de trabalho (VIANA, 2010).
Salientando-se assim a importância dos trabalhadores conhecerem os riscos há que estão expostos, de forma a adotarem medidas mais eficientes e eficazes para a eliminação ou minimização destes.

Mediante ao exposto, este estudo propõe contribuir para conscientizar, informar e esclarecer ao trabalhador a respeito das medidas de prevenção e proteção que deve ser rotina permanente ao ambiente laboratorial e hospitalar, estarem ciente de suas responsabilidades para manter um ambiente de trabalho seguro e protegido; e consequentemente poder melhor exercer suas atribuições.

REFERÊNCIAS

ARANTES, M. C. et al. **Acidentes de trabalho com material biológico em trabalho de serviço de saúde**. Cogitare Enferm., v. 1, n. 22, p. 1-8, 2015.

BITENCOURT, C. L.; QUELHAS, O. L. G.; LIMA, G. B. A. **Mapa de riscos e sua importância: como aplicá-lo a uma gráfica.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO, 19. 1999, Rio de Janeiro.

BRASIL, 1994. Portaria n° 25 de 29 de dezembro de 1994. **Ministério do Trabalho e Emprego. Secretaria de segurança e saúde no trabalho.** Norma Regulamentadora NR 09 – Programa de prevenção de riscos ambientais. Diário Oficial da União, Brasilia, DF, 30 de dezembro de 1994.

ELIAS, M. A.; NAVARRO, V. L. **A relação entre o trabalho, a saúde e as condições de vida: negatividade e positividade no trabalho das profissionais de enfermagem de um** hospital escola. Revista Latino-Am Enfermagem, Ribeirão Preto, v.14, n. 4, p. 517-525, jul./ago. 2006.

FERREIRA LA, PEIXOTO CA, PAIVA L, SILVA QCG, REZENDE MP, BARBOSA MH. **Adherence to standard precautions in a teaching hospital.** Rev. Bras. Enferm. Brasília, v.70, n. 1, p. 90-7, jan/fev 2018. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2016-0138 Acesso em: 27 abr 2019.

MATTOS, U. A.; FREITAS, N. B. B. Brazilian risk map: **limited applicability of a worker** model. cad. saúde públ., Rio de Janeiro, 10 (2): 251-258, Apr/Jun, 1994.

MATTOS, U. A. de Oliveira; MÁSCULO, F. Soares. **Higiene e Segurança do Trabalho.** Ed. Editora. Rio de janeiro, Elsevier/ Abepro, 2011.

NOVELLO, R.; NUNES, R. S.; MARQUES, R. S. R. **Análise de processos e a implantação do mapa de risco ocupacional em serviços de saúde:** um estudo no serviço de emoterapia de uma instituição pública federal. In: Congresso Nacional de Excelência em Gestão, 7, Rio de Janeiro, Anais..., Rio de Janeiro: [s.n.], 2011.

ODDONE, I.; MARRI, G.; GLORIA, S.; BRIANTE, G.; CHIATTELLA, M.; RE, A., 1986. **Ambiente de Trabalho: a luta dos trabalhadores pela saúde.** São Paulo: Hucitec. PROMETAL. Medidas de controle de riscos. Pelotas – RS, 2019. Disponível em: https://www.prometalepis.com.br/blog/medidas-de-controle-do-risco/. Acesso em 07 fev. 2020

PEREIRA, Maria Eveline de Castro et al . **A importância da abordagem contextual no ensino de biossegurança**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro , v. 17, n. 6, p. 1643-1648, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/csc/v17n6/v17n6a27.pdf Acesso em: 03 set 2018.

REZENDE, K. C. A. D.; TIPPLE, A. F. V.; SOUZA, A. C. S.; SIQUEIRA, K. M.; ALVES, S. B., SALGADO; T. A**., Risco de exposição a material biológico em unidades de saúde da atenção primária à saúde.** Revista Enfermagem UERJ. Rio de Janeiro, v. 24, n.2, p. 1-7, 2014. Disponível em: http://www.facenf.uerj.br/v24n2/v24n2a07.pdf Acesso em: 03 set 2018.

SULZBACHER, E.; ROSANE, F. T., **Concepções da equipe de enfermagem sobre a exposição a riscos físicos e químicos no ambiente hospitalar**. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, v. 66, n. 1, p. 25-30, jan/fev 2013. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267028450004 Acesso em 03 set 2018.

VIANA, D.; CABANAS, A.; ANTÓN, L.. **Proposta de protocolo para uso de EPI em UBS.** Revista Eletrônica de Enfermagem do Vale do Paraíba, América do Norte, v. 0, n. 5, p. 04, 2010. Disponível em: http://fatea.br/seer/index.php/reenvap/article/view/1823/1345 Acessado em: 03 set 2018.

Obesidade na Infância e Adolescência: A importância do Profissional de Educação Física no Combate a Obesidade

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos
Edson Alves de Araújo

Obesidade na Infância e Adolescência: A importância do Profissional de Educação Física no Combate a Obesidade

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]
Edson Alves de Araújo[3]

RESUMO

O tema deste trabalho é a obesidade na infância e adolescência e a relação entre a atividade física e seus benefícios como forma de prevenção e conscientização dos problemas causados pelo excesso de peso e falta de atividade física. A obesidade é uma doença crônica, a qual se caracteriza pelo acumulo excessivo de gordura corporal,. ~e considerada fator de risco para uma série de outros problemas, como doenças cardiovasculares, diabetes e até mesmo um câncer, tema amplamente debatido, é importante considerar suas origens e os meios de combatê-la e preveni-la, bem como a prática de atividade física e a orientação dos professores de educação física. O objetivo geral deste estudo é descrever a importância dos professores de educação física para contribuir na prevenção da obesidade na educação básica e no processo de combate e prevenção da obesidade. A metodologia baseou-se em pesquisa bibliográfica nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico, Google e Scielo, cujo objetivo foi identificar livros relacionados ao tema, por meio de buscas na internet, todos foram localizados utilizando os seguintes critérios: Obesidade, Hábitos Alimentares e Educação Física. As considerações finais relatam que a presença dos profissionais de educação física é crucial no combate e prevenção da obesidade, consideram os diferentes espaços e concluem que a maioria deles se dedica a esse fim. Podem ser considerados esforços futuros, tais como programas propostos para o tratamento da obesidade.

Palavras-Chave: Obesidade. Hábitos alimentares. Educação Física.

1 INTRODUÇÃO

A obesidade é causada por dietas ricas em calorias, diminuição do espaço recreativo, longas horas assistindo televisão, insegurança, botões de controle remoto e outras causas externas e internas. Tendo como JUSTIFICATIVA: A obesidade infantil é considerada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) um dos mais sérios desafios de saúde pública do século XXI. O artigo busca reduzir os agravos e complicações das doenças crônicas causadas pela obesidade e oferecer um crescimento saudável, resultando em uma melhor qualidade de vida. Em seu artigo, MELLO (2004) citou informações da Organização Mundial da Saúde de que descobriram que as taxas de obesidade infantil aumentaram de 10 a 40% na última década. Mais comum em crianças de 5, 6 anos e adolescentes. Além disso, sabe-se que quando uma criança está acima do peso, o risco de doenças cardíacas é alto (OLIVEIRA & FISBERG, 2003).

[1]Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
[2]Dr. José Olímpio dos Santos
[3]Edson Alves de Araújo

Através destes alertas, os professores de educação física que se dedicam a prevenir estas condições e posteriormente melhorar as suas vidas são reafirmados. A obesidade é uma condição caracterizada pela superabundância de tecido adiposo no corpo, o que leva ao ganho de peso. É considerado um problema de saúde pública que pode ocorrer em qualquer idade. Dito isso, levanta-se a seguinte questão: qual o papel do professor de educação física no combate a essa doença?

Diante disso, o presente artigo tem como OBJETIVO GERAL: demonstrar como os professores de educação física podem participar da prevenção da obesidade infantil na educação básica.

OBJETIVO ESPECÌFICO: Descrever o valor da atividade física na prevenção e tratamento da obesidade. Os pais e educadores devem entender que o tratamento da obesidade é um processo de longo prazo, os hábitos alimentares saudáveis e exercícios físicos devem ser incluídos suavemente na vida das crianças obesas, para que ela possa se adaptar e perder peso com o resultado desses processos. Esses artigos nos trazem a importância da instrução sobre alimentos e hábitos saudáveis desde os primeiros anos de vida como forma de prevenir a obesidade infantil, uma vez que as crianças vivem em uma sociedade onde os produtos prontos são tão fáceis que os próprios pais não têm tempo para prepará- los ou procurar produtos saudáveis para o consumo.

2. JUSTIFICATIVA

O problema enfrentado está relacionado principalmente à falta de informação dos pais quanto à alimentação básica e essencial para os filhos, falta de diversificação alimentar, alimentação no âmbito escolar, falta de projetos voltados para o enfretamento da situação e a cumplicidade deficiente entre saúde e educação.

O que motivou a escolha deste tema foi o importante papel que os profissionais de educação física desempenham na educação, na saúde e na melhoria da qualidade de vida de crianças e adolescentes, através da prevenção de doenças associadas à obesidade e ao sedentarismo. Superiores a prática esportiva, os profissionais participam de atividades prazerosas para todos os alunos participarem.

Além disso, para terem um impacto significativo e continuarem as tradições educativas ao longo das suas vidas, tanto as famílias como as escolas devem participar nessas tradições. Outro fator chave é educar os alunos sobre as consequências da obesidade e as condições que levam a doenças e outros problemas que podem ser causados pelo excesso de peso.

Por meio desses comunicados, enfatizamos mais uma vez a importância dos professores de educação física na prevenção dessas doenças e na melhoria de vidas. Comunicação entre pais, profissionais de educação física e escolas sobre o valor da atividade física e da alimentação adequada desde os primeiros anos de vida. Portanto, este artigo tem implicações importantes para profissionais, famílias e estudantes.

Outro fator importante é buscar esclarecer os alunos sobre a condição e as consequências futuras da obesidade em suas vidas. O excesso de peso pode gerar doenças e diversas complicações, e por meio desses alertas, reafirma-se a contribuição dos professores de educação física na prevenção dessas condições e posteriormente na melhoria de suas vidas.

2.1- Metodologia

Este estudo foi uma revisão da literatura com o tema: ¨Obesidade na Infância e Adolescência¨, com buscas por meio de livros, dissertações, e artigos científicos selecionados através de busca nas seguintes bases de dados (livros, sites de banco de dados etc.) ¨Google¨, ¨Scielo¨ ¨PubMed¨, etc. Os critérios para a seleção dos artigos foram no idioma em português/inglês, publicados nos últimos 10¨anos.

Utilizando-se os descritores: (Obesidade. Hábitos alimentares. Educação Física), foram considerados como critérios de inclusão (livros, revistas Google Acadêmico, Google Scielo, e sites de referência). Excluíram-se os artigos e livros que não tratavam sobre o tema. Ressaltando o importante papel dos professores de educação física na luta contra o excesso de peso, evidenciado pelo enfoque nos hábitos alimentares.

2.2. Resultado e Discussão

Os resultados apresentados claramente evidenciam o significativo impacto desta literatura na compreensão e manejo da obesidade em crianças e adolescentes, especialmente no que concerne à relação entre atividade física e saúde nesses grupos. A síntese dos estudos revela uma relevante correlação entre obesidade infanto-juvenil e atividade física, ressaltando a importância de estratégias eficazes de intervenção, especialmente no âmbito escolar e na atenção primária.

Tanto a obesidade quanto o sobrepeso são influenciados por fatores biológicos, psicológicos e socioeconômicos. São condições multifatoriais decorrentes do acúmulo de gordura no corpo (obesidade) e do peso acima do ideal para a estatura (sobrepeso) (Oliveira et al., 2003). Segundo a literatura, a obesidade de origem genética representa uma pequena porcentagem (2 a 5%), enquanto a obesidade exógena relacionada à falta de atividade física e hábitos alimentares ruins, é responsável por 95 a 98% dos casos (Oliveira e colaboradores, 2000).

Por conseguinte, estudos recentes conduzidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2016) apontaram que 23,7% dos adolescentes do sexo masculino e 23,8% do sexo feminino sofrem de excesso de peso. Essas pesquisas revelam que, com o aumento dos índices de obesidade e sobrepeso, os fatores de risco associados a essas condições tendem a surgir.

Além disso, tanto influências genéticas quanto ambientais contribuem para o desenvolvimento da obesidade. Dentre os riscos relacionados, destacam-se problemas crônicos respiratórios, musculares e ósseos, enfermidades na pele, infertilidade, doenças cardiovasculares, resistência à insulina, complicações na vesícula biliar e certos tipos de câncer (Organização Pan-Americana da Saúde, 2003).

Além disso, há uma preocupação especial com os efeitos psicológicos e sociais nas políticas de saúde pública (DA CRUZ, EPR et al, 2023). Diante dos potenciais danos à saúde física, mental e social decorrentes da obesidade, torna-se evidente a urgência de adotar uma abordagem multidisciplinar no tratamento de pacientes com excesso de peso.

Para dar continuidade a essa iniciativa, sugere-se realizar estudos que investiguem os impactos da obesidade nas atividades laborais de indivíduos afetados, incluindo o contexto escolar.

Além disso, a realização de novas pesquisas com o objetivo de desenvolver um perfil epidemiológico completo dos pacientes afetados por essa condição pode contribuir para a criação de

políticas públicas eficazes e aprimoramento de protocolos de intervenção (DA CRUZ, EPR et al. 2023).

A identificação do excesso de peso é fundamental desde a infância, por isso é crucial que pais ou responsáveis busquem orientações com profissionais da saúde. Vale ressaltar que cerca de 10% dos casos de obesidade associados a distúrbios endócrinos e metabólicos surgem na infância. Nessas circunstâncias, o diagnóstico e tratamento imediatos se tornam ainda mais essenciais (SBEM, 2010).

Conforme mencionado por FISBERG (1995), é necessário realizar ajustes no plano alimentar, comportamentais e na prática de atividade física para lidar com a obesidade infantil e infanto-juvenil de forma eficaz. Portanto, é crucial adotar mudanças apropriadas desde cedo no tratamento e cuidados aos pacientes obesos. A WHO/PASB (2020) destaca a importância da prática de atividade física em todas as etapas da vida, defendendo que deve ser acessível a todas as crianças e adolescentes.

Além disso, sugere que os programas de exercícios incorporem elementos lúdicos e divertidos para tornar as atividades mais atraentes e contribuir para a formação de hábitos saudáveis ao longo da vida. É amplamente reconhecido que participar frequentemente de atividades físicas estruturadas pode contribuir significativamente para melhorar diversos aspectos da aptidão física relacionada à saúde, como força, resistência muscular, resistência cardiorrespiratória, flexibilidade e composição corporal.

Essas mudanças podem ser benéficas, principalmente no controle da gordura corporal, além de ajudar a manter ou melhorar a capacidade funcional e neuromotora, auxiliando no desempenho de diversas atividades do dia a dia (MORRIS e MORTON et al, 1994). No entanto, a diminuição nos níveis de atividade física pode levar ao desenvolvimento de doenças crônicas degenerativas não só em adultos, mas também em jovens e crianças (ALVES, 2003).

A prática regular de exercícios físicos, combinada com uma alimentação saudável, são princípios essenciais para aqueles que buscam qualidade de vida. Qualquer movimento que consuma energia, como caminhar, sentar e ficar em pé, pular, varrer, tomar banho, jogar futebol, correr, etc., é considerado atividade física (OMS, 2020). Nesse contexto, faz-se necessário ressaltar a importância dessa prática para melhor solucionar o problema do tratamento.

Porém, ao escolher movimentos específicos, como a natação, e definir horários e dias específicos para a prática, podemos melhorar a coordenação motora e nos preparar para atividades diferentes. É importante contar com um profissional formado em educação física para enfrentar o desafio da obesidade, proporcionando conscientização, atividades físicas e exercícios que não só previnam como também combatem esta situação. Essas práticas contribuem para o desenvolvimento de movimentos que interagem diretamente com a capacidade de raciocínio, habilidades físicas e a promoção de hábitos saudáveis.

Em certo sentido, é apropriado afirmar que o profissional de educação física influencia diretamente a integralidade do desenvolvimento humano, não devendo limitar suas ações apenas a práticas mecanicistas ou esportivas, como observado na contemporaneidade. Ele está envolvido em diversos objetivos, de curto e longo prazo. Conforme Menestrina (2000), a educação física não deve se restringir ao alcance de metas imediatas, mas sim estar voltada para o desencadeamento de um processo social e educativo de caráter permanente.

Isso implica que a educação física proporciona benefícios para a saúde, promovendo a consciência de um corpo e mente saudável na vida dos indivíduos. Assim, o trabalho dos especialistas em educação física torna-se uma ferramenta para a melhoria da saúde e considerando as questões abordadas neste estudo, espera-se que os profissionais desta área atuem de forma preventiva, conscientizando sobre a importância da atividade física para manutenção da saúde.

Concentrar esforços em crianças excepcionais é uma das formas mais eficazes de prevenir a obesidade, porque sem atenção direta às crianças obesas de
hoje, elas poderão tornar-se os adultos obesos de amanhã.

A revisão da literatura existente desempenha um papel importante no apoio a políticas públicas e estratégias de promoção da saúde destinadas a combater a obesidade na infância e na adolescência. Ao analisar os estudos científicos, é possível compreender melhor as causas, os fatores de risco e os efeitos em longo prazo associados à obesidade nesta faixa etária. Esta compreensão aprofunda da fornece uma base sólida para a implementação de intervenções eficazes.

O principal objetivo é melhorar o bem-estar e a qualidade de vida dos jovens. Ao compreender as nuances da obesidade na adolescência e na infância, as políticas públicas podem ser adaptadas com precisão, visando não apenas reduzir as taxas de obesidade, mas também promover hábitos saudáveis em longo prazo. Portanto, a revisão da literatura desempenha um papel fundamental na criação de formas abrangentes e eficazes de enfrentar este desafio de saúde pública e promover um futuro saudável para as gerações.

Estas considerações podem contribuir para fortalecer a base de conhecimento sobre atividade física e obesidade em crianças, proporcionando um enfoque mais amplo e mais recente para informar intervenções e práticas no futuro. Com especial ênfase na obesidade em adolescentes, reconhece os riscos físicos e psicológicos associados a esta categoria.

Este estudo faz a diferença ao enfatizar o exercício como uma parte importante do tratamento, examinando diferentes métodos de exercício e destacando sua importância para a saúde cardiometabólica. A abordagem clara e sistemática, por meio de buscas na plataforma Pubmed, destaca uma abordagem sistemática na coleta de dados.

A integração dos resultados dos estudos selecionados proporciona uma compreensão prática dos achados científicos, enquanto a ênfase nos estudos brasileiros, com dados do IBGE e do Ministério da Saúde, reforça o nível de relevância nacional. Atuando na área, a pesquisa apoia o desenvolvimento de políticas públicas, orienta profissionais de educação física e de saúde, conscientiza sobre a importância da atividade física e estabelece bases sólidas para futuras pesquisas sobre obesidade infantil e atividade física.

3- DESENVOLVIMENTO

3.1-Obesidade

De acordo com a nova lei escrita, a doença crónica é considerada uma condição com muitas causas e de natureza múltipla, sua dificuldade aumenta com o tempo, essa condição permite que esse benefício seja acumulado na forma de gordura no tecido adiposo, afetando diferentes partes do corpo, e a falta de carbono permite que outras coisas se desenvolvam. (GUYTON; HALL, 2011).

As consequências desta doença têm chamado a atenção do mundo, especialmente da Organização Mundial da Saúde (OMS). Diferentes faixas etárias (SANTOS; RABINOVICH,

2011) Sendo uma condição grave, a obesidade apresenta-se com diferentes fatores psicológicos e sociais que afetam todas as faixas etárias e grupos sociais.

É considerada uma doença não transmissível com os seguintes sintomas: As manifestações clínicas prolongadas e lentas são determinadas principalmente pelos sintomas do paciente. Além disso, é considerada uma doença com forte componente ambiental (LOPES et al., 2010). A obesidade é multifatorial e se baseia em uma combinação de fatores genéticos, dietéticos, culturais e comportamentais.

Muitos casos estão relacionados ao abuso de calorias e ao sedentarismo, a maioria das calorias é armazenada como tecido adiposo, que produz boa energia. O balanço energético é a diferença entre a energia despendida por uma pessoa nas atividades diárias e a energia utilizada para realizar tarefas mais importantes. É benéfico ter mais energia do que necessita o que pode variar de pessoa para pessoa (TAVARES; NUNES; SANTOS, 2010).

Outra forma de prevenir a obesidade infantil é a cooperação entre pais e escolas, promovendo cuidados e hábitos de vida saudáveis, enfatizando o exercício e a alimentação saudável na vida das crianças, reduzindo as taxas de obesidade, prevenindo assim as doenças crónicas não transmissíveis (SICHERI; SOUSA, 2008).

Miranda e Navarro (2008) enfatizam que a desnutrição, além dos efeitos da obesidade, também pode alterar o desenvolvimento da aprendizagem e da atenção, levando a problemas psicológicos que afetam crianças e adolescentes, desenvolvem baixa autoestima e isolamento social.

4. HÁBITOS ALIMENTARES

A alimentação é um dos fatores mais importantes que levam ao desenvolvimento de doenças crônicas em humanos, os hábitos alimentares determinam se as pessoas são saudáveis ou obesas. A nutrição infantil é ensinada principalmente em casa (nutrição pré-escolar), onde as crianças aprendem a reconhecer a fome e o paladar e a desenvolver fatores psicológicos que influenciam suas experiências alimentares (RAMOS; STEINS, 2000).

As preferências alimentares dos pré-escolares devem-se ao marketing, à rotulagem e às embalagens que incentivam o consumo de alimentos ricos em hidratos de carbono, açúcar, gordura e sódio, ao mesmo tempo em que consomem menos vegetais e frutas do que o recomendado. Portanto, o foco está em mais carboidratos e menos vitaminas (RAMOS; STEIN, 2000).

Os hábitos alimentares são resultado da socialização das crianças e são fortemente influenciados pela cultura culinária dos grupos sociais a que pertencem.

Esses aspectos culturais são os melhores resumidos pelo termo “cozinhar”, que é protegido principalmente pelos pais e representa os direitos das crianças em relação à sua alimentação (ZANARDI, 2006).

> É importante ressaltar que nas dietas para obesidade, a principal causa da doença nem sempre é a alimentação excessiva, mas sim a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos, bem como a frequência com que comemos, a principal relação entre o número de calorias recebidas por dia e a quantidade consumida no mesmo dia, a relação entre a ingestão e o gasto calórico diário, é muito importante para que as crianças percam peso e evitem obstáculos ao seu crescimento e desenvolvimento infantil.

A opinião do autor é que existe quantidade suficiente de alimentos ricos em carboidratos, gorduras e açúcares. O principal fator relacionado ao tempo de alimentação e ao gasto calórico diário não é levado em consideração nesse processo, portanto, hábitos alimentares condizentes com a atividade física diária da criança são muito importantes para evitar que a criança adoeça.

O ambiente escolar é importante para o tratamento e prevenção da obesidade e deve promover aulas relacionadas à nutrição, atividade física e estilos de vida saudáveis. Para evitar o sedentarismo e substituir o ato de jogar videogame pelo ato de brincar, são nesses locais que as crianças passam a maior parte do dia e é aí que começam a desenvolver o interesse pela mente e pela compreensão

(SANTOS CARVALHO; GARCIA JÚNIOR, 2007).

5. EDUCAÇÃO FÍSICA

Para prevenir e tratar a obesidade e outras doenças relacionadas a ela, praticamos exercícios físicos, pois são doenças adquiridas através de hábitos e estilo de vida, melhorando isso pode prevenir a sua ocorrência de doenças relacionadas. (Bottcher, 2019).

Segundo Bravin et al.(2016), a prática regular de exercícios é uma das principais formas de tratar e prevenir a obesidade. “demonstrou-se que o gasto calórico da atividade física ajuda muito na perda de peso”, desta forma a atividade física equilibra o balanço energético, em alguns casos, você errou na hora de perder peso. Segundo Reis (2009) apud Santana e Nero (2020), o exercício acelera a perda de gordura corporal e, aliado a uma alimentação saudável, contribui para a prevenção e tratamento da obesidade.

A atividade física tem um impacto positivo na saúde do indivíduo e é ótima para manter a saúde e prevenir doenças. Tem vários benefícios, incluindo redução de doenças cardíacas; controle da pressão arterial; controla o peso corporal; melhora o sistema imunológico, entre outras coisas. (Viana e Júnior, 2017)

6. O PAPEL DO PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FISICA NO COMBATE A OBESIDADE

Segundo pesquisa de Suñé et al. (2007), em todo o mundo, as pessoas precisam priorizar a qualidade dos alimentos, a saúde e o trabalho. Sem mudanças no estilo de vida das pessoas, é provável que o número de pessoas obesas aumente, dificultando a prevenção e o tratamento.

Apesar da riqueza de conhecimentos sobre a obesidade e suas consequências, ainda existem ações públicas cruciais no controle desta doença. O Especialista em Educação Física, ao ser exposto à vida escolar, terá impacto nessas questões na escola, bem como no seu estado de saúde, conforme afirma Araújo et al. (2010).

“A maioria dos alunos é influenciado pelos professores, principalmente pelos professores de educação física. Nesse sentido, a participação na escola é importante no combate à obesidade infantil.” (ARAUJO, 2010). Ambiente escolar, aulas corretas de educação física, tempo para as crianças estudarem matérias diferentes, Dos Santos et al. (2007).

Afirma que “As aulas físicas são um dos momentos mais oportunos para enfatizar a relação entre exercício, alimentação e saúde”, por isso as orientações sobre hábitos saudáveis devem ser fornecidas pelos professores de educação física para prevenir a obesidade nas crianças, além de fornecer orientações, Os professores de Educação Física devem criar um bom ambiente para os alunos praticarem atividades físicas em sala de aula, evitar discriminação, para que a atividade física não seja considerada ruim para as crianças.

As tarefas de monitoramento e prevenção podem ser realizadas por um professor de educação física que atua de forma diferente dos demais professores, Mello et al. (2004) afirma que “prevenir a obesidade infantil significa reduzir a incidência da obesidade de forma razoável e barata”. “Depressão crônica, doença futura.” Nesse sentido, as aulas de educação física servem como forma de conscientizar os alunos e as famílias. Dos Santos et al (2007, p.235), falam sobre a importância da conscientização das pessoas e da prática de exercícios físicos bem como seus benefícios na vida.

> As aulas de Educação Física podem ter um papel além do atletismo, da piscina ou da academia, para ajudar os alunos a perceberem a importância da prática regular de atividade física ao longo da vida, que não só previne a obesidade, mas também traz felicidade e boa saúde. -Presente. - Personalidade, motivação e confiança. Dos Santos et al. (2007).

Essa orientação deve ser incentivada pelas escolas e incentivada pelas famílias, criando uma base para hábitos saudáveis, ajudando os alunos a aplicar essas informações em suas vidas e a adquirir conhecimentos sobre a prevenção de doenças. Segundo Coutinho (2007), nem sempre a quantidade de alimentos ingeridos é a causa da obesidade, mas sim a qualidade dos alimentos e seus nutrientes. A alimentação inadequada é um hábito ligado à obesidade.

As crianças tendem a comer menos frutas e vegetais e mais doces e alimentos gordurosos, sugerindo que as mudanças na dieta e no estilo de vida precisam começar o mais cedo possível (TRINCHES; GIUGLIANO, 2005). Os padrões alimentares devem ser priorizados desde a infância por meio do paladar, do tato e do olfato (Santos 2005). Uma vida sedentária pode ser definida pela não movimentação durante o dia, pela falta de exercícios, mas a medicina moderna distingue o sedentarismo pelo fato de não haver gasto de calorias no horário de trabalho (BARROS, 2003).

Além disso, segundo a Sociedade Brasileira de Medicina Esportiva (1998), a violência social generalizada leva à prevenção de atividades ao ar livre, causando medo na população, outra coisa é a área urbana estreita, existem alguns fatores que levam a isso. As crianças e os jovens vivem uma vida passiva.

Nessa perspectiva, segundo Carvalho et al. (2001), alternativa à atividade física para perda e manutenção de peso, aumentar o gasto calórico é importante para o desenvolvimento do metabolismo, aumentando o peso corporal, reduzindo o apetite, em termos de métodos de atividade física deve fazer parte da aprendizagem obrigatória no ambiente escolar (VIANA, 2012). O planejamento deve incluir pensamento e reflexão profundos, permitindo o desenvolvimento de processos de aprendizagem e ensino com impacto emocional, afetivo, cognitivo e físico. Há também um aspecto físico que está mais integrado às aulas (VIANA, 2012).

Com o aumento da obesidade infantil, a educação física nas escolas é uma forma de melhorar a saúde e a qualidade de vida desse grupo de crianças (BARROS, 2003). Em estudo de Trinches e Giugliano (2005), foi possível notar a presença de uma revolução nutricional no Brasil,

tanto em crianças, adolescentes e adultos, a redução das deficiências nutricionais e o surgimento da obesidade.

Para começar, devemos pensar e diferenciar entre atividade física e exercício, enquanto o exercício pode ser definido como qualquer atividade física que gasta energia acima dos níveis de repouso, incluindo atividades diárias, como caminhar e subir escadas, que são planejadas, sistemáticas e repetitivas. , com o objetivo de manter a condição física. (Araújo e Araújo, 2000).

10. CONCLUSÃO

A obesidade é uma doença multifacetada caracterizada por quantidades anormais de gordura corporal e considera-se que tem vários riscos associados, como hipertensão, diabetes, doenças cardíacas, arteriosclerose, etc. A prevalência do excesso de peso e da obesidade infantil está a aumentar na população mundial, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento.

Estes danos afetam todas as pessoas, independentemente da sua situação económica, estudos mostram que uma criança obesa tem maior probabilidade de se tornar um adulto obeso. O professor de Educação Física desempenha um papel importante como fator de prevenção e perda de peso no tratamento da obesidade, pois aliar a atividade física e à implementação de diversos programas contribuirá para melhorar a qualidade de vida do indivíduo. , uma vez que as Atividades de Vida Diárias (AVD's) contribuem cada vez menos para o gasto calórico geral do indivíduo, pelo estilo de vida adquirido e as facilidades ofertadas pelas tecnologias do nosso dia-a-dia.

A falta de locais públicos para praticar exercício, o maior acesso à tecnologia e o aumento do consumo de alimentos com alto teor calórico contribuíram para o aumento das taxas de obesidade infantil no país. Mudanças no estilo de vida, combate ao sedentarismo e maus hábitos alimentares podem ser possíveis formas de prevenir e/ou tratar esta doença.

As crianças passam a maior parte do tempo na escola, o que torna esta instituição muito importante para o seu desenvolvimento cognitivo, social, emocional, e físico. Portanto, os especialistas em Educação Física atuam como ponte direta entre as crianças e a atividade física. No entanto, um especialista na área deve atuar como intermediário nesse desenvolvimento.

Quando uma criança entende o valor de uma vida saudável, ela amadurece e se preocupa com a manutenção da saúde, uma grande mudança nos hábitos de toda a família. A obesidade é um crime que precisa ser combatido por toda a sociedade. “A obesidade apresenta uma série de limitações”.

É importante avaliar atentamente esse índice, lembrando-se sempre de que outros fatores podem afetar o peso de uma pessoa. São limitações do IMC: O índice não avalia se o peso está relacionado com o tecido muscular ou tecido adiposo. “Isso significa que uma pessoa com grande quantidade de massa muscular pode ser considerada obesa quando analisamos apenas a proporção entre peso e altura.”

Para melhorar as aulas de educação física, é essencial oferecer variedade, inclusão, ênfase na saúde, feedback construtivo, acesso a instalações adequadas, integração com outras disciplinas e promoção da participação ativa dos alunos, Como professor de educação física, responsável por conscientizar sobre a importância da atividade física na prevenção de doenças crônicas não

transmissíveis, espera-se que os alunos adquiram esses conhecimentos e os integrem em suas vidas, tomando ações conscientes para prevenir essas patologias.

O modo de vida e o exemplo de seus pais e professores é o que você pode fazer para tratar e prevenir a obesidade infantil. Então mude seus hábitos alimentos, incentivar crianças e adolescentes a escolher entre diversas variedades atividade física em vez de criar hábitos sedentários, o especialista em educação física tem um papel importante para evitar que esse mal nos atinja.

É necessário consciêntizar que em alguns casos a obesidade só passa a ser vista quando a doença já desenvolveu, poucos procuram preveni-la, a partir deste estudo podemos verificar que os melhores métodos de abordagem para prevenir este problema é uma alimentação adequada e a prática regular de atividade física.

A solução tem a ver com a educação, que deve estar presente tanto em casa como na escola.

O papel do professor de educação física é desenvolver a consciência moral e crítica perante os alunos. Os fatos e realidades em que você vive para que você tenha discernimento e julgue necessário, ou, não as atitudes diante do que lhe é ofertado, o que passa na mídia, ao que está acontecendo ao seu redor, ele pode e deve tomar a melhor decisão que vai influenciar diretamente no seu futuro.

Conclui-se que para garantir a qualidade de vida, é fundamental adotar hábitos saudáveis, praticar atividade física regular e realizar uma alimentação equilibrada. Estaas medidas precisam ser adotadas o quanto antes, pois contribuem para a melhoria das funções cardiovascular, endócrina, metabólica e mental, prevenindo doenças como diabetes, hipertensão e doenças cardíacas.

REFERÊNCIAS

ALVES, J.G.B. Atividade física em crianças: promovendo a saúde do adulto. **Revista Brasileira Saúde Materno Infantil,** Recife, v. 3, nº 1, p. 5-6, 2003.

ARAÚJO, R. A.; BRITO, A. A.; SILVA, F. M. O papel da Educação Física Escolar diante da Epidemia da Obesidade em Crianças e Adolescentes**. Educação Física em Revista**, v. 4, n. 2**,** mai./ago. 2000.

BOTTCHER, Lara Belmudes. Atividade física como ação para promoção da saúde**:** um ensaio crítico**. Revista Eletrônica Gestão & Saúde**, p. 98-111, 2019.

BARROS, D. R. P. **Educação física na escola primária**. 4. ed. Rio de Janeiro: José Olimpio Editora, 2003.

BRAVIN, Maria Beatriz et al. A influência do exercício físico na obesidade infantil. **Revista Ciência e Estudos Acadêmicos de Medicina**, v. 1, n. 04, 2016.

COUTINHO, W. Obesidade: conceitos e classificação. Porto Alegre: **Editora Artes Médicas do Sul**, 2007.

CONSENSO LATINO AMERICANO DE OBESIDADE, **Associação Brasileira de Estudos Sobre Obesidade** acessada na Internet na página **www.abeso.org.br**, acesso em: 6/11/ 2014.

CARVALHO, C. M. R. R. et al. Consumo alimentar de adolescentes, matriculados em colégio particular de Teresina, Piauí, Br. **Revista de Nutrição**, Campinas, v.14, n.2, p.85-93, maio/ago. 2001.

FISBERG, M. (1995). **Obesidade na Infância e Adolescência**. São Paulo: Fundação BYK.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GUYTON, Arthur C. **Tratado de Fisiologia Médica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011

IBGE. Análise da Disponibilidade Domiciliar de alimentos e do Estado Nutricional no Brasil. **Pesquisa de Orçamentos Familiares,** 2008-2009. < **www.ibge.gov.br**>. Acesso em: 13 de setembro de 2011.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Pesquisa de Orçamentos familiares** 2008 – 2009. http: //**www.ibge.gov.br.Acessado** em: 21 de setembro de 2011.

LOPES, P. C. S.; PRADO, S. R. L. A.; COLOMBO, P. Fatores de risco associados à obesidade e sobrepeso em crianças em idade escolar. **Revista Brasileira de Enfermagem.** Brasília. Vol. 63. Num. 01. 2010.

MORRIS, J. N**.** Exercise in the prevention of coronary heart disease: today's best buy in public health. **Medicine & Science in Sports & Exercise,** v. 26, p. 807-14, 1994.

MELLO, E. D., LUFT, V. C., MEYER, F. Obesidade infantil: Como podemos ser eficazes?. **Jornal de Pediatria**, Rio de Janeiro, v.80, n.3, p. 173-182, 2004.

MIRANDA, A. A. N. de.; NAVARRO, F. Prevenção e o tratamento da obesidade durante a infância: Uma opção eficaz para reduzir a prevalência desta patologia. **Revista Brasileira de Obesidade, Nutrição e Emagrecimento**, v. 2, n. 10, p. 313 – 323, 2008.

MENESTRINA, Eloi. **Educação Física e Saúde**. 2.ed. ver. Amp. Ijuí:Editora Unijuí, 2000.

OLIVEIRA, C. L., FISBERG, M. Obesidade na Infância e Adolescência – Uma Verdadeira Epidemia. **Arq. Bras. de Endocrinol. Metab**., v.47, n.2, p. 107-108, 2003

REIS, Cleiton Pereira. Obesidade e atividade física. **Revista Digital** – Buenos Aires- Año 13- N° 130 – Marzo de 2009.

SANTOS, A. L.; CARVALHO, A. L.; GARCIA JÚNIOR, J. R. **Obesidade infantil e uma proposta de educação física preventiva.** Motriz, Rio Claro, v. 13, n. 3, p. 203- 13, 2007.

SANTOS,L. R. Situações familiares na obesidade exógena infantil do filho único. São Paulo: **Saúde social**, 2011.

SUÑE, F. R. et al. Prevalência e fatores associados para sobrepeso e obesidade, em escolares de uma cidade no Sul do Brasil. **Caderno da Saúde Pública,** Rio de Janeiro, vol. 23, n. 6, p.1361-1371, junho 2007.

Sicheri R.; Souza, R. A. Estratégias para prevenção da obesidade em crianças e adolescentes. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 24 Sup 2:S209-S234, 2008.

TAVARES, T. B, NUNES, S. M; SANTOS, M. O. Obesidade e qualidade de vida: revisão da literatura. **Rev Med**, Minas Gerais, v. 20, n. 3, p. 359-366, 2010.

TRICHES, RM, Giugliani ERJ**.** Obesidade, práticas alimentares e conhecimentos de nutrição em escolares. **Rev Saúde Pública** 2015; 39(4): 541-7.

VIANA, Agenísia; JUNIOR, Gilmar Antoniassi. Qualidade de vida em idosos praticantes de atividades físicas. **Psicologia e saúde em debate**, v. 3, n. 1, p. 87- 98, 2017.

VIANA, M. B. X.; DANTAS, R. A. E.; SILVA, A. O. A competição na educação física escolar. Buenos Aires: **Revista Digital**, Ano 16, n. 165, fevereiro de 2012. Disponível em: efdesportes.com Acesso em: agosto de 2012.

ZANARDI, Guilherme Luiz Muramoto. **Obesidade Infantil**: Prevalência e Atividade Física. 2006.

Experiência com estudantes dos Anos Iniciais do Fundamental I Sob uma Perspectiva Interdisciplinar Sobre a Vegetação Regional

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]
Edson Alves de Araújo[3]

Cuiabá – MT 2026

Experiência com estudantes dos Anos Iniciais do Fundamental I Sob uma Perspectiva Interdisciplinar Sobre a Vegetação Regional

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]
Edson Alves de Araújo[3]

Resumo:

O presente trabalho relata a experiência realizada por uma turma de 6º ano do Ensino Fundamental I de uma escola da rede estadual de ensino do estado de Mato Grosso. O trabalho foi realizado durante o I e II semestre de 2023, sob a ótica de uma proposta interdisciplinar, cujo tema é a vegetação nativa. Assim, serão expostos nos relatos descritos, a participação dos estudantes e professores envolvidos com o estudo, que teve como base uma abordagem com dados qualitativos e quantitativos de revisão bibliográfica, voltados para a prática pedagógica do professor, a relação ensino e aprendizagem e para a forma de apropriação do ser humano com as características da vegetação original local, área de abrangência, formação e ocupação humana. Para tanto, foram realizados registros através de produção textual, desenhos da biodiversidade do cerrado, além de registros das transformações causadas pela sociedade na área estudada.

Palavras – chave: Interdisciplinar; vegetação local; Prática Pedagógica.

1 Introdução

Este estudo denominado relato de experiência aborda a importância de se conhecer as principais características da vegetação nativa do espaço regional. A pesquisa está fundamentada em técnicas de observação e registros de dados tanto qualitativos quanto quantitativos, dessa forma foi utilizada pesquisa bibliográfica sobre as principais características da vegetação, mesmo com poucos exemplares remanescentes, aborda também as diferentes maneiras como o local onde essa vegetação nativa foi ocupada de diferentes maneiras pela sociedade. Este estudo se faz importante, pois trata-se de uma área onde outrora era ocupado pela flora natural denominada cerrado, sendo considerado um bioma, com sua vegetação típica e sua fauna singular, é fundamental que os estudantes possam reconhecer esses aspectos, principalmente pelas modificações causadas pelos seres humanos e a transformação deixada na paisagem atual. Para tanto, foram estudados e revisados com os alunos alguns conceitos tais como: flora, fauna, vegetação nativa, cerrado e bioma.

Ao parafrasear Coll (1998), as ações ocupam papel importante e fundamental em todo ato de aprender por orientarem os processos que dão percepção ao cognitivo que conduz ao aprendizado, abordando os diferentes estágios do ensino, como procedimentais, conceituais e principalmente os atitudinais, já que através do estudo espera-se que haja além da consciência voltada para a questão ambiental, apresentem atitudes em prol de buscar e serem ativos para um meio melhor.

[1]Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
[2]Dr. José Olímpio dos Santos
[3]Edson Alves de Araújo

Foram possibilitadas situações para que ocorresse motivação nos estudantes, com proposta de socialização da aprendizagem através de momentos de debates relacionados aos assuntos pesquisados, situações em que foi possível o trabalho interdisciplinar e o protagonismo dos estudantes.

O autor já citado, considera que a escola, desempenhando o seu papel de agente socializador, tem possibilitado ao estudante um ambiente contextualizado e que agrega valores, além de atitudes conscientes, o que leva os responsáveis e profissionais da educação a se preocuparem com os processos pelos quais esses valores e atitudes são gerados.

Diante do exposto, este estudo compõe-se das observações e das experiências vivenciadas pelos estudantes do 6º ano, contemplando o conhecimento nas temáticas natureza, ambiente e qualidade de vida. Com o objetivo de observar e registrar aspectos relevantes da vegetação original de onde vivem e convivem. Teve como objetivo, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular - BNCC (Brasil, 2017), apresentar como um direito dos estudantes, despertar para a reflexão e despertar para a prática investigativa dos estudantes, ação que permite a eles conhecer a importância do cerrado que é considerado um bioma, Dessa forma os professores deram acesso aos estudantes de terem como direitos de aprendizagem conhecer o processo de uso e ocupação do lugar onde se localiza o ambiente em que vivem seu cotidiano, suas características e suas implicações partindo das ações antrópicas, explicar o conjunto das relações entre os seres humanos e a natureza.

Desse modo este estudo, com a orientação dos professores das disciplinas de Geografia, História, Ciências, Arte e Matemática e com o recurso da internet buscou conscientizar a comunidade escolar sobre a importância de se conservar o ambiente do cerrado. De modo a viabilizar a proposta de estudo e a sua execução, a turma foi divida em três etapas. A primeira etapa consistiu em uma sondagem que possibilitasse um levantamento para ser possível mensurar o grau de conhecimento da turma, de modo que a prática a ser trabalhada possa dialogar com o Projeto

Político Pedagógico da escola, assim, estando atrelado a uma proposta que provoque desafio, para tanto, foram utilizados instrumentos pedagógicos como imagens, textos, vídeos sobre o bioma do cerrado, seguidos por um questionário que permitisse aos professores verificar os conhecimentos prévios dos estudantes, configurando já nessa primeira etapa uma situação que permitiu ao processo um momento de aprendizagem, a segunda etapa foi elaborada com pesquisa bibliográfica e registro de fundamentação teórica que trata sobre o cerrado, a terceira etapa além de continuar com a revisão teórica a turma foi dividida em cinco grupos para que cada um pesquisasse sobre um tópico referente ao cerrado. Foi então organizada e trabalhada uma sequência didática, conforme está apresentado nos próximos tópicos.

2 Revisão Bibliográfica: A Importância de Reconhecer a Temática Projetada para a Pesquisa

A execução do projeto foi realizada com os estudantes da turma do 6º ano, onde em um primeiro momento ocorreu a revisão bibliográfica do tema de estudo, no primeiro semestre de 2023. A revisão da fundamentação teórica ocorreu por quase todas as etapas do projeto.

O primeiro momento de estudo, foi realizado em sala de aula, com leitura e discussão de textos com a turma, que posteriormente levou para dar continuidade ao estudo fora da escola, outros textos que tratavam da temática estudada, e assim, foi agendado com todos os estudantes um segundo encontro para uma nova discussão da compreensão das leituras realizadas pelos grupos, assim, a sala foi dividida em cinco grupos de estudantes, onde cada grupo ficou responsável para pesquisar sobre diferentes unidades temáticas, que permitissem entender em uma escala maior dentro do terri - tório brasileiro, onde eles poderiam reconhecer a mesma vegetação de onde vivem, que também é natural de outros lugares, para tanto o estudo ficou dividido da seguinte maneira: Conceito e área de abrangência do cerrado no território brasileiro; Bioma do cerrado em Mato Grosso e sua interação com o clima local; Características e biodiversidade da flora local; Características e biodiversidade da fauna local; Tipos de ocupação humana, as transformações na paisagem do cerrado e os impactos

resultantes dessa ação antrópica nesse domínio. A sistematização final sobre o tema estudado ocor - reu com registro sobre os aspectos de ocupação do cerrado em tempo e espaço, para tanto as ativi - dades ocorreram em forma de produção de texto no caderno com as informações mais relevantes e também a exploração artística dos alunos, sobre as espécies da fauna e flora do cerrado.

2.1 Reconhecer as Particularidades da Vegetação do Lugar de Vivência : Área de Cobertura, Flora e fauna, e Principais Características.

Dentro do processo de estudos, os estudantes estavam na parte onde necessitaram de continuar com a técnica de compreensão de leitura, com a intervenção do professor, e para que fosse concretizada essa etapa, estudaram as principais características do cerrado, e assim, foi preciso estudar que o Cerrado é o segundo maior bioma brasileiro em extensão e a savana mais rica em biodi - versidade do mundo. E ao se fundamentarem nos postulados de Thuault et al. (2017), aprenderam que esse bioma apresenta alto grau de endemismo, haja vista, que abriga mais de 11 mil espécies de plantas nativas já catalogadas. Além da relevância ambiental, do Cerrado depende a sobrevivência de diferentes populações, como povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, babaçueiros, dentre outras comunidades tradicionais que compõem o patrimônio histórico e cultural brasileiro.

A vegetação estudada, ou seja, o bioma do cerrado tem uma grande extensão em território brasileiro, e junto com o bioma da Floresta Amazônica, ocupa grande parte da extensão territorial do estado de Mato Grosso. Parafraseando Ross (2005), Os cerrados do Brasil ocorrem em solos de - ficientes em nutrientes, desse modo acreditou-se que ele fosse improdutivo, porém o cerrado foi um dos principais objetos de pesquisa dos anos 60 e 70, período em que se fizeram grandes investimentos agro-silvopastoris no Brasil Central. Hoje os cerrados que representam, em extensão, o segundo maior domínio vegetal do Brasil, encontram-se ameaçados pelos projetos de monocultura e pasta - gens, com significativa perda de sua biodiversidade.

De acordo com o autor citado acima, os campos cerrados foram durante muito tempo considerado improdutivo pelos agricultores, geralmente colonizados culturalmente pelos europeus. No entanto, a heterogeneidade ecológica e biológica dessas formações já era conhecida de longa data pelas populações indígenas. Os caiapós, por exemplo, conhecem com muita propriedade os ciclos das chuvas e secas, o uso adequado das queimadas e o uso etnobotânico da diversidade dessas formações, conhecendo e se utilizando de várias espécies da flora. O pesquisador Luciano Ross, afirma também os prejuízos causados pelas queimadas de grandes proporções, que destroem a biodiversidade desse bioma:

> […] Queimadas de grandes proporções, como asque são empregadas por fazendeiros, prejudicam a fauna de mamíferos como tamanduás – bandeira, que são rapidamente incinerados devido à pelagem espessa e longa, muito inflamável. O fogo também destrói as matas – galeria que protegem as drenagens […] As formações abertas da América do Sul, na qual se incluem os cerrados, estão desaparecendo rapidamente ou sofrendo completa descaracterização com as pastagens, a soja, a cana – de – açúcar. O próprio governo tem apoiado programas agropecuários e de silvicultura em extensas áreas de cerrados (ROSS, 2005).

2.2 Espaço do Cerrado e a Ocupação Humana: Impactos e Modificação da Paisagem

As concepções que aparecem atualmente nas propostas curriculares defendem que os conteúdos possuem, realmente, um papel decisivo na educação escolar. Porém, eles não se referem apenas aos fatos e conceitos, mas englobam, também, os procedimentos e atitudes, valores e normas (COLL, 1998).

Diante disso nessa sequência de estudo os estudantes tiveram a oportunidade de estudar como é impactante a maneira como a sociedade industrial capitalista vem se apropriando do domínio do cerrado, através das práticas do plantio de monocultura e da pecuária destinada à exportação. Pode-se perceber que a participação que configura a importância dos processos pedagógicos envolvendo a educação ambiental é uma oportunidade de instigar no estudante um pensar crítico, sobre a problemática ambiental, voltada para o bem comum na sociedade da qual ele faz parte. A participação é um aprendizado, que visa resgatar valores humanos como solidariedade, ética, respeito pela vida, honestidade, responsabilidade, entre outros. Sob essa ótica, irá favorecer uma participação responsável ou corresponsável nas decisões de melhoria da qualidade de vida, do meio natural, social e cultural da população. Se o lugar em que vivemos não é o melhor do mundo, podemos e devemos transformá-lo. Temos família, vizinhos, amigos e organizações que podem ajudar.

3 Considerações Finais

A experiência vivenciada, mostrou que uma proposta pautada em metodologia ativa, com uma sequência didática bem orientada e com intervenções do professor, permite ao estudante ser protagonista da prática educativa, e assim buscar maior envolvimento na relação de ensino e aprendizagem.

As técnicas e métodos dos professores proponentes e executores do estudo deixaram evidente que a construção do conhecimento pode e deve ir para além da aula expositiva – dialogada, ou seja, o estudante no sentido literal da palavra, irá se apropriar do conhecimento e ensino de modo a se tornar também um agente do ensino, através da pesquisa bibliográfica, da socialização dos estudos onde possa ser promovida a troca de conhecimentos e saberes, dando margem a proposta de novo proceder, entre eles conceitual, processual e atitudinal.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Base Nacional Comum Curricular: **Educação Infantil e Ensino Fundamenta**l. Brasília: MEC, 2017.

COLL, César. Os conteúdos na educação escolar. In: COLL, César (org.). **Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2005.

THUAULT. Alice. BERNASCONI, Paula. SILGUEIRO, Vinícius de Freitas. VALDONES, Ana Paula Gouveia. **Análise do Desmatamento no Cerrado Mato-Grossense em 2017**. Prodes Cerrado. Disponível em: **https://www.icv.org.br/drop/wp-content/uploads/2018/09/AnaliseDesmatamentoCerradoMTProdes.pdf**. Acesso em 19.set.2020

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A RELEVÂNCIA DE SE TRABALHAR COM OS ESTUDANTES DA EJA DE MANEIRA QUE ESTIMULE A AUTOCONFIANÇA

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos
Edson Alves de Araújo

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: A RELEVÂNCIA DE SE TRABALHAR COM OS ESTUDANTES DA EJA DE MANEIRA QUE ESTIMULE A AUTOCONFIANÇA

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]
Edson Alves de Araújo[3]

RESUMO-

Esta pesquisa tem como objetivo trazer à reflexão a importância de se trabalhar a autoconfiança do estudante da EJA em seu processo de ensino-aprendizagem. Desse modo, constitui-se de uma pesquisa bibliográfica, que busca identificar, comparar, confrontar os resultados de pesquisas para se obter uma visão palpável da importância de se desenvolver a autoestima no estudante. Este estudo procura especificar o quanto o estudante se sente importante quando é compelido para descobrir o seu potencial para ter uma boa aprendizagem, discute também o papel do professor e do ambiente, de modo que o estímulo seja assentado em práticas positivas. Apresenta a importância do conhecimento que o professor necessita ter para exaltar, exprimir e consequentemente elevar a autoestima do estudante, por intermédio de uma boa didática e de um modo pedagógico assertivo. Destaca a importância de possibilitar situações que levem o estudante a crer que todos temos habilidades e capacidades. Dessa forma foi necessário se embasar em teóricos como Antunes e Vigotsky, Hymann, Maria Helena, Piletti que trabalham com a temática proposta, de modo claro e compreensível.

PALAVRAS-CHAVE: Autoconfiança. Importância. Estudante. EJA.

INTRODUÇÃO

O sentimento de autoconfiança vem de um ato mental que favorece emoções e sensação de que está tudo bem, de se sentir bem e amor por si mesmo, de se sentir feliz e autoconfiante, sentir emoção de alegria.

> A visão do próprio eu constrói-se com as qualidades e os defeitos, pois não importa o que quer se tenha conquistado, a visão de si mesmo e a convicção de que se possuem qualidades e defeitos. (ANTUNES 2010, p. 72).

Para o autor citado, a ideia do próprio eu constrói-se com os defeitos, fraquezas, e qualidades, assim, o indivíduo saberá lidar com as diferentes situações da vida, e terá a percepção que viver vale a pena.

[1]Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
[2]Dr. José Olímpio dos Santos
[3]Edson Alves de Araújo

Antunes (2010, p. 73) ressalta que “três palavras resumem a autoconfiança: a convicção do que se é, e a certeza de que competência jamais nos faltará”. O autor já citado anteriormente, reforça que essas três palavras que dão estrutura a autoconfiança têm significados diferentes uma das outras.

O estudante seja da Educação de Jovens e Adultos (EJA) ou de outra modalidade necessitam se sentir dispostos para fazer aquilo que lhe foi proposto. Diante disso é interessante refletir sobre atividades que promovam interações que aproximem e melhorem as relações entre estudantes, pesquisar atividades que estimulem a autoconfiança, desse modo proporcionando um convívio melhor, e avaliar a interação afetiva entre estudante – estudante de ações que favoreçam o contato e o convívio prazeroso.

É preciso observar dentro da sala de aula o comportamento dos estudantes, pois quando estão fazendo atividades em equipe há interação um com o outro, fazendo com que a autoconfiança seja estimulada.

A ausência de estímulo por parte do professor tem deixado os estudantes desmotivados com a aprendizagem. O estudante estimulado tem prazer de realizar o que gosta, enquanto que o estudante que não recebe estímulo, a sua baixa autoconfiança pode ser ainda mais evidenciada e evitará qualquer atitude que o deixe o exponha ou o coloque em qualquer evidência.

A abordagem do tema advém da observação e preocupação com comportamentos que denotam baixa autoconfiança que podem potencializar um resultado negativo na relação ensino-aprendizagem. Mediante a justificativa e o relevante, menciono através da questão de pesquisa, a importância de se trabalhar com o estudante de modo que estimule no mesmo, valorização por si mesmo.

Hymann (1967) esclarece como pesquisa descritiva, a qual descreve um fenômeno e registra a maneira que ocorre. Assim, ao descrever e registrar um fenômeno de forma correta ela será considerada para o autor uma pesquisa descritiva.

> O ambiente da vida real é a fonte direta para obtenção dos dados, e a capacidade do pesquisador de interpretar essa realidade, com isenção e lógica, baseando-se em teoria resistente, e fundamental pra dar significados às respostas (MICHEL, 2009 p. 37).

De acordo com o exposto, para o autor, o ambiente da vida real contribui para as informações de dados, na interpretação da realidade, e que a teoria é importante para adquirir as respostas.

O tema autoconfiança na Educação de Jovens e Adultos é relevante, pois uma característica frequente do aluno pode ser a sua baixa autoestima, o que pode afetar a autoconfiança, muitas vezes reforçada pelas situações de fracasso escolar. Os sentimentos que orientam a atividade cotidiana, em geral, afetam o processo cognitivo do aluno.

Dessa forma, segue na sequência deste estudo capítulo 1 intitulado: Conceito e construção da autoconfiança, que apresenta os referenciais teóricos que relata a autoconfiança, no capítulo 2 intitulado: Educação de Jovens e Adultos, um breve histórico, no capítulo 3 intitulado: Como trabalhar a autoconfiança do estudante da EJA no ambiente escolar, destacamos a importância do estudante da EJA sentir-se respeitado e aceito na escola, de modo que não se sentirá menosprezado. Finalmente, fechamos esta pesquisa, com sugestões para trabalhar a autoestima do estudante da EJA, de maneira que saibam se valorizar e se sentirem aceitos e respeitados pela sociedade.

1 CONCEITO E CONSTRUÇÃO DA AUTOCONFIANÇA

Autoconfiança é um julgamento e análise que o indivíduo faz de si mesmo, sua capacidade de gostar de si, além do autoconhecimento para saber lidar com suas próprias emoções. Saber lidar com seus sentimentos torna o indivíduo capaz de enfrentar os desafios e dificuldades encontradas durante a vida cotidiana.

Desse modo o indivíduo poderá evitar ter a sua autoestima abalada, para não se sentir inseguro, inadaptado, duvidoso, incapaz e ter consciência que o erro faz parte da vida, evitando dessa forma viver em busca de reconhecimento e aprovação.

> A autoconfiança parece ter raízes em nosso genoma e em instantes perdidos da luta evolucionista de nossos ancestrais, mas se solidifica pela forma como a família nos recebe e nos faz perceber nossas incertezas e fracassos. (ANTUNES 2010. P. 73).

Ao considerar a afirmação do autor, verificamos que desde a infância a autoestima vai sendo formada, por meio dos tratamentos recebidos dos familiares e com base na educação. O ambiente em que a criança vive é muito importante, pois este convívio pode tanto edificar quanto destruir a confiança em si mesmo.

Durante a gestação tem início o desenvolvimento da autoestima para a competência humana.

> Para estimular a alta autoconfiança de bebês e crianças até seis anos alguns procedimentos são essenciais. O primeiro problema estaria em se transformar essas normas procedimentais em algo similar a exercícios e praticá-los com a ritualidade sistemática. O segundo problema tem solução mais previsível, e esta nasce da paciência, da reconstrução de cada dia, persistência de fazer do erro o desafio para um novo tentar. (ANTUNES, 2010 p. 83).

Ao parafrasear Antunes, já citado, os portadores de sentimentos de alta autoestima, os percebem resistentes, se abatidas pela baixa autoestima, percebe-se resignadas, as pessoas com sentimentos de elevada autoestima, não se deixam ser levadas pelo sentimento de fracasso e incertezas, sempre insistem e não desistem facilmente, enquanto aqueles abatidos pela baixa autoestima são inseguros, e seus pensamentos são negativos diante dos problemas que vivenciam.

1.1 A IMPORTÂNCIA DA AUTOCONFIANÇA NO SER HUMANO

A autoconfiança adquirida na infância influenciará toda a sua vida, seja na saúde, aprendizagem, relacionamento interpessoal, e pessoal de modo geral. Para tanto, é preciso que haja afeto para o indivíduo desenvolver o aumento da estima. O toque carinhoso e o sentimento que é aceito e amado como é, aumenta o autoconceito na formação de autoconfiança. O ser humano necessita de convívio social desde que nasce até a morte.

Para Vigotsky (1988, 2001, 2004) “o desenvolvimento do indivíduo é um processo construído pelas interações que o indivíduo estabelece no contexto histórico e cultural em que está inserido”. O indivíduo vai tecendo e desenvolvendo o conhecimento através do processo de interação social, estabelecido no âmbito cultural.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS, UM BREVE HISTÓRICO

Ao estudar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN), (1996), na Seção V da Educação de Jovens e Adultos (EJA), Art. 37, essa modalidade será destinada para àqueles estudantes que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino Fundamental e Médio na idade apropriada. O parágrafo 3º do artigo 37 da LDBN foi incluído pela Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008, e tem como objetivo fazer com que a educação de Jovens e Adultos não se restrinja à educação básica, limitando-se apenas aos níveis do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, mas que também, à medida do possível, se articule com a educação profissional, e desse modo possa haver condições para que o estudante seja inserido no mundo profissional. Pela via de uma maior qualificação, para os jovens e/ou adultos cuja escolaridade básica foi adquirida, no contexto de suas vidas, em um tempo de idade mais avançada. Interessante lembrar que a LDBN, considera os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais que são aferidos e reconhecidos através de exames.

3 TRABALHAR A AUTOCONFIANÇA COM O ESTUDANTE DA EJA

Para os estudantes de modo geral, a vida escolar não é igual ao ambiente familiar. A escola é para o estudante um espaço de desafio, e de muitas vezes não ser acolhido, devido diversas situações encontradas no contexto escolar, mesmo sendo bem acolhidos pela equipe docente, preparada para oferecer dedicação, atenção e cuidado.

Desse modo, A Andragogia, designação de origem grega que significa *formação de adultos* e usado pela primeira vez pelo educador alemão Alexander Kapp em 1833, nomeia a ciência que tem como público alvo o aluno adulto, é preciso considerar a peculiaridade de cada modo de formação, já que a pedagogia, é o termo que se refere a ciência que cuida da formação escolar de crianças. Esta última propõe uma aprendizagem sugerida pelo professor e o estudante torna-se o objeto do ensino. Método contrário do que propõe a Andragogia, que sugere currículos construídos de acordo com as necessidades dos estudantes adultos, fundamentados em suas próprias experiências anteriores e suas condições de vida e de trabalho, com conteúdos que tenham aplicabilidade no dia a dia. O estudante deixa de ser objeto e passa a ser o sujeito do ensino. Professor e estudantes pensam juntos e se enriquecem, pois ambos alcançam conhecimentos nessa jornada.

Klausmeier (1977pp. 259 – 260) citado por Piletti (1987, p. 63) afirma que “sem motivação não há aprendizagem”. Ele completa que mesmo tendo vários recursos pedagógicos para o desempenho intelectual, não havendo a motivação o resultado será negativo. Por isso os alunos devem ser tratados de maneira que não se sentirão menosprezados.

A autoestima é desenvolvida por meio da relação que vão estabelecendo com os pais e as pessoas as quais convivem, isso ocorre desde a infância. E vai se construindo pela relação que a pessoa sente com si mesma.

> A formação do professor necessita mais do que um curso preparatório, pois a bagagem de conhecimento com que ele sai de um curso de formação inicial será insuficiente para desempenhar sua tarefa em sala de aula. Mesmo que este curso tenha sido feito em uma escola conceituada, por mais que esse professor tenha realizado bons estágios (WEISZ, 2010, p. 180).

Com base na declaração do autor, há necessidade de que o professor vá além da sua formação inicial. É preciso fazer um curso preparatório e se qualificar para ensinar as crianças, pois

na sala de aula ele terá contato com vários estudantes e é preciso estar preparado para enfrentar qualquer situação desagradável.

Apesar de uma autoestima elevada, depender de carinho e de êxito, isso não quer dizer que as experiências negativas nos estudantes desde a sua infância, lhe causem danos permanentes, pois a partir de futuras experiências afetivas, o estudante pode ter a sua imagem reconstruída.

Desse modo, quando a escola aprofunda em alguns aspectos importantes para o desenvolvimento da autoestima do estudante, eles estarão aptos para enfrentar constantemente os desafios da vida.

Quais seriam esses aspectos que a escola deveria trabalhar para o desenvolvimento da autoestima do estudante?

Celso Antunes (2013, p. 91) enfatiza que "jamais confundir amor com competência". Segundo ele é preciso que o professor demonstre bons sentimentos, através do seu trabalho, além de amor e afeto, para que a autoestima do estudante seja elevada, é essencial que faça isso com capacidade competência e não por obrigação, pois o professor tem papel importante no fortalecimento do sentimento de autoestima do estudante. Para tanto, o professor deve ter cuidado no comportamento e pequenos gestos dirigidos ao estudante. Antunes (2013, p. 92) afirma que é necessário aos professores "cuidar com extrema atenção das relações interpessoais na hora de momentos de descontração no ambiente escolar".

Diante de tal afirmação, há um descuido na forma de como se preenche os espaços do intervalo entre as aulas e os minutos de descontração, pois é nesse momento que também é construída a autoestima do estudante. Pois esse estudante, teve a sua baixa autoestima sendo construída lá na infância, e o ambiente do recreio, foi para ele ocasiões onde possivelmente sua autoestima foi prejudicada por pequenos grupos que são formados por crianças que são entregues a injúrias e humilhação e elaboram esquemas de rejeição e preconceitos para prejudicar o próximo.

Dessa forma é necessário que o professor tenha ciência de que aquele estudante da EJA, que em sua infância, tenha sofrido de modo pejorativo com situações que contribuíram para a formação da sua baixa autoestima, o ambiente escolar, é ambiente de "tensão" para esse estudante, assim, é necessário proporcionar através de suas atitudes, expressões, orais e corporais, situações acolhedoras, que transmitam confiança, segurança, para saber que pode confiar, falar, perguntar, errar. E consequentemente acertar.

O autor já citado enfatiza também que é necessário "Substituir a perversão de uma avaliação somativa pela dignidade de uma avaliação educativa". A avaliação somativa deverá ser substituída pela avaliação educativa". Pois este tipo de avaliação defende a ideia que haverá sempre estudantes certos e errados.

A avaliação é um dos elementos escolares mais significativos na formação da autoestima, pois avaliar constitui elementos que podem aferir ou não os objetivos estabelecidos.

CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi buscar conhecimentos sobre a importância de se trabalhar com os estudantes, de modo que estimule a valorização por si mesmos, por meio de atividades desenvolvidas no ambiente escolar.

As atividades trabalhadas na sala de aula voltadas para a valorização do próprio eu do estudante, tem a intenção de estimular a autoestima do mesmo. Na qual estarão aptos para enfrentar quaisquer problemas da vida, sem que o seu ego seja atingido com pensamentos negativos.

Quando se trabalha com os estudantes de maneira que o seu objetivo é alcançado, teremos um resultado surpreendente. Pois a autoestima é fundamental para que o mesmo possa se sentir amado e seguro de si mesmo, já que quando ocorre a falta de estímulo o estudante pode se sentir desmotivado e incapacitado.

Desde a infância, a autoestima está sendo construída, principalmente nas relações com a família, com o tratamento que ela recebe desta última, desse modo quando a criança é

desvalorizada, pode sentir medo do abandono e esse sentimento pode gerar insegurança e afetar a construção de uma autoestima elevada por parte da criança, levando-a a crer que não merece ser amada e consequentemente ela levará esse sentimento até a vida adulta.

Quando a escola realiza o seu papel de fornecer um ambiente preparado que possa contribuir na aprendizagem, teremos menos estudantes com autoestima desmotivada.

É preciso estar atento para o fato de que se o estudante da EJA hoje, no passado, foi uma criança que apresentou um comportamento alterado (considerado inadequado) na escola, a causa desse comportamento, pode ter sido devido a ser tratado como inútil, e intolerância, deixado inúmeras vezes de lado em diversas situações, por aqueles que o rejeitaram. Essa postura não mudará por meio da rejeição. Diante disso, desenvolverá sentimento de baixa autoestima, sentimento que poderá na maioria das vezes estar presente até a vida adulta, caso não seja trabalhado, e certamente sendo um aspecto influenciador na vida escolar, levando em muitas circunstâncias ao fracasso.

A autconfiança precisa ser trabalhada no âmbito escolar com diálogo positivo, incentivos, novas oportunidades e limites estabelecidos. Sendo assim, o estudante se sentirá respeitado, e aprenderá como lidar com seus problemas, com suas frustrações se preparando para os desafios que encontrará na vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. **Professores e professores: reflexões sobre a aula e práticas pedagógicas diversas**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. Disponível em:http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodemodeeducacao/sumario/35/06042015200306.pdf. Acesso dia 28.//ago./2021.

ANTUNES, C. **A prática dos quatros pilares na educação na sala de aula**. 3. ed. RJ: Vozes, 2013

BRASIL**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

HYMANN, Hebert. **Planejamento e análise da pesquisa:** princípios, casos e processos Rio de Janeiro: Lidador, 1967. Disponível em: https://www.unisc.br/portal/ipload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf. Acesso dia 27//mai./2021.

MICHEL, maria Helena. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

PILETTI, N. **Psicologia Educacional**. 17. ed. São Paulo: Ática, 1987. Disponível em http://inifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/arquivos/sumario/35/06042015200306.pdf. Acesso dia 06//jan./202.

VYGOTSKY, L.S. **A FORMAÇÃO SOCIAL DA MENTE**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.Disponívelem:http://unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/35/0642015200306.pdf>. Acesso dia 06//ago./2021.SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA,

5., 2016, Montes Claros. EVENTOS DO IFNMG, 2016, Montes Claros. Anais A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EJA NO BRASIL E SUAS PERSPECTIVAS NA ATUALIDADE. Leila Conceição de Paula Miranda; Leonardo Tavares de Souza; Isabella Rodrigues Diamantino Pereira.

O Bullying como Fator Desencadeador de Massacres no Ambiente Escolar

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

"Artigo científico voltado à análise da instrução de armamento e tiro e de sua importância como ferramenta de capacitação técnica na Segurança Pública."

O Bullying como Fator Desencadeador de Massacres no Ambiente Escolar

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

O Bullying como Fator Desencadeador de Massacres no Ambiente Escolar

Bullying as a Triggering Factor for Massacres in the School Environment

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]

Dr. José Olímpio dos Santos[2]

RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso traz o bullying para estudo, que é um comportamento agressivo e repetitivo praticado por pessoas contra outras em posição de vulnerabilidade. No ambiente escolar, isso pode levar a consequências sérias no desenvolvimento psicológico e social dos jovens, podendo até resultar em massacres escolares motivados por vingança. Esses eventos trágicos levaram à criação de leis antibullying, porém essas leis não garantem que na prática seja aplicado o que está na norma. Embora o fato de ter sofrido bullying não justifique os massacres, os autores possuem motivos que precisam ser analisados e considerados, afinal eles passaram por momentos em que foram vítimas também, contudo sem amparo que precisavam, logo os facilitadores do crime, como os pais e instituições de ensino, negligentes e omissos, têm responsabilidade indireta na tragédia ao não ampararem adequadamente as vítimas iniciais. Essa falta de apoio alimentou o sentimento de injustiça, desencadeando os massacres escolares.

Palavras-chave: Bullying. Massacre escolar. ECA.

ABSTRACT

This course completion work brings bullying to study, which is an aggressive and repetitive behavior practiced by people against others in a vulnerable position. In the school environment, this can lead to serious consequences for the psychological and social development of young people, and may even result in school massacres motivated by revenge. These tragic events led to the creation of anti-bullying laws, but these laws do not guarantee that what is in the norm will be applied in practice. Although the fact of being bullied does not justify the massacres, the perpetrators have reasons that need to be analyzed and considered after all, they went through times when they were also victims, however without the support they needed, therefore the facilitators of the crime, such as parents and institutions negligent and neglectful teaching staff, are indirectly responsible for the tragedy by not adequately supporting the victims. This lack of support fed the feeling of injustice, triggering the school massacres.

Keywords: Bullying. School Massacre. ECA.

[1]Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
[2]Dr. José Olímpio dos Santos

1. INTRODUÇÃO

Há certos assuntos que vemos como uma realidade distante, muitas vezes pela barbaridade e pouca ocorrência, a sociedade tende a ignorar ou dar pouca importância a esses casos, exceto quando estão ocorrendo atualmente ou em sua cidade. A ocorrência de massacres em escolas é um assunto impactante que pode parecer distante, mas que já ocorreu no Brasil e que um de seus motivos principais é o bullying que o executor do crime passa ao longo dos anos no ambiente escolar, assim como a negligência e omissão de terceiros.

O presente estudo vem para que seja colocado em discussão um tema que poucos cogitam pensar que possa ocorrer, mas que ao acontecer tal fatalidade, pode certamente deixar cicatrizes e traumas em muitas famílias e sobreviventes. A ocorrência de massacres em escolas tem muitas particularidades que juntas contribuem para um desastre em um ambiente que deveria ser a base da socialização de crianças e adolescentes.

O problema que será estudado é se a negligência e omissão de terceiros responsáveis por crianças e adolescentes pode ser a causa da ocorrência de massacres em escolas que foram motivados pelo bullying, sofrido por um jovem no ambiente escolar. Ou seja, não só o autor do crime com seu motivo seria o responsável integral, mas também como as atitudes das pessoas que o cercam podem contribuir para a facilitação do massacre na escola.

Diante a essa tal indagação, este estudo tem como objetivo geral investigar a relação entre o bullying e a ocorrência de massacres em escolas, analisando o papel do sistema jurídico na prevenção e na responsabilização dos envolvidos. Em relação aos objetivos específicos, se destacam as seguintes propostas: a conceitualização do termo bullying; a análise das leis e estatutos à cerca das garantias da criança e do adolescente e o combate ao bullying; investigar os mecanismos jurídicos disponíveis para responsabilizar os agressores de bullying e seus facilitadores, incluindo a responsabilidade civil e criminal.

Quanto a metodologia utilizada no trabalho, estas permearam através do estudo qualitativo, com uma abordagem bibliográfica. Foram utilizados diversos tipos de materiais e os dados foram pesquisados baseando-se em publicações como: livros, TCCs, revistas, artigos impressos, teses, dissertações, além de publicações na internet, assim como análise de leis, principalmente da Carta Magna.

2. COMPREENDENDO O CONCEITO DE BULLYING

A escola é o primeiro e principal ambiente que crianças e adolescentes frequentam e podem aprender sobre a socialização. O convívio uns com os outros é cercado de diversos acontecimentos diários, e não há dúvidas que em algum momento irá acontecer algo que não será a situação mais pacifica, afinal, casos de desentendimentos ou brigas em escolas são considerados comuns.

Os confrontos de personalidades podem acabar gerando um caso a parte de conflito. Mas quando os casos isolados de atitudes agressivas se tornam sequenciais e direcionados a uma pessoa, é evidente a ocorrência do bullying. O termo foi utilizado pela primeira vez por Dan Olwes, da Universidade de Bergen, na Noruega, ao realizar estudo à cerca de casos de suicídio entre jovens, no início da década de 1980, esse estudo acabou gerando uma campanha anti-bullying que se

propagou nacionalmente. Em torno de 1990, países europeus e também outros do mundo, começaram a estudar à cerca do bullying e a desenvolver medidas e diretrizes para a prevenção.

O termo "bullying" é de origem inglesa e significa "intimidação", "ameaça" ou "agressão". Ele se refere a uma forma de violência que ocorre de maneira repetitiva e sistemática, em que uma pessoa ou um grupo de pessoas exerce poder sobre outra(s) de forma intencional, causando danos físicos, psicológicos ou sociais.

A discussão sobre o tema começou a ser discutido no Brasil a partir dos anos 2000, com a divulgação de casos de violência nas escolas e passou a ganhar maior visibilidade na mídia e na sociedade em geral com a primeira pesquisa nacional sobre violência nas escolas, realizada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2009, que incluiu o bullying como um dos principais tipos de violência investigados.

Com a aprovação da Lei nº 13.185/2015, que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying) em todo o país, o tema ganhou força.

O bullying é um fenômeno que pode ser explicado a partir de diversas perspectivas teóricas, envolvendo fatores individuais, sociais e culturais. Dentre os doutrinadores que têm contribuído para a compreensão do bullying, destacam-se:

- Dan Olweus: como já comentado, este doutrinador é considerado o pioneiro no estudo do bullying e propôs um modelo que envolve três componentes: comportamento agressivo e intencional, repetição do comportamento ao longo do tempo e desequilíbrio de poder entre agressor e vítima. Olweus enfatiza que o bullying não é um problema individual, mas sim um fenômeno que ocorre dentro de um contexto social e cultural.

- Dorothy Espelage: é uma das principais pesquisadoras do bullying nos Estados Unidos e tem enfocado em particular as formas de violência sexual e homofóbica nas escolas. Ela argumenta que o bullying é uma forma de opressão que envolve o uso do poder e da violência para manter grupos marginalizados em uma posição de subordinação. Em sua obra "Bullying in North American Schools" (2011), co-editada com Susan Swearer, Espelage traz uma análise aprofundada do fenômeno do bullying, investigando suas múltiplas dimensões e consequências. A obra aborda desde a definição do bullying até as formas de intervenção e prevenção desse problema.
- Ken Rigby: é um dos principais especialistas em bullying no mundo. Em sua obra "Children and bullying: How parents and educators can reduce bullying at school" (2008), Rigby explora a natureza e as consequências do bullying, bem como as estratégias mais eficazes para prevenir e lidar com o problema. Ele argumenta que o bullying é um fenômeno complexo que pode ter múltiplas causas, incluindo fatores individuais, familiares, escolares e sociais.

A incidência de casos de bullying nas escolas é um problema preocupante que afeta milhares de crianças e adolescentes em todo o país. Segundo uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com a coleta de dados entre abril e setembro de 2019, mostra que cerca de 23% dos estudantes de 13 a 17 anos de idade relataram ter sofrido bullying dentro ou fora da escola nos últimos 30 dias antes da pesquisa, onde foi entrevistado quase 118 mil estudantes.

Dentre os motivos, os principais com maiores percentuais foram aparência do corpo (16,5%), aparência do rosto (11,6%) e cor ou raça (4,6%).
Outra pesquisa realizada pelo IBGE, em 2022, também trouxe dados importantes em uma reportagem sobre o bullying, onde informa que em um levantamento feito no Brasil, cerca de 40% dos estudantes confirmaram terem sido vítimas de bullying no ambiente escolar.

Esses dados demonstram que o bullying é um problema grave e disseminado nas escolas brasileiras, e reforçam a importância de se implementar políticas e práticas realmente efetivas de prevenção e combate ao fenômeno, assim como identificar os fatores que contribuem na ocorrência de massacres em escolas.

É importante ressaltar que o bullying pode ocorrer em qualquer ambiente escolar, incluindo as salas de aula, os corredores, os banheiros, o pátio principalmente, onde a vigia das crianças se torna mais difícil, e outros espaços da escola. O bullying também pode ocorrer fora do ambiente escolar, como nas ruas ou através das redes sociais, o chamado cyberbully, mas ainda assim afeta a vida e o bem-estar das crianças e adolescentes que frequentam a escola.

Um dos principais efeitos do bullying é o dano à autoestima e à autoconfiança da criança, que pode se sentir inferiorizada e impotente diante das agressões e humilhações. Esse sentimento de desvalorização pode comprometer o desenvolvimento de uma identidade positiva e autônoma, uma vez que a criança pode internalizar a visão negativa que os agressores têm dela e se sentir incapaz de se afirmar diante dos outros.

Além disso, o bullying pode afetar a forma como a criança se relaciona com os outros e percebe a si mesma em relação aos demais. A exposição à violência e à intimidação pode levar a criança a desenvolver comportamentos agressivos, defensivos ou de isolamento, o que pode prejudicar sua capacidade de se conectar emocionalmente e de construir relações de confiança e respeito mútuo.

O desenvolvimento de confiança com um adulto também é afetado diante de ameaças pelos agressores e pela negligência que profissionais da educação e pais cometem.

Ainda na busca do entendimento à cerca do bullying, a filosofia também pode nos ajudar a entender como este fenômeno está relacionado a questões de poder, dominação e discriminação, e como esses fatores podem contribuir para perpetuar a violência e a exclusão social.

A reflexão filosófica sobre a ética e a justiça pode nos levar a questionar as relações desiguais de poder que estão na raiz do bullying pois a ética e a justiça exigem que todas as pessoas sejam tratadas de forma igual e justa. A prática do bullying é uma violação desses princípios, pois ele envolve a intimidação, a humilhação e a opressão de uma pessoa ou grupo por outra pessoa ou grupo que tem mais poder.

Um doutrinador que aborda a questão das relações de poder é Pierre Bourdieu. Segundo ele, o poder não se resume apenas ao poder econômico ou político, mas também inclui o poder simbólico, ou seja, o poder de impor valores, normas e padrões culturais que são considerados legítimos por determinados grupos sociais. Nesse sentido, as relações de poder no bullying podem ser entendidas como uma disputa por formas específicas de capital simbólico, como popularidade, aceitação social, habilidades esportivas ou intelectuais.

Diante disso, as consequências que são geradas com a prática do bullying são demasiadas negativas para as vítimas, agressores e para a comunidade escolar como um todo. Algumas das consequências mais comuns incluem:

- danos emocionais: o bullying pode causar estresse, ansiedade, depressão, medo e outros problemas emocionais para a vítima. Esses problemas podem afetar a autoestima e a confiança da criança e prejudicar seu desempenho escolar e sua qualidade de vida;
- Problemas físicos: as vítimas de bullying também podem sofrer danos físicos, como ferimentos, dores de cabeça, problemas gastrointestinais e outros sintomas relacionados ao estresse e agressões sofridas;
- Baixo desempenho escolar: o bullying pode afetar o desempenho escolar das vítimas, uma vez que elas podem ter dificuldade em se concentrar, em frequentar a escola e em interagir com os colegas;
- Abandono escolar: em casos graves, o bullying pode levar as vítimas a abandonarem a escola, o que pode ter graves consequências para sua vida futura;
- Comportamento violento: os agressores de bullying também podem sofrer consequências negativas, como o desenvolvimento de comportamentos violentos e agressivos;
- Problemas legais: em casos extremos, o bullying pode levar a processos judiciais e a sanções legais para os agressores, e clima escolar negativo: o bullying pode afetar o clima escolar como um todo, levando a uma sensação de insegurança e hostilidade entre os alunos e professores.
- Existem diversas formas que podem ocorrem esse fato, Algumas das formas mais comuns de bullying na escola incluem:
- Bullying verbal: inclui insultos, apelidos ofensivos, comentários depreciativos, ameaças verbais, piadas cruéis e outras formas de comunicação verbal que visam humilhar e ridicularizar a vítima;
- Bullying físico: envolve agressões físicas, como empurrões, socos, pontapés, puxões de cabelo, entre outros;
- Bullying social: inclui a exclusão, a difamação e a disseminação de rumores falsos ou humilhantes sobre a vítima. Esse tipo de bullying geralmente ocorre através das redes sociais ou de outros meios de comunicação digital;
- Bullying sexual: envolve comportamentos sexuais indesejados, como o toque inapropriado, as insinuações sexuais e outras formas de assédio sexual;
- Bullying psicológico: esse tipo de bullying pode envolver a manipulação emocional da vítima, como a chantagem, a ameaça de exposição de segredos pessoais ou outras táticas que visam intimidar e controlar a vítima.

Que o bullying pode ter consequências graves para as vítimas, como baixa autoestima, depressão, ansiedade, isolamento social e até mesmo suicídio é um fato. Mas os mecanismos para combater esse mal no meio social estão mesmo sendo efetivos? A teoria traz diversas informações à cerca do tema e meios de prevenir, mas na prática ainda é tratado por muitos como algo irrelevante, principalmente por adultos que em sua juventude passaram pelo mesmo e tentam normalizar, como sendo algo natural do processo da vida, e fecham os olhos para as consequências que esse fenômeno pode trazer para os envolvidos e para inocentes.

Diante do exposto, a temática deve ser considerada um problema sério e que deve ser abordado com urgência. É importante que a comunidade escolar esteja atenta ao problema, uma vez que já existe na história casos lamentável de massacres em escolas em decorrência de bullying sofrido pelos autores, que na sua forma de "vingança" tiraram vidas inocentes.

Nessa linha de reflexão, a negligência e omissão de pais e instituto de ensino, facilitaram o desenrolar de um evento tão trágico? A responsabilização de ambos pela falta de amparo que o autor não teve em seus episódios que sofreu bullying deve ser levada em consideração. Afinal mentores e protetores de um menor precisam cumprir seus papeis, se não o fazem, por negligencia ou omissão, contribuem para a ocorrência indiretamente.

3. ANALISANDO A LEI FRENTE A CASOS DE BULLYING E MASSACRES ESCOLARES

3.1 LEIS E ESTATUTO A CERCA DO BULLYING

O bullying é um fenômeno complexo e prejudicial, caracterizado por atos de violência física ou psicológica, repetitivos e intencionais, praticados por indivíduos ou grupos contra uma ou mais pessoas. Essas ações visam intimidar, agredir, humilhar, dominar, excluir ou isolar suas vítimas. Seus efeitos podem ser profundos e duradouros, afetando negativamente o bem-estar, a saúde mental e o desempenho acadêmico dos estudantes envolvidos.

Ao longo dos anos, casos de bullying ganharam visibilidade na mídia e despertaram a atenção da sociedade para a gravidade do problema. Organizações da sociedade civil, profissionais da educação, pais, alunos e pesquisadores passaram a discutir e buscar soluções para enfrentar o bullying de forma mais efetiva.

A pressão social por medidas de combate ao bullying resultou na elaboração de projetos de lei que buscavam regulamentar o tema. Diversos estados brasileiros também criaram suas próprias legislações estaduais sobre o assunto. Essas iniciativas contribuíram para sensibilizar os legisladores e direcionar a atenção para a necessidade de uma legislação federal específica.

A Lei Antibullying foi sancionada em 6 de novembro de 2015, após tramitar no Congresso Nacional. Lei nº 13.185/2015, conhecida como Lei Antibullying, representa um avanço importante no enfrentamento do problema do bullying nas escolas. No entanto, ao analisar essa legislação de forma crítica, é necessário destacar alguns pontos que merecem atenção.

Em primeiro lugar, é válido ressaltar que a Lei Antibullying é focada principalmente no ambiente escolar, deixando de abordar outras esferas da vida dos jovens, como a família e a comunidade. O bullying não se restringe apenas às escolas, e é fundamental que as medidas de combate se estendam para além desse contexto específico. A falta de uma abordagem mais ampla pode limitar a eficácia da lei em lidar com todas as facetas do problema.

Além disso, embora a Lei Antibullying estabeleça a necessidade de ações educativas e orientações aos pais, não há uma regulamentação clara sobre como essas atividades devem ser realizadas. Isso pode resultar em uma implementação inconsistente e desigual entre as escolas, o que compromete a efetividade das medidas preventivas. Seria necessário fornecer diretrizes mais detalhadas e recursos para capacitação dos profissionais da educação, garantindo uma abordagem mais uniforme e eficiente.

Outro ponto crítico é a falta de punições específicas para os agressores. A Lei Antibullying deixa a cargo das escolas a adoção de medidas disciplinares e educativas, sem estabelecer parâmetros claros sobre quais são essas medidas e como devem ser aplicadas. Isso pode levar a uma inconsistência na responsabilização dos agressores, deixando margem para interpretações subjetivas e decisões arbitrárias.

Ademais, a lei não prevê a destinação de recursos financeiros específicos para a implementação de suas diretrizes. A falta de investimentos adequados pode limitar a capacidade das escolas em desenvolver programas de prevenção e oferecer suporte às vítimas. É necessário que sejam alocados recursos financeiros suficientes para garantir a efetiva implementação das medidas propostas pela lei.

É importante ressaltar que a eficácia da Lei Antibullying depende não apenas da existência de uma legislação, mas também da sua aplicação efetiva. É necessário um compromisso real por parte das escolas, dos professores, dos pais e do poder público em implementar e acompanhar de forma consistente as medidas de prevenção e enfrentamento do bullying.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, é o principal marco legal brasileiro que trata dos direitos e garantias das crianças e dos adolescentes. O ECA estabelece diretrizes fundamentais para assegurar a proteção integral e o desenvolvimento saudável dessa população. Apesar de não tratar especificamente do bullying, o ECA fornece bases legais para que sejam adotadas medidas de prevenção, proteção e responsabilização no enfrentamento dessa forma de violência.

A legislação reforça a importância de garantir a integridade e o bem-estar das crianças e dos adolescentes, assegurando-lhes um ambiente seguro, respeitoso e saudável em todos os aspectos de suas vidas, assim existem alguns artigos que podem ser aplicados para lidar com essa questão. O artigo 17, do ECA, estabelece o direito à integridade física e psíquica da criança e do adolescente, protegendo-os de qualquer forma de violência, crueldade e opressão. Isso inclui o bullying, que se enquadra como uma forma de violência psicológica.

O artigo 18, do ECA, assegura o direito ao respeito por parte de todos, pais, responsáveis, educadores e autoridades públicas, sendo vedado qualquer tratamento degradante ou discriminatório. Essa disposição pode ser aplicada para coibir atos de bullying nas relações familiares, escolares e sociais.

O artigo 53, do ECA, trata do direito à educação, garantindo que seja assegurado um ambiente escolar seguro, que promova o desenvolvimento integral da criança e do adolescente. Dessa forma, as escolas devem tomar medidas para prevenir e combater o bullying, criando estratégias de conscientização, oferecendo apoio às vítimas e responsabilizando os agressores, para que o ambiente escolar seja adequado para uma vida escolar de qualidade.

Além disso, o artigo 70, do ECA, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. Isso implica em um trabalho conjunto para combater o bullying, envolvendo a participação ativa da família, da escola e da sociedade como um todo.

Apesar das diretrizes estabelecidas pelo ECA, a eficácia no combate ao bullying ainda enfrenta desafios. Muitas vezes, pais, educadores e até mesmo os próprios jovens não estão plenamente conscientes da gravidade e dos efeitos do bullying, assim como não estão cientes das

leis que os amparam e que deveriam ser um norte de proteção e garantia de direitos básicos. Infelizmente, casos de vítimas de bullying podem acabar gerando novas vítimas.

Isso porque existem respostas individuais de cada vítima, uns pedem ajuda e muitos outros apenas guardam para si, escondem as agressões diárias que sofrem por não sentirem segurança de contar a alguém, seja pais ou educadores, a fé de uma solução para o problema parece ser mera utopia de uma troca de confiança que não existe entre adolescentes e responsáveis.

O acumulo de estresse, agressões e exclusão social, é capaz de levar um adolescente a pensar o pior para tentar realizar sua própria justiça, e nesses casos extremos, guiados por um sentimento de injustiça e ódio, é que abre brecha para ocorrência de ataques e massacres escolares.

3.2 ANÁLISE DE CASOS DE MASSACRES ESCOLARES

Os massacres escolares são eventos extremamente trágicos e complexos, nos quais vários fatores podem estar envolvidos. Embora o bullying possa desempenhar um papel como um gatilho para alguns perpetradores, é importante ressaltar que nem todo indivíduo que sofre bullying se torna um agressor em potencial. Além disso, nem todos os casos de massacres escolares estão diretamente relacionados ao bullying.

No entanto, alguns casos históricos de massacres escolares apresentaram evidências de que o bullying desempenhou um papel significativo na motivação dos agressores. Esses eventos são marcados por histórias de agressões repetidas, humilhação pública, exclusão social e isolamento dos perpetradores. Esses jovens sofreram intensamente com o bullying e, em um estado de desespero e raiva acumulada, escolheram uma resposta violenta.

Um exemplo notório é o massacre na escola de Columbine, nos Estados Unidos, em 1999. Eric Harris e Dylan Klebold, os atiradores responsáveis pelo massacre, eram vítimas de bullying e marginalização. O bullying desempenhou um papel significativo na motivação dos atiradores de Columbine. Harris e Klebold foram alvos de intimidação, humilhações e exclusão social ao longo de suas vidas escolares.

Relatos indicam que eles eram frequentemente ridicularizados e maltratados por seus colegas, o que gerou um acúmulo de raiva e ressentimento. A negligência e a omissão dos responsáveis, incluindo educadores, funcionários da escola e até mesmo pais, contribuíram para a ocorrência do massacre. Embora houvesse sinais claros de que Harris e Klebold estavam em crise e planejava realizar um ataque, esses sinais foram ignorados ou subestimados.

Outro caso emblemático é o massacre na escola de Realengo, no Brasil, em 2011. Foi um evento trágico que chocou o país e teve um impacto significativo na sociedade brasileira. Naquele dia, Wellington Menezes de Oliveira, um ex-aluno da Escola Municipal Tasso da Silveira, entrou na instituição armado com dois revólveres e começou a disparar contra os estudantes.

Ele era um adulto de 23 anos que havia estudado naquela escola no passado. Wellington, após efetuar diversos disparos, tirou sua própria vida quando confrontado por um policial. Infelizmente, o massacre resultou na morte de 12 estudantes, com idades entre 12 e 15 anos, e deixou mais de uma dezena de feridos. A comunidade local e todo o país foram tomados pela dor e pela indignação diante dessa tragédia sem precedentes.

Wellington Menezes de Oliveira, o autor do crime, também foi descrito como alguém que sofreu bullying e humilhações durante sua vida escolar. Ele deixou uma carta em que mencionava a motivação de se vingar das pessoas que o ridicularizaram e o atormentaram. Em relatos posteriores,

surgiram indícios de que Wellington havia sido vítima de bullying durante seu tempo como estudante na Escola Municipal Tasso da Silva.

4. RESPONSABILIZAÇÃO DE FACILITADORES DO CRIME

O objetivo deste trabalho não é a busca da inimputabilidade do autor do massacre nem a análise da redução de maioridade penal diante de jovens que cometem o crime, ainda que seja um tema intrigante que se conecta, mas sim estudar como os facilitadores de massacres escolares podem ser responsabilizados e como contribuem para que um crime de tamanha comoção social ocorra diante de seus olhos.

4.1 RESPONSABILIDADE CIVIL DO AGRESSOR E DOS PAIS

Primeiramente analisando o autor do crime, estuda-se que o artigo 186 do Código Civil estabelece que o ato ilícito é caracterizado pela comprovação da conduta dolosa ou culposa do agente, a existência de dano e o nexo causal. Nesse sentido, Gonçalves (2007, p. 13-14) afirma que:

> Os atos ilícitos são os que estão em desacordo com o ordenamento jurídico produzindo efeitos, que segundo as normas legais, causam um dano ou um prejuízo a alguém. Com isso estabelecem uma obrigação de reparar o dano que foi causado. O bullying é uma prática que é considerada ato ilícito uma vez que consiste em comportamentos contrários ao Direito e não autorizados pelo ordenamento jurídico.

Por conseguinte, o artigo 928 do Código Civil de 2002 introduziu a possibilidade de responsabilização patrimonial do próprio incapaz causador do dano perante terceiros, rompendo completamente com o princípio de irresponsabilidade que era vigente no passado em relação aos incapazes. A responsabilidade dos incapazes, conforme prevista no artigo mencionado anteriormente, é subsidiária e mitigada.

Isso significa que eles serão responsabilizados somente se os responsáveis ou genitores não tiverem a obrigação de responder pelo dano ou se não possuírem recursos suficientes para fazê-lo. Responsabilidade parental os pais têm o dever legal de cuidar, proteger e supervisionar seus filhos.

Isso inclui garantir sua segurança, bem-estar e prevenir danos a terceiros. A violação desses deveres pode constituir negligência. Os pais podem ser considerados responsáveis civilmente se for comprovado que eles foram negligentes em relação à conduta de seu filho agressor. Isso significa que os pais podem ser responsabilizados pelos danos causados às vítimas se não tomaram medidas adequadas para prevenir ou intervir no comportamento agressivo de seu filho, mesmo após terem conhecimento do problema. A responsabilidade civil dos pais pode incluir o dever de indenizar as vítimas pelos danos físicos, emocionais ou materiais sofridos.

A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores é uma forma de responsabilidade indireta estabelecida pelo Código Civil. De acordo com o artigo 932, inciso I, do Código Civil, os genitores são responsáveis pelos atos dos filhos menores que estejam sob sua autoridade e companhia, mesmo que não sejam a causa direta do dano. Essa responsabilidade implica que os pais podem ser responsabilizados legalmente pelo dano causado pelos seus filhos, quando estes agem de forma inadequada ou prejudicial.

Trazer a responsabilidade para os pais de menores que cometem massacres é não repetir o que já foi feito, é não ser omisso ou negligente. Os pais são imbuídos do dever de educar e guardar a criança com toda atenção necessária, e o ECA traz a explicito os deveres dos pais que são direitos garantidos das crianças.

Assim, não se pode simplesmente dizer que o ato praticado por um adolescente que sofria bullying é de sua inteira responsabilidade se houve negligencia dos pais ou omissão ao não se atentarem no comportamento do filho, no seu dia a dia ou por não terem a confiança de seus filhos a ponto de terem um diálogo aberto.

4.2 RESPONSABILIDADE CIVIL DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Na vida de toda criança está presente os responsáveis por sua criação e em um determinado momento os educadores, professores, também se apresentam. Estes, são de extrema importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente, visto que são seus mentores que ensinarão princípios importantes para seu desenvolvimento ao transmitir conhecimento de forma didática.

As escolas particulares também podem ser responsabilizadas civilmente se for comprovado que foram negligentes na prevenção ou resposta ao bullying. Se a escola tinha conhecimento do comportamento agressivo do aluno agressor e não tomou medidas adequadas para proteger as vítimas, ela pode ser considerada responsável pelos danos causados.

A responsabilidade civil da escola pode envolver o dever de compensar financeiramente as vítimas pelos danos sofridos, bem como implementar medidas corretivas para prevenir futuros incidentes. A escola particular é uma instituição de prestação de serviços na qual é estabelecido um contrato jurídico entre os pais do aluno e a instituição educacional, na qual o aluno é considerado um consumidor do serviço educacional fornecido.

Nesse contexto, a escola assume uma responsabilidade objetiva que se enquadra na categoria de responsabilidade por terceiros, conforme previsto no artigo 932, inciso IV, do Código Civil de 2002. Dessa forma, a escola é obrigada a responder sempre que um aluno sofrer danos nas suas dependências.

O estudante passa boa parte de seu dia sob os olhos da instituição educacional, e esta tem o dever de guardar pelo seu bem-estar e segurança, isso também remete ao dever de proteção de ameaças como a do bullying, onde a instituição deve vigiar seus alunos para que não cometam ameaças, humilhações e chacotas uns com os outros.

A omissão por professores e funcionários que sabem de casos de bullying e ignoram por terem o conceito de que é algo normal, é de extrema preocupação, por que estes atuam como facilitadores. Assim alimentando comportamentos que trazem consequências futuram, sejam psicológicas para as vítimas ou até mesmo desenvolva o sentimento de vingança que busca uma falsa justiça que só traz tragédia, como os massacres escolares.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O bullying é um termo utilizado para descrever comportamentos agressivos e repetitivos, físicos ou verbais, que ocorrem de forma intencional e são praticados por uma pessoa ou grupo de pessoas contra outra pessoa que está em uma posição de vulnerabilidade. No âmbito escolar é infelizmente recorrente e traz consequências serias para o desenvolvimento psicológico e social de crianças e adolescentes, que em meio as constantes situações sofridas pelo bullying desenvolvem agressividade, a cometer um crime hediondo como massacre escolar por busca de vingança.

Diante da ocorrência de massacres escolares nos Estados unidos e mais recentemente no Brasil, como o caso de Realengo, 2011, houve uma comoção social que trouxe a necessidade da criação da Lei Antibullying para que casos como esses não ocorressem novamente e que as vítimas não ficassem desamparadas, assim como as crianças e adolescentes não enfrentassem sozinhas os casos de bullying, contudo a falhas na lei são evidentes pela falta de especificação da aplicação das

medidas antibullying, investimento financeiro e assim como a falta de fiscalização nas escolas quanto a real implementação das medidas.

Podemos concluir com este estudo que, o fato do autor de um massacre escolar ter sofrido bullying não diminui a gravidade do ato cometido, contudo é de se atentar aos facilitadores do crime, estes que na verdade deveriam guardar as crianças e adolescentes são, indiretamente responsáveis também pela tragédia, visto que ferindo o Estatuto da Criança e do Adolescente, foram negligentes e omissos aos casos de bullying ao qual, no passado, os autores eram vítimas.

Ao não dar o amparo necessário, os pais e instituição de ensino corroboraram para que se alimentasse um senso de injustiça, o que foi o gatilho para a realização do massacre escolar, o bullying.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o poder simbólico**. In: BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

Brasil. Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Dispõe sobre **o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying).** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 nov. 2015. Disponível em: **http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-** 2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 06 nov. 2023.

ESPELAGE, Dorothy, & SWEARER, Susan. M**.** (2011). ***Bullying in North American Schools (2nd ed.)*.** Routledge

PESQUISA mostra que 40% dos estudantes do país já sofreram bullying. [S. I.], 2022. Disponível em: https://tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil/2022/12/pesquisa- mostra-que-40-dos-estudantes-do-pais-ja-sofreram- bullying#:~:text=No%20AR%20em%2005%2F12,prevenir%20e%20identificar%20a **%20pr%C3%A1tica**. Acesso em: 06 nov. 2023.

RIGBY, Ken**.** (2008). *Children and bullying:* ***How parents and educators can reduce bullying at school.*** Blackwell Publishing.

OLWEUS, Dan. (1993). **Bullying at school***: What we know and what we can do*. Oxford, UK: Blackwell Publishing

TOKARNIA, Mariana. ***IBGE: um em cada dez estudantes já foi ofendido nas redes sociais*.** Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2021-09/ibge- um-em-cada-dez-estudantes-ja-foi-ofendido-nas-redes-sociais. Acesso em: 06 nov. 2023.

O Direito Penal Ambiental em Debate: Limites da Punição e Possibilidades de Reparação do Dano

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

Artigo científico voltado à análise da proteção jurídico-ambiental e da jurisprudência dos Tribunais Superiores brasileiros.

Cuiabá – MT

O Direito Penal Ambiental em Debate: Limites da Punição e Possibilidades de Reparação do Dano

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

Cuiabá - MT

O Direito Penal Ambiental em Debate: Limites da Punição e Possibilidades de Reparação do Dano

Environmental Criminal Law in Debate: Limits of Punishment and Possibilities of Damage Repair

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos

RESUMO

Este artigo aborda a proteção jurídico-constitucional do meio ambiente através da interpretação e implementação dos princípios de prevenção e precaução. Esses princípios atuam como instrumentos de concretização dos direitos humanos, conforme a interpretação dos tribunais superiores brasileiros. No que diz respeito à natureza deste estudo, ele é classificado como teórico e, em relação à análise dos dados, como qualitativo. Além disso, a pesquisa é classificada como explicativa em relação aos objetivos da pesquisa e, em relação à coleta dos dados, como bibliográfica, através de documentação indireta. O método dedutivo é empregado na avaliação dos dados, sendo também definido como uma pesquisa histórica. Portanto, nota-se que as Cortes Superiores brasileiras aplicam os princípios de precaução e prevenção, materializando o sistema de proteção ambiental no âmbito jurisprudencial.

PALAVRAS-CHAVE: Constituição. Direito Ambiental. Jurisprudência. Tribunais superiores.

ABSTRACT

This article addresses the legal-constitutional protection of the environment through the interpretation and implementation of the principles of prevention and precaution. These principles act as instruments for the realization of human rights, as interpreted by the Brazilian higher courts. Regarding the nature of this study, it is classified as theoretical and, in relation to data analysis, as qualitative. In addition, the research is classified as explanatory in relation to the research objectives and, in relation to data collection, as bibliographic, through indirect documentation. The deductive method is used in the evaluation of data, and it is also defined as historical research. Therefore, it is noted that the Brazilian High Courts apply the principles of precaution and prevention, materializing the environmental protection system in the jurisprudential scope.

KEYWORDS: Constitution. Environmental Law. Jurisprudence. Higher courts.

[1] Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
[2]Dr. José Olímpio dos Santos

11. 1. INTRODUÇÃO

A preocupação com o uso excessivo dos recursos naturais levou o sistema jurídico brasileiro a considerar a proteção ambiental como um princípio básico, ajustando-se ao cenário internacional de discussão sobre a relevância de proteger o ecossistema. A partir disso, formularam-se vários mecanismos para a preservação do bem jurídico ambiental, com a intensificação de medidas concernentes ao equilíbrio ecológico e à proteção da natureza, dos quais se extraem os axiomas valorativos da precaução e da prevenção.

Estes princípios atuam como guias e restrições para a realização de ações e intervenções humanas que afetam o meio ambiente e os interesses difusos e coletivos, incentivando a proteção desses dispositivos e dos bens adjacentes e derivados. Como resultado, nota-se que as Cortes Superiores brasileiras aplicam os princípios de precaução e prevenção, materializando o sistema de proteção ambiental no âmbito jurisprudencial.

Sob essa ótica, a pesquisa científica em questão examina como os princípios ambientais impactam a proteção dos direitos humanos e fundamentais, além dos interesses coletivos e transindividuais. Para isso, será feita uma análise dos vínculos entre o Direito Ambiental e os direitos fundamentais. Também serão discutidos alguns casos e interpretações do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF) que aplicam os princípios mencionados.

Dessa forma, o objetivo desse estudo é esclarecer a seguinte questão: como as Cortes Superiores do Brasil entendem a aplicação dos princípios da prevenção e da precaução em casos judiciais relacionados ao meio ambiente? É importante destacar a relevância dessa temática em um ensaio devido à sua atualidade, que é evidenciada pela necessidade de debater essas questões no Direito. Isso é fundamental para assegurar os direitos essenciais no contexto ambiental, o que é crucial para enfrentar violações a esses bens jurídicos e melhorar os mecanismos de proteção existentes.

Além disso, existe uma necessidade evidente de refletir sobre a situação estabelecida referente às atividades socioeconômicas e às ações humanas na natureza, que ainda dependem de recursos naturais para produzir em grande quantidade em uma escala global. Essas atividades podem gerar efeitos negativos no meio ambiente e na sociedade, já que a realização de operações que podem causar poluição impacta diretamente a natureza em suas diversas formas, incluindo água, solo, ar, fauna, flora e até os seres humanos.

Também se observa que alguns empresários ignoram os princípios da sustentabilidade, proteção e prevenção. No que diz respeito à classificação da metodologia deste estudo, ela se caracteriza como teórica em essência e, quanto ao tratamento dos dados, é qualitativa. Além disso, a pesquisa é explicativa em seus objetivos e, no que tange à forma como os dados foram coletados, é bibliográfica, utilizando fontes indiretas. O método dedutivo foi utilizado na análise, sendo também considerada uma pesquisa de caráter histórico.

A seleção dos casos ocorreu por conta da análise dos princípios de prevenção e precaução, além do uso desses princípios para solucionar disputas com grande impacto, evidenciando que os Tribunais apoiam a proteção ambiental e que os princípios de prevenção e precaução são aplicados de forma prudente na jurisprudência brasileira.

2. A PROTEÇÃO JURÍDICO-CONSTITUCIONAL DO MEIO AMBIENTE

Desde os tempos antigos, o meio ambiente tem sofrido degradação, com registros que datam das primeiras civilizações. Por exemplo, na Idade Média e na Antiguidade, a exploração ambiental era algo comum, e a extração de recursos sem limites era vista como prática natural para as pessoas (AMADO, 2018, p. 27). É claro que a exploração do meio ambiente teve um impacto negativo na qualidade de vida dos humanos.

Isso se deve ao fato de que, com o avanço do conhecimento científico e legal, o ecossistema foi lentamente reconhecido como vital para a sobrevivência humana, estando diretamente relacionado aos seus direitos naturais (BERTOLDI, 2007, p. 05). Nesse cenário, houve um aumento na conscientização ecológica da sociedade e surgiram Organizações Não-governamentais (ONGs) que buscam alertar os Estados sobre os impactos e consequências das agressões ao meio ambiente.

Como resultado, isso pressionou o governo nacional, incluindo o Brasil, a adotar normas para proteger e punir ações que prejudiquem os bens ambientais (SIRVINSKAS, 2009, p. 28).
Assim, a partir dos anos 1960, os Estados começaram a criar leis mais rigorosas para preservar o meio ambiente, reconhecendo esse direito em suas Constituições. No Brasil, foi promulgado o Código Florestal (Lei 4.771/1965) e a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/1981). É importante destacar que o Código Florestal de 1934 (Decreto 23.793/34) era muito mais severo que o de 1965 (Lei 4.771/1965) (AMADO, 2018, p. 27).

Além disso, a Política Nacional do Meio Ambiente criou mecanismos de proteção, estabelecendo órgãos federais, como o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (IBAMA), para garantir o cumprimento das normas sobre questões ambientais, que englobam essa política de preservação e a punição de ações prejudiciais (AMADO, 2018, p. 131).

Diante disso, é importante notar que, ao considerar um meio ambiente equilibrado como um direito humano, que se alia aos direitos e garantias fundamentais do indivíduo, impõe-se uma limitação ao Estado e a outros na realização de atividades que busquem o desenvolvimento econômico, conforme a Constituição Federal:
Art. 170.

A economia, que se baseia na valorização do trabalho das pessoas e na iniciativa privada, tem como objetivo garantir a todos uma vida digna, em conformidade com os princípios da justiça social, respeitando os seguintes valores: [...] VI - proteção ao meio ambiente, incluindo um tratamento diferenciado de acordo com o impacto ambiental dos produtos e serviços e seus métodos de produção e fornecimento […]. (BRASIL, 1988, s. p.).

Todos têm a garantia de um ambiente que seja ecologicamente saudável. Esse é um direito que se encaixa na terceira geração de direitos (ou de nova dimensão), aplicando-se a toda a humanidade (RTJ 158/205-206). O Estado e a sociedade têm a responsabilidade especial de proteger e conservar, para o bem das gerações atuais e futuras, esse direito que é coletivo e de natureza transindividual (RTJ 164/158-161) (STF, 2005).

Assim, a defesa do meio ambiente e a promoção dos Direitos Humanos são questões cada vez mais interligadas, pois a chance de desfrutar de uma vida digna e a proteção dos direitos humanos dependem de um ambiente saudável (MUCHAGATA; CAMPOS, 2017, p. 29).

Por outro lado, a Constituição de 1988 estabeleceu regras para evitar abusos aos direitos fundamentais, atribuindo ao Estado a tarefa de criar ações preventivas e punitivas em casos de

danos a direitos coletivos e preceitos fundamentais, onde o meio ambiente se encaixa devido à sua conexão direta com a dignidade da vida humana (BRASIL, 1988).

É importante notar que, para garantir a proteção do meio ambiente em um Estado Democrático de Direito, a Constituição permitiu que os cidadãos tomem medidas para essa proteção por meio da Ação Popular, conforme o artigo 5º, inciso LXXIII, da Constituição. Esse mecanismo é efetivado quando se apresenta uma ação ao Poder Judiciário, levando ao Estado-Juiz uma demanda social e de interesse comum, visando principalmente a anulação de atos prejudiciais ao patrimônio público ou a entidades nas quais o poder público tem participação, além da moralidade administrativa, do meio ambiente e do patrimônio histórico e cultural (BRASIL, 1988).

Adicionalmente, é relevante mencionar que a Constituição determina, no artigo 23, que a responsabilidade administrativa é comum entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios: "é competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: [...] VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas [...]." (BRASIL, 1988, s. p.).

Diretamente relacionado a isso, observa-se que a proteção do meio ambiente é uma responsabilidade compartilhada entre todas as entidades federativas, devido à importância desse bem jurídico que transcende interesses individuais. É importante ressaltar que o texto constitucional mencionado acima trata de um modelo de colaboração entre os entes federativos para implementar e cumprir as tarefas definidas na Constituição, com a finalidade de respeitar as leis em vigor e realizar as políticas públicas ambientais criadas pelo Estado (SIRVINSKAS, 2009, p. 118).

Seguindo essa linha de mecanismos e políticas públicas para a proteção constitucional do meio ambiente, o artigo 129 da Constituição de 1988 inclui, entre as funções do Ministério Público, a possibilidade de entrar com Ação Civil Pública para proteger o patrimônio público e social, o meio ambiente e outros interesses coletivos e difusos (BRASIL, 1988).

Segundo o sociólogo Ulrich Beck (2011), o conceito sócio jurídico de sociedade de risco está tipicamente ligado ao aumento e à intensificação das atividades humanas que oferecem riscos aos bens jurídicos, sejam eles coletivos ou individuais. Desse entendimento, podemos inferir que o princípio da precaução pode ser visto como uma ferramenta de contenção e até um meio de resolver questões ambientais (BECK, 2011, p. 63). De acordo com a Declaração do Rio (RIO-92), o princípio da precaução:

Deve ser atendido de forma abrangente pelos países, conforme suas possibilidades. Quando existir o risco de danos graves ou permanentes, a falta de certeza científica absoluta não deve ser uma justificativa para adiar ações eficazes e viáveis financeiramente para evitar a destruição do meio ambiente. (ONU, 1992).

Ao revisar a legislação, fica claro que, se houver uma possível lesão ou dano ao meio ambiente devido à operação ou funcionamento de uma atividade ou empreendimento econômico, o empreendedor deve tomar medidas para evitar os possíveis efeitos de degradação socioambiental (ONU, 1992).

Além disso, o acesso a um meio ambiente equilibrado ecologicamente é essencial, pois é fundamental para a vida humana, a partir do qual derivam todos os outros direitos básicos. O direito a um meio ambiente equilibrado também implica a proibição de retrocesso ecológico,

indicando que as leis ambientais devem ser cada vez mais protetoras dos recursos naturais, garantindo a todos o acesso ao mínimo necessário para viver com dignidade.

Na categorização doutrinária de direitos humanos essenciais, os metaindividuais, onde se encaixa o direito ao meio ambiente equilibrado, são vistos como garantias e direitos que vão além do individual e se estendem pela sociedade, unindo as pessoas dentro de um grande sistema (democracia ambiental) (BERTOLDI, 2007, p. 11). Segundo a jurista Marcia Rodrigues Bertoldi (2007, p. 07):

[...] os direitos ambientais só serão eficazes se os direitos humanos forem exercidos. Com o direito à informação, a liberdade de expressão, a proteção judicial e a participação política no governo em que vivem, as pessoas poderão exigir e garantir seus direitos ambientais.

Conforme indicado por Bertoldi (2007, p. 09), a relação entre os bens ambientais e os direitos fundamentais significa que a transgressão de um pode causar danos ao outro, resultando em um desequilíbrio duplo: ambiental e humano. Isso implica que um dano ao meio ambiente sempre implica uma ofensa aos direitos humanos reconhecidos.

É importante lembrar que o meio ambiente é classificado como um direito difuso, pois é acessível a todos os indivíduos na sociedade, visando o bem-estar coletivo. O suporte teórico para o meio ambiente está na justiça geracional distributiva, que busca assegurar que as próximas gerações usufruam dos recursos naturais da mesma maneira que a geração atual (LENZA, 2017, p. 1396).

Diante do que foi apresentado, fica claro que o Estado Democrático de Direito deve zelar pelos bens jurídicos ambientais e assegurar um ambiente equilibrado e saudável para as gerações atuais e futuras. As normas constitucionais previstas na Carta Política promovem uma implementação focada nos critérios de ponderação e otimização dos interesses ecológicos e ambientais (CANOTILHO, 2010, p. 07).

3. OS FUNDAMENTOS AXIOLÓGICOS E JURISPRUDENCIAIS DOS PRINCÍPIOS DA PRECAUÇÃO E DA PREVENÇÃO NO ÂMBITO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES BRASILEIROS

O bem jurídico e social que envolve o meio ambiente é fundamentado, de acordo com o artigo 225 da Constituição de 1988, na necessidade de sua proteção e na obrigação de reparar danos quando ele é degradado. Esse direito, que vai além do individual, destaca a relevância da sua recuperação em casos de violação, assim como a sua proteção cabe a todos os membros da sociedade (LENZA, 2017, p. 1396).

Como já foi apontado neste estudo, segundo Sirvinskas (2010), é essencial que o governo limite e fiscalize atividades e empreendimentos que podem poluir ou causar danos à natureza. Essas ações demandam grande uso de recursos naturais e afetam a vida vegetal e animal, interferindo no meio ambiente por meio de agentes físicos e químicos, como ar, solo, água e som.

Diante desta realidade, os princípios de prevenção e precaução, sustentados por bases constitucionais e doutrinárias, são fundamentais para orientar as ações humanas em relação ao meio ambiente. Conforme as decisões do STF, como exemplificado no Recurso Extraordinário nº 627.189/SP, o princípio da precaução é um critério que abrange aspectos sociais, jurídicos e

científicos, fazendo dele um valor complexo em sua aplicação nas tutelas jurisdicionais em situações concretas (STF, 2016).

Nesse cenário, a incerteza científica e tecnológica contribui para a proteção do meio ambiente de forma valorativa, caracterizando o axioma da precaução como uma medida antecipada diante de riscos desconhecidos (MILARÉ, 2016, p. 192). Por outro lado, o princípio de prevenção é um valor jurídico que se aplica a situações específicas, permitindo que o Estado intervenha em atividades humanas que apresentam um risco claro de causar danos ao meio ambiente.

Para melhor entender a base valorativa da precaução e da prevenção no contexto do STF, é importante analisar a decisão relacionada ao Agravo Regimental na Suspensão de Liminar nº 933/PA. Esse caso abordou os efeitos de um projeto realizado pela empresa Vale do Rio Doce S/A na comunidade indígena Xikrin do O- Odja. De acordo com a decisão:

A proteção do meio ambiente está diretamente ligada ao crescimento econômico e social, e esse é um dos principais desafios da sociedade atual: garantir o equilíbrio dos ecossistemas para um uso responsável dos recursos naturais que temos. A utilização de recursos naturais deve ser feita de forma sustentável, para que o ecossistema e sua biodiversidade sejam mantidos para as gerações atuais e futuras. (STF, 2017, p. 3).

Nesta análise, o STF introduziu condições para os empreendedores, garantindo que a atividade de mineração não provocasse grandes danos ao ambiente local e não interferisse diretamente nas comunidades ribeirinhas. Dessa forma, o poder cautelar e o princípio da precaução se concretizam em situações de incerteza científica (in dubio pro natura), sem eliminar as considerações sobre o desenvolvimento econômico e a livre iniciativa (STF, 2017).

Houve também uma discussão teórica sobre o princípio da prevenção na mesma decisão:

É essencial provar que há um risco atual e claro de danos que podem ocorrer devido à realização de uma atividade para que se exijam medidas de proteção ambiental. É importante considerar e se preparar para potenciais riscos futuros que podem surgir das ações das pessoas. De acordo com o princípio da prevenção, devemos nos proteger contra danos que podem ser antecipados. (STF, 2017, p. 69).

Por outro lado, observa-se que a ligação teórica entre os princípios da precaução e da prevenção foi aprofundada durante o julgamento do Recurso Extraordinário nº 627.189/SP: Destacou que o princípio da precaução deveria sempre incluir outros fatores importantes para que as decisões do governo sejam adequadas, especialmente na gestão de riscos: a) a relação adequada entre as ações realizadas e o nível de proteção desejado; b) a aplicação das medidas sem discriminação; e c) a consistência das ações planejadas com aquelas já implementadas em casos semelhantes ou que tenham métodos parecidos. (STF, 2016, p. 3).

Segundo o STF, o princípio da precaução deve ser aplicado de maneira cuidadosa, pois não deve gerar medos sem fundamento apenas por causa da incerteza científica. Assim, o Estado deve agir de forma equilibrada, considerando o grau de evidência sobre os riscos potencialmente criados pela atividade humana. Quanto ao princípio da prevenção:

Todos esses aspectos estão alinhados com as regras e as comunicações internacionais atuais. No entanto, como já mencionado, a definição de 'prevenção' não pode se basear apenas em uma única ideia. É importante considerar outros fatores, como os apontados pela Comissão da

União Europeia. Acredito que esses pontos são fundamentais para que o governo tome decisões adequadas quando estiver lidando com a gestão desses riscos. (STF, 2016, p. 17).

Para ampliar a compreensão, é necessária a avaliação da Ação Cível Originária (ACO) nº 876 MC-AgR/BA, decidida em 19 de dezembro de 2007. No caso da ACO, o processo judicial tratava do Projeto de Transposição do Rio São Francisco nas bacias hidrográficas do Nordeste Brasileiro. A execução da transposição não foi impedida, pois os processos de licenciamento ambiental estavam sujeitos a condições impostas pelo Estado.

Assim, os princípios da precaução e da prevenção servem como ferramentas jurídicas essenciais, como é possível observar na análise da jurisprudência, sendo fundamentais para evitar excessos e direcionar o poder público.

12. CONCLUSÃO

A proteção do meio ambiente é um desafio fundamental para a sociedade contemporânea. A esfera penal desempenha um papel importante na proteção do meio ambiente, pois estabelece normas e sanções para aqueles que cometem crimes ambientais. No entanto, a aplicação da lei penal no contexto ambiental enfrenta vários desafios, incluindo a falta de conscientização e educação ambiental, a complexidade das questões ambientais e a necessidade de uma abordagem interdisciplinar.

Além disso, a proteção do meio ambiente requer uma abordagem preventiva, que inclua a adoção de politicas públicas e práticas sustentáveis. A educação ambiental e a conscientização são fundamentais para mudar comportamentos e promover a proteção do meio ambiente.

Conclui-se que a proteção do meio ambiente é um desafio complexo que requer uma abordagem multifacetada, incluindo a aplicação da Lei Penal, a educação ambiental e a adoção de politicas públicas e práticas sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Manual de Direito Internacional Público**. 18. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

AMADO, Frederico. **Direito Ambiental**. 9. ed. Salvador: Juspodivm, 2018.

BECK, Ulrich. **Sociedade de Risco**. Tradução de Sebastião Nascimento. 2. ed. São Paulo: Editora 34 Ltda., 2011.

BERTOLDI, Márcia Rodrigues**. O direito humano a um meio ambiente equilibrado**. Jus, 01 de setembro de 2000. Disponível em: http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1685. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL**. Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

BRASIL. Lei n. 11.105 de 24 de março de 2005. In: **Diário Oficial da União**, 28 de março de 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004- 2006/2005/lei/l11105.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Lei n. 8.078 de 11 de setembro de 1990. In: **Diário Oficial da União**, 12 de setembro de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8078.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985. In: **Diário Oficial da União**, 25 de julho de 1985. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCivil_03/leis/L7347orig.htm. Acesso em: 14 dez. 2022.

BRASIL. Lei n. 6.938, de 31 de agosto de 1981. In: **Diário Oficial da União**, 02 de setembro de 1981.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/**ccivil_03/leis/L6938.htm**. Acesso em: 14 dez. 2022.

CAMPOS, Bárbara Pincowska Cardoso; MUCHAGATA, Márcia. Direito Humanos e Meio Ambiente: **Avanços e contradições do modelo de desenvolvimento sustentável brasileiro e a Agenda Internacional**. In: TRINDADE, Antônio Augusto Cançado; LEAL, César Barros (Coords.). Direitos Humanos e Meio Ambiente. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017. p. 29-49.

CANOTILHO, José Joaquim Gomes. **O Princípio da Sustentabilidade como Princípio estruturante do Direito Constitucional**. Revista de Estudos Politécnicos, n. 13, v. 13, p. 07-18, 2010.

CIELO, Patricia Fortes Lopes Donzele; SANTOS, Flávia Raquel dos; STACCIARINI, Letícia Cardoso; SILVA, Viviane Gonçalves da. **Uma leitura dos princípios da Prevenção e da Precaução e seus reflexos no Direito Ambiental.** Revista CEPPG, ano 15, n. 26, p. 196-207, 2012.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

LENZA, Pedro. **Direito Constitucional Esquematizado**. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MILARÉ, Édis. Reação Jurídica à Danosidade Ambiental: **contribuição para o delineamento de um microssistema de responsabilidade**. Tese (Doutorado em Direito). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração do Rio sobre o meio ambiente e desenvolvimento.** Rio de Janeiro, 1992.

SAMPAIO, José Adércio Leite; WOLD, Chris; NARDY, Afrânio. **Princípios de Direito Ambiental na Dimensão Internacional e Comparada**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

SIRVINSKAS, Luís Paulo. **Manual de Direito Ambiental**. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial** n. 1.115.555/MG. Relator: Min. Arnaldo Esteves Lima. Brasília, 23 fev. 2011.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. **Recurso Especial** n. 1.330.027/SP. Relator: Min. Ricardo Villas Bôas Cueva. Brasília, 09 nov. 2012.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade** (ADI) nº 3540. Relator: Min. Celso de Mello. Brasília, 03 fev. 2006.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental n. 876/BA**. Relator: Min. Menezes Direito. Brasília, 31 jul. 2007.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Recurso Extraordinário n. 627.189/SP**. Relator: Min. Dias Toffoli. Brasília, 08 jun. 2016.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Agravo Regimental n. 933/PA.** Relator: Min. Marco Aurélio. Brasília, 31 mai. 2017.

VENTURA, Deisy de Freitas Lima; DALLARI, Sueli Gandolfi. **O Princípio da Precaução dever do Estado ou protecionismo disfarçado**? São Paulo em perspectiva, v. 16, n. 2, p. 53-63, 2002.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA EM SALA DE AULA

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
Dr. José Olímpio dos Santos
Edson Alves de Araújo

Cuiabá MT

ESTÁGIO SUPERVISIONADO: A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA EM SALA DE AULA

Amanda Rebeson dos Anjos Araújo[1]
Dr. José Olímpio dos Santos[2]
Edson Alves de Araújo[3]

RESUMO:
O objetivo deste artigo é relatar a vivência em sala de aula. Em uma unidade escolar da rede municipal de Cuiabá – MT, do segundo ano do Ensino Fundamental II, e conhecer como os educadores organizam esses ambientes de forma significativa para o desenvolvimento do aluno. Na escola pode-se vivenciar e registrar as zonas circunscritas e compreender que os ambientes fazem parte dessa aprendizagem, onde se relacionam direto no seu crescimento e desenvolvimento social afetivo e cognitivo do aluno. Assim, este trabalho relata as vivencias adquirida no decorrer do estágio, onde foi possível perceber que a importância de uma boa aprendizagem e do ambiente, e o quanto isso influencia no desenvolvimento da criança como ser social. Portanto relatou-se neste artigo o resultado proveitoso nas propostas de aprendizado, e a importância que se respeite os valores a cultura e as crenças. Para tanto se utilizou de pesquisa bibliográfica, registro e análise de dados. A observação ocorreu no período de março a abril de 2026.

Palavras- chave: Observação, Prática, aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Este artigo relata os resultados do Estágio de observação em uma Unidade da rede municipal de ensino, onde está registrado todo o aprendizado em sala de aula, bem como das observações do espaço físico da escola realizado pelo Curso de Pedagogia, durante o período do ano de 2024

A importância do estágio para a formação do professor é que ele vem pontuar os embasamentos teóricos com a prática, oportunizando ações dinâmicas para formação acadêmica do professor (Giselly Lima de Moraes 2012).

A prática do Estágio é imprescindível para que o acadêmico possa estar próximo da realidade em que pretende atuar. Essa experiência ajuda a desenvolver competências e adquirir conhecimentos sob a supervisão de um professor — profissional já formado e com experiência na área.

Para tanto, esse documento está estruturado da seguinte maneira: Relato da apreciação e registro do período de observação que consiste além da observação da sala de aula propriamente dita, também do espaço externo da escola e de toda a dinâmica escolar; seguido pelo registro do documento denominado Projeto Político Pedagógico; em seguida relata as característica do espaço físico e seu aspecto de conservação, posteriormente apresenta o papel social da escola e sua política de trabalho, através do Projeto Político Pedagógico.

[1]Amanda Rebeson dos Anjos Araújo
[2]Dr. José Olímpio dos Santos
[3] Edson Alves de Araújo

Assim, em março de 2024, foi realizada a observação em sala de aula, na oportunidade foi possível perceber a boa interação entre professora e alunos. Os estudantes com dificuldades na aprendizagem dispõem de salas aulas de Apoio, e os neuro divergentes são encaminhados para a sala Multifuncional.

Segundo Pimenta,

"O estágio é importante na perspectiva a observar os professores em aula e imitar esses modelos sem proceder a análise crítica fundamentada teoricamente e legitimada na realidade social em que o ensino se processa." Selma pimenta.

2. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO – (PPP): CONHECER PARA SABER

O Projeto Político-Pedagógico da Escola tem como norte, o pressuposto de que todos estão interligados entre si de maneira dinâmica. Tais princípios são os lineamentos para efetivação processual do Projeto Político-Pedagógico, são eles: participação, gestão democrática, autonomia e trabalho coletivo. Estes princípios contribuem para um ambiente favorável às discussões e debates, de onde se possam retirar fundamentações que estimulem o gosto por uma escola diferente, planejada.

Diante desses aspectos que compõe em princípios fundamentais na laboração do Projeto Político-Pedagógico, nessa escola a participação nasce como componente articulador das políticas pedagógicas que a escola espera.

Em termos gerais participar "consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletiva" (GUTIEREZ, 2001, p. 62). Participar é assumir a responsabilidade em conjunto, não uma responsabilidade isolada. Por meio da participação podemos debater, sugerir, elaborar ações que sejam ligadas a vontade de um grupo. Falar em participação no contexto escolar e não levantar importância da família e da comunidade na elaboração do Projeto Político-Pedagógico seria descuidar do direito que estes possuem de estarem presentes participativamente nas ações concretizadas pela e na escola.

A unidade Escolar que serviu de campo de estágio sempre está preocupada em trazer os pais e a comunidade para a efetivação do Projeto Político-Pedagógico, sabendo que a sua presença nesse trabalho é de suma importância. Essa participação é (re)elaborada de maneira que faça com que essas partes se sintam úteis e valorizados pela escola, e a escola possa cooperar com a formação deste, porque, quanto mais conhecimentos eles tiverem mais ajudas trarão e participarão daquilo que a escola pretende realizar, e juntos construirão um espaço escolar participativo. "Pela participação, o indivíduo pode assumir a condição de sujeito e não de objeto [...]" (VASCONCELOS, 2004, p. 25).

Os profissionais da educação trabalharam na elaboração do Projeto Político-Pedagógico, pois sabiam da responsabilidade em criar mecanismos dinamizadores do ato pedagógico, administrativo a partir do trabalho coletivo. O Projeto Político Pedagógico apresenta aspectos onde a escola tem autonomia, porém conhece as Leis e reconhece que isso não a impede de obedecer às diretrizes gerais (…) como a escola está inserida no sistema nacional de educação é natural que seja regida por leis comuns a todo esse sistema; contudo é necessário que a ela seja facultada o direito de ter outras leis próprias consideradas autônomas (NEVES, 2002, p. 98).

Assim a autonomia da escola não é absoluta, mas sim relativa. No entanto isso não significa que esta deva simplesmente obedecer a diretrizes impostas pelos órgãos que às coordena. Segundo a LDB 9394/96 em seu artigo 15, "diz que às escolas são atribuídos graus de autonomia pedagógica administrativa e de gestão financeira" (1997, p.18). "O que dá sustentabilidade a autonomia, são da escola: Autonomia administrativa, relativa à escola poder elaborar seus projetos de gestão... autonomia jurídica relacionada a escola, construir suas próprias regulações e orientações

[...],autonomia financeira, onde a escola possa administrar seus recursos financeiros para conseguir seu bom funcionamento [...]e autonomia pedagógica que concerne a liberdade de a própria escola buscar mecanismos facilitadores para elaboração de suas propostas pedagógicas em consonância com sua realidade." (PASSOS, 2001, pp.16, 17, 18).

Cabe à escola formar cidadãos críticos, reflexivos, autônomos, conscientes de seus direitos e deveres, capazes de compreender a realidade em que vivem preparados para participar da vida econômica, social e política do país e aptos a contribuir para a construção de uma sociedade mais justa. (BRASIL. MEC)

2. APRENDIZAGEM: A DINÂMICA DE INTERAÇÃO SOCIAL E PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Durante o período de período de observação, foi possível observar cada indivíduo está realizando trocas em seu meio, desse modo observou-se a heterogeneidade, tanto no que tange ao comportamento e principalmente ao processo de aprender, desse modo, o professor está dentro de uma sala de aula e com um olhar atento para cada indivíduo, uma tarefa de muita relevância, pois ao final de cada período que antecede a uma avaliação interna ou externa, institucional, ele além do seu papel de complementar atitudes e valores, também precisa estar atento ao processo de aprendizagem relacionados aos conteúdos, objetivos e habilidades que necessitarão estarem consolidadas em um tempo determinado, e isso infelizmente, nem sempre ocorre, em relação a essa realidade citamos Segundo Oliveira (1993, p. 57):

> [...] aprendizagem é o processo pelo qual o indivíduo adquire informações, habilidades, atitudes, valores, etc. a partir de seu contato com a realidade, o meio ambiente, as outras pessoas [...] Em Vygotsky, justamente por sua ênfase nos processos sócio históricos, a ideia de aprendizado inclui a interdependência dos indivíduos envolvidos no processo [...] O termo que ele utiliza em russo (obuchenie) significa algo como 'processo de ensino-aprendizagem', incluindo sempre aquele que aprende, aquele que ensina e a relação entre essas pessoas.

Desse modo o professor procura em sua prática pedagógica, utilizar de todos os recursos que dispõe para alcançar seus objetivos, para que consiga sucesso na aplicabilidade da sua prática, em uma ânsia de que as habilidades
apresentadas para cada período possam ser trabalhadas, e a ação de retomar essas habilidades para aqueles que não consolidaram é uma constante na prática docente, e assim, novas propostas são trabalhadas, buscando os mais diversos métodos e metodologias para que o estudante possa avançar em seu processo de aprender.

Na ocasião pode-se perceber que a professora se utilizou de diferentes meios para ocorresse esse avanço, não se ateve a um método, mas buscou formas diversificadas e variadas de ensinar. O que Magda Soares, 2020, em sua obra alfaletrar defendeu que não há um único método para alfabetizar, o que pode ser modelo para as diferenças faixas etárias, considerando que cada um é um indivíduo, tem seu tempo para aprender e consolidar o conhecimento em ensino.

Foi observado que a unidade escolar passou por reforma recente e encontra-se em excelente estado, com janelas grandes, vidros transparentes que permitem a visualização da parte externa, nos corredores e em outros espaços físicos a pintura apresentou-se em bom estado de conservação, o espaço é amplo, com salas espaçosas, bem distribuídas, ar condicionado, as cadeiras escolares são novas e as cores mudam de tamanho de acordo com a faixa etária dos estudantes, possui uma

quadra esportiva coberta e ampla, onde é realizada a educação física dos alunos e teatros com profissionais na área.

A clientela atendida é mesclada de alunos com condições mais abastadas e carentes, mas, percebe-se que não há discriminação, são trabalhadas de maneira a praticar a inclusão, considerando em seu aspecto amplo, tanto físico, quanto em relação a estudantes neuro divergentes. O horário do lanche é servido como refeição, arroz, feijão e misturas variadas, para todos os alunos. No portão principal há um servidor, que controla a entrada e saída de quem chega, recebe os alunos, e, não permite saída dos mesmo em horário disciplinar.

A gestão está sempre presente contando com a presença assídua da Direção e Coordenação, tem um bom relacionamento com os alunos, estando sempre presente quando os alunos precisam. Existe união entre o gestor e todo quadro de professores e alunos. A gestão tem uma boa integração com a comunidade.

A organização da escola por ciclos de formação humana compreende a avaliação, como movimento constante de reflexão sobre a prática pedagógica, na relação professor/educando intermediada pelo conhecimento escolar. Reflexão que ganha sentido quando impulsiona intervenções nas ações de ensino e aprendizagem visando a melhorá-las.

Esses aspectos devem subsidiar o professor na análise e na interpretação das situações vividas por ele e por seus educandos para que possa fazer as anotações pertinentes em seu Caderno de Campo. É preciso, ainda, que o professor crie um ambiente em que seja possível desencadear a postura de observar, de interpretar, para que possa fazer o registro dos resultados de sua análise, além de propor ações de intervenção diante das dificuldades e das necessidades percebidas. Os professores, em sua maioria, consideram difícil refletir sobre a natureza da observação e do acompanhamento que realizam sobre o desempenho dos seus alunos e acaba por privilegiar as questões atitudinais nas práticas individuais do aluno refletidas e registradas no Relatório Avaliativo. Diante do exposto fica clara a necessidade de se rever e atualizar a concepção, a função e as dimensões que norteiam a avaliação da aprendizagem, para que esta se torne coerente com os princípios da escola organizada por ciclos de formação humana.

A professora buscou utilizar de todos os recursos que havia, com muita criatividade, a construção de painéis juntamente com seus alunos, onde cuidadosamente, apresentava por temática as denominações das imagens apresentadas, desse modo, utilizava painéis temáticos como a figura de animais, objetos, alimentos e seus respectivos nomes, usando as diferentes formas de grafia, e trabalhando dentro de uma proposta abordada pela psicogênese da língua escrita para avaliar semanalmente o avanço dos alunos.

Além de utilizar os livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o livro do Programa de Alfabetização Cuiabano (PROAC) que na ocasião era o "Novo Lendo Você fica Sabendo", composto por uma proposta interdisciplinar e que trabalhava a alfabetização a partir de gêneros textuais. Para aqueles estudantes que não conseguiam acompanhar, além do material (livros), eram trabalhadas atividades individuais conforme a dificuldade de cada indivíduo.

3. PAPEL SOCIAL DA ESCOLA: PREPARAR PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Propiciar formas para que o aluno compreenda a sua importância no seu meio social; oferecer Oficinas de Leitura e Campeonatos Esportivos, para que os alunos entendam a importância da leitura em seu crescimento interior e do esporte na sua saúde física e mental; desenvolver atitudes de respeito, responsabilidade e cooperação no ambiente escolar; desenvolver a capacidade crítico - reflexiva do aluno face as questões político-social-cultural; descobrir-se como agente do conhecimento, a partir das atividades propostas na escola.

4 AVALIAÇÃO: UMA PERSPECTIVA VOLTADA PARA A PRÁTICA DO ENSINO

A avaliação só faz sentido numa perspectiva transformadora, em que os resultados constituem parte de um diagnóstico e que este possibilite uma melhor análise da realidade, ou seja, forneça elementos para se realizar tomadas de decisões sobre o que fazer no que se refere aos problemas constatados e sua possível superação, ou seja, a intervenção pedagógica.

Ao estudar o PPP da unidade escolar, verifica-se que a concepção de avaliação propõe a incorporação de métodos e instrumentos diversificados, não devendo se limitar à utilização de apenas um ou dois instrumentos avaliativos, pois estes podem não contemplar a complexidade dos conhecimentos escolares, bem como não conseguir diagnosticar as potencialidades de desenvolvimento dos educandos. Em função dessa situação, tanto o professor articulador e o regente devem ter a preocupação com as ações de intervenções pedagógicas, propondo atividades didáticas que permitam ao educando reordenar/superar as dificuldades no seu processo de aprendizagem. Na organização escolar por ciclos de formação humana, a avaliação tem função orientadora, tanto individual quanto coletiva, de todos os envolvidos na instituição escolar. Nesse sentido, ganha uma dimensão mais ampla, à medida que avalia a gestão da escola, o trabalho do professor, o processo de desenvolvimento e construção de conhecimento do aluno, o projeto pedagógico da escola.

O documento intitulado PPP ressalta também a importância em não se conceber a a avaliação como uma ação isolada, deve ser coerente com a matriz curricular e a proposta pedagógica da escola. O seu o objetivo é acompanhar o processo de aprendizagem do educando. Nesse sentido, o uso do relatório é mais apropriado por trazer as informações necessárias quanto aos conhecimentos escolares, o que o educando estudou, o que aprendeu, suas dificuldades de aprendizagens como também suas atitudes, comportamentos, valores, posturas éticas etc. Diante dessas observações, o professor reelabora o seu planejamento para realizar as intervenções pedagógicas necessárias.

Segundo Hoffmann (1997) os relatórios de avaliação devem expressar avanços, conquistas, descobertas dos alunos, bem como relatar o processo vivido em sua evolução, em seu desenvolvimento, dirigindo-se aos encaminhamentos, às sugestões de cooperação entre todos que participam do processo. Portanto, o relatório deve ser visto como um instrumento orientador da ação de ensinar do professor, por se constituir num registro formal capaz de fornecer informações significativas e úteis sobre o processo educativo vivenciado pelo educando. Sendo assim, trata–se de um documento descritivo, que relata todo o processo de aprendizagem desse educando.

A elaboração do relatório avaliativo descritivo é subsidiada pelos registros das observações realizadas pelo professor através do caderno de campo, do portfólio, da pasta avaliativa, entre outros instrumentos como a Psicogênese da Língua escrita. Cabe ao professor escolher, dentre a diversidade de instrumentos existentes, o mais apropriado para cada situação a ser observada e/ou analisada, pois um só tipo de instrumento não possibilita perceber a totalidade dos aspectos que integram o processo de aprendizagem. Além da avaliação processual e contínua que ocorre diariamente, a escola também tem avaliações individuais e externas, como SAEB, e a Avaliação Cuiabá. Todas as práticas avaliativas observadas serviram de instrumento de intervenções pedagógicas, desse modo, o professor também irá buscar caminho para práticas pedagógicas, tendo em vista o atendimento das dificuldades específicas apresentadas pelo estudante em seu percurso formativo.

Esses aspectos devem subsidiar o professor na análise e na interpretação das situações vividas por ele e por seus educandos para que possa fazer as anotações pertinentes em seu Caderno de Campo. É preciso, ainda, que o professor crie um ambiente em que seja possível desencadear a postura de observar, de interpretar, para que possa fazer o registro dos resultados de sua análise, além de propor ações de intervenção diante das dificuldades e das necessidades percebidas.

Os professores, em sua maioria, consideram difícil refletir sobre a natureza da observação e do acompanhamento que realizam sobre o desempenho dos seus alunos e acaba por privilegiar as questões atitudinais nas práticas individuais do aluno refletidas e registradas no Relatório

Avaliativo. Diante do exposto fica clara a necessidade de se rever e atualizar a concepção, a função e as dimensões que norteiam a avaliação da aprendizagem, para que esta se torne coerente com os princípios da escola organizada por ciclos de formação humana.

A metodologia utilizada foram as anotações e registros de aulas, onde foram feitas de maneira informal com respeito e com simplicidade. Percebeu-se que apesar das estagiárias ter que observar a professora, fomos bem recebida por ela e pela ADI que trabalha em sala com um aluno de baixa visão, ela tem firmeza e domínio do conteúdo, através de sua falas. Assim a professora demonstrou-se que queria colaborar dava dicas para observar cada aluno, deixando claro que é uma professora que gosta do que faz. Oestágio foi importante porque pudemos vivenciar de perto o dia a dia em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade do período de observação no Estágio Supervisionado, foi de grande relevância, haja vista que oportunizou uma experiência com a prática em uma tentativa de se aliar ao conhecimento teórico, pde ser considerado um marco para a formação acadêmica, pois o estágio é o momento em que pode-se romper barreiras, conhecer experiências enriquecedoras, registrar esse conhecimento é uma prática que irá proporcionar um saber para que pudesse ser aplicado na futura prática docente, e durante este tempo observamos a aprendizagem das crianças que com ansiedade aguardavam os resultados de suas atividades,todo esse processo de descobertas e aprendizagem, foi de suma importância para a nossa formação acadêmica, pois percebemos que não é só ser profissional como também pessoal, pois nosso papel no desenvolvimento da criança é muito importante para todo esse processo que se fundamento em uma relação interpessoal, onde o professor se volta para a sua prática na busca de melhorar os resultados dos alunos, desse modo, pode-se afirmar que a prática docente é um eterno aprender, ensinar e aprender.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FERRAZ, Beatriz. **“A interação entre as crianças**”. Disponivel: http://www.escoladeeducadores.com.br/ee/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=29. Acesso em 12.05.2024

SOARES, M. **Alfaletrar: toda criança pode aprender a ler e a escrever.** São Paulo: Contexto, 2020.

OLIVEIRA, J. P. **Concepções de professores sobre a temática das chamadas dificuldades de aprendizagem. Revista Brasileira de Educação Especial**, 2012, vol.18, n.1, pp. 93-112.

PEDRIALI, Sandra. “**Projeto Político Pedágio”.** Disponível: https://sites.google.com/site/emleovegildodemelo/missao-da-escola/projeto-politico-pedagogico. Acesso em 23.mar.2024

PIMENTA, Selma Garrido. **“Estágio e docência: diferentes concepções”**. Disponivel:http://www.cead.ufla.br/portal/wpcontent/uploads/2013/10/Arquivo_referente_ao_Anexo_V_do_Edital_CEAD_06_2013.pdf.

FERRAZ, Beatriz. “**A interação entre as crianças”.** Disponível: http://www.escoladeeducadores.com.br/ee/index.php?option=com_content&task=view&id=38&Itemid=29